

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

PAULA MORAIS FIGUEIREDO

**Gênero e conscientização em Orientação Profissional:
caminhos e desafios**

São Paulo

2022

PAULA MORAIS FIGUEIREDO

**Gênero e conscientização em Orientação Profissional:
caminhos e desafios**
(versão corrigida)

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo como parte dos
requisitos para a obtenção do grau de Doutor em
Psicologia.
Área de concentração: Psicologia Social

Orientador: Prof. Dr. Marcelo Afonso Ribeiro

São Paulo

2022

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE
TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA
FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catologação na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Figueiredo, Paula Morais

Gênero e conscientização em Orientação Profissional: caminhos e desafios /
PaulaMorais Figueiredo; orientador Marcelo Afonso Ribeiro. -- São Paulo, 2022.
161 f.

Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) -- Instituto
de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2022.

1. Orientação Vocacional. 2. Gênero. 3. Trabalho. 4. Psicologia Social. I.
Ribeiro, Marcelo Afonso, orient. II. Título.

FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: Paula Morais Figueiredo

Título: Gênero e conscientização em

Orientação Profissional: caminhos e desafios

Tese apresentada ao Instituto de Psicologia da
Universidade de São Paulo, para obtenção do
título de Doutor em Psicologia
Área de Concentração: Psicologia Social

Aprovada em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____
Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____
Instituição _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____
Instituição _____ Assinatura _____

Agradecimentos

A Marcelo Ribeiro, pela referência na Orientação Profissional e pelo cuidado com que sempre me orientou desde o Mestrado.

A Peter Spink e Vera Paiva, pelas observações e sugestões apontadas com minúcia, crítica e cuidado por ocasião do Exame de Qualificação.

A Conceição Coropos Uvaldo, Debora Audi, Diego Isquierdo, Guilherme Fonçatti e Marcelo Lábaki pela acolhida e pelos ensinamentos durante o curso de Aperfeiçoamento em Orientação Profissional.

Aos amigos e colegas do Núcleo de Aconselhamento de Carreira da USP: Ana Paula, Andréa, Celeste, Fernando, Luciana, Tomás e Tatiana.

Aos amigos e colegas do Instituto Sedes Sapientiae: Chris, Guilherme, Juca, Mario, Marcos, Cida, Milena, Sandro e Rodrigo pelo suporte e compreensão ao longo da escrita desta tese e pelo compromisso na construção de uma Orientação Profissional crítica.

À Rede Emancipa e às pessoas que tornaram o trabalho de Orientação Profissional neste espaço possível, em especial Ângela e Rodrigo, pela sintonia e parceria no trabalho.

Aos estudantes e docentes do Cursinho Salvador Allende.

Ao meu pai, Walter, à minha mãe, Ana (*in memoriam*) e à minha irmã, Bárbara, pelo amor e apoio incondicionais de sempre.

A Bernard e Natalie, pela amizade e pelo suporte nos mais diversos momentos.

A Marcos, Nalva, Rosângela, Sônia, Teresa e Telma por toda simpatia e solicitude que tornaram o caminho burocrático da pós-graduação consideravelmente mais fácil.

A Ana Paula, Bárbara, Bruna, Camila, Ganesha, Giovana, Juliana, Mariana, Marília e Ticiane pelas amizades de infância e de vida, ora fisicamente próximas, ora fisicamente distantes, mas sempre muito perto aqui dentro.

A Alan, Ângelo, Emanuella, Filipe, Marcelle, Maurício, Mila, Raquel, Richard e Rodrigo por terem acompanhado momentos importantes da construção desta tese.

À CAPES, pelo financiamento a esta pesquisa.

“A teoria não é intrinsecamente curativa, libertadora e revolucionária. Só cumpre essa função quando lhe pedimos que o faça e dirigimos nossa teorização para este fim” (hooks, 2017, p.86).

DEDICATÓRIA

Às vítimas da pandemia do COVID-19 e familiares.

RESUMO

Figueiredo, P. M. (2022). *Gênero e conscientização em Orientação Profissional: caminhos e desafios*. Tese de Doutorado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Esta pesquisa teve como objetivo compreender o modo como profissionais da Orientação Profissional que concebem a conscientização como elemento importante deste processo observam a sua manifestação no trabalho realizado com mulheres – e como esta concepção orienta a atuação. Como metodologia, foi adotada uma abordagem qualitativa a partir da realização de entrevistas em profundidade. A análise das entrevistas revelou que as discussões sobre gênero na Orientação Profissional se beneficiam de uma compreensão que leve em consideração a conscientização e a consciência crítica. No entanto, discutir conscientização e Orientação Profissional implica olhar para outras dimensões que se articulam com o gênero, como a raça e a classe social. No que concerne à forma como as questões de gênero emergiram na Orientação Profissional, a análise das entrevistas revelou quatro eixos temáticos: 1) diferenças de interesses profissionais conforme os sexos; 2) impactos do trabalho doméstico e do trabalho de cuidado nas subjetividades e na construção das trajetórias escolares e profissionais; 3) efeitos dos estereótipos de gênero que circulam no espaço familiar nas trajetórias e escolhas; 4) obstáculos provocados pelo sentimento de inferioridade e pela falta de representatividade, especialmente entre meninas e mulheres negras. Dentre estes quatro eixos, apenas o primeiro aparece com frequência nas produções científicas da área. Nesse sentido, verificou-se que articulação entre gênero e conscientização, na prática de Orientação Profissional, se revela desafiadora em decorrência da escassez de referências e interlocutoras/es. Destaca-se, ainda, que as questões de gênero podem aparecer na Orientação Profissional de maneiras sutis e menos aparentes, o que demanda um olhar apurado para identificá-las e trabalhá-las no processo de orientação. Diante desse cenário, a atuação profissional busca questionar a naturalização dos fenômenos sociais e a universalização das experiências. Além disso, evidencia-se a importância de que a/o orientadora/or inclua a transformação social neste processo, questionando o *status quo* e as visões de normalidade. A análise das entrevistas também apontou para a importância de se incluir um debate aprofundado e crítico a respeito das questões relacionadas ao trabalho nas formações em Orientação Profissional, seja do ponto de vista do mundo de trabalho de forma mais ampla, seja da divisão sexual do trabalho, levando em consideração as especificidades da realidade brasileira.

Palavras-chave: Orientação Vocacional. Gênero. Trabalho. Psicologia Social

ABSTRACT

Figueiredo, P. M. (2022). *Gender and Conscientização in Career Counselling: paths and challenges*. Doctoral Thesis, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

This research aims to understand how Career Counselling professionals that conceive “Conscientização” as an important element of this process observe its manifestation in the work carried out with women – and how this conception guides their practice. As a methodology, a qualitative approach was adopted based on in-depth interviews. The analysis revealed that discussions about gender in Vocational Guidance benefit from an understanding that considers Conscientização and critical awareness. However, discussing Conscientização and Career Counselling implies looking at other dimensions that are articulated with gender, such as race and social class. With regard to the way in which gender issues emerged in Career Counselling the analysis of the interviews revealed four main themes: 1) differences in professional interests duo to gender issues; 2) impacts of domestic work and care work on subjectivities and on the construction of school and professional trajectories; 3) effects of gender stereotypes that circulate in the family on trajectories and choices; 4) obstacles caused by feelings of inferiority and lack of representation, especially among black girls and women. Only the first theme appears often in scientific productions in the area. In this sense, the articulation between gender and Conscientização in the practice of Career Counselling proves to be challenging due to the scarcity of references and interlocutors. It is also noteworthy that gender issues can appear in subtle and less apparent ways, which requires a keen eye to identify and deal with them. Given this scenario, the professional practice aims to question the naturalization of social phenomena as well as the universalization of experiences. In addition, it is important that the professionals include social transformation in their practice, questioning the status quo. The analysis of the interviews also pointed to the importance of including a critical debate on issues related to work in Career Counselling training, whether from the point of view of the world of labour in a broader way, or from the sexual division of labor considering the specificities of the Brazilian reality.

Keywords: Career Counselling. Gender. Work. Social Psychology.

LISTA DE SIGLAS

DIEESE	Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos
IBGE	Instituto Nacional de Geografia e Estatística
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
OIT	Organização Internacional do Trabalho
PEPSIC	Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia
USP	Universidade de São Paulo
SIS	Síntese de Indicadores Sociais
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library Online</i>

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
1 INTRODUÇÃO	16
1.1 Consciência crítica, conscientização e Orientação Profissional: produções nacionais	23
1.1.1 Breves considerações sobre a Orientação Profissional segundo a abordagem sócio-histórica	25
1.2 Consciência crítica e Orientação Profissional: produções internacionais	26
1.2.1 A Teoria da Psicologia do Trabalho	26
1.2.2 Orientação Profissional, justiça social e consciência crítica	30
1.3 Gênero e Orientação Profissional: produções nacionais	34
1.3.1 Gênero, jovens e escolha profissional: o Caderno “Tô no Rumo”	37
1.3.2 Interseccionalidade e consciência crítica na Orientação Profissional: uma estratégia compreensiva	38
1.4 Situando o objetivo da pesquisa	39
2. TRABALHO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO	41
2.1 A divisão sexual do trabalho e as articulações entre produção e reprodução social	48
2.2 Trabalho, gênero, classe e raça	53
2.3 Gênero, divisão sexual do trabalho e subjetividade	58
3 A DIVERSIDADE DO TRABALHO NO BRASIL	64
3.1 Mulheres e direito ao trabalho no Brasil: uma articulação necessária	66
3.2 A perspectiva da Psicologia Social do Trabalho	78
4 CONSCIÊNCIA CRÍTICA E CONSCIENTIZAÇÃO	72
4.1 Bohoslavsky, a encruzilhada seus possíveis caminhos	73
4.2 Os obstáculos à escolha autônoma a partir de uma perspectiva de gênero	81
4.3 Paulo Freire e a conscientização como processo que implica a práxis	85
5. MÉTODO	93
5.1 Participantes da pesquisa	94
5.2 O percurso da pesquisa	94
5.3 Procedimentos de análise	98
5.4 Considerações sobre a ética na pesquisa	99
6. À GUIA DE INTRODUÇÃO	101
6.1 Pedro	102

6.2 Silvana	103
6.3 Brenda.....	104
7. RESULTADOS E DISCUSSÃO	106
7.1 Gênero, classe, raça e Orientação Profissional: um caminho em construção.....	107
7.2 Consciência crítica e conscientização: aspectos fundamentais	109
7.3 Crítica ao individualismo (neo)liberal	112
7.4 Por uma concepção aprofundada do trabalho	114
7.5 A divisão sexual do trabalho e suas manifestações na Orientação Profissional	117
7.6 A Orientação Profissional como possibilidade de se buscar outros lugares	126
7.7 A sutileza da manifestação das questões de gênero	130
7.8 O papel da/o orientadora/or	131
7.9 A importância da informação	134
7.10 Desafios do caminho	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	140
REFERÊNCIAS	146
ANEXOS	158

APRESENTAÇÃO

Em “Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade”, bell hooks¹ (2017) marca um posicionamento ao afirmar sua luta para não perder a convicção de que é possível ser educadora sem reforçar os sistemas de dominação que vigoram na sociedade. Ao pensar as relações de gênero e as experiências de mulheres na Orientação Profissional, tenho em vista esta mesma direção: a importância de se manter a convicção de que podemos ser orientadoras e orientadores sem reforçar os sistemas de dominação vigentes – ou, ao menos, traçar um horizonte orientado para a construção de alternativas que possibilitem que o nosso trabalho siga essa direção.

Levando em consideração o contexto estrutural e as relações de dominação, exploração e opressão que marcam o modo de organização capitalista, a minha aproximação com a Orientação Profissional e de Carreira foi marcada, desde o seu início, pelo questionamento: “como pensar a prática em um contexto de desigualdade estrutural?”. Desde então, entendia que as desigualdades de gênero, classe e raça que conformam o cenário global, bem como a forma como se manifestam na realidade brasileira, eram elementos fundamentais para a compreensão das trajetórias, dos sentidos atribuídos ao trabalho, das identidades e dos horizontes concebidos como possíveis pelas diferentes pessoas.

Em diálogos com colegas, alunas/os e supervisandas/os, observava uma preocupação frequente com relação à perda da neutralidade. Entretanto, entendo que qualquer ação social tem caráter político e, deste modo, a ideia de neutralidade é perigosa, posto que funcional à reprodução da lógica dominante – privilegiando, deste modo, os elos mais fortes dentro das relações de poder (Freire, 1996; Ribeiro, Oliveira, Bernardo, & Navarro, 2017).

Concebendo que esta perspectiva vale para a Psicologia Social e para a Orientação Profissional, isto nos convida a fazer escolhas e marcar posicionamentos, situando de onde partimos e o que levamos em consideração para pensar a nossa prática. Isso vale para a prática clínica individual e em grupos, o ensino na Orientação Profissional, as discussões e debates propostos, a atuação em instituições diversas e, ainda, para as formas através das quais as/os profissionais se articulam coletiva e politicamente para fazer oposição a estas desigualdades.

Nesse sentido, o recorte escolhido para esta pesquisa revela-se desafiador: de um lado, trazer a conscientização e a consciência crítica, tal como concebidas por Paulo Freire, para pensar a prática, não é algo trivial; de outro, as discussões sobre gênero e suas implicações para

¹ O nome bell hooks é um pseudônimo escolhido pela autora como forma de homenagem à sua avó materna. hooks optava por escrevê-lo em letras minúsculas como posicionamento político, posto que entendia que esta grafia dava destaque à sua obra e seus conteúdos, não ao seu nome ou sua identidade. Neste trabalho, o nome de bell hooks será grafado sempre em letras minúsculas em respeito à escolha da própria autora.

a Orientação Profissional, conquanto fundamentais, esbarram na dificuldade de encontrar referências e interlocutoras/es, tal como apontado pelas/os participantes desta pesquisa. Há um percurso em construção e muito ainda por construir. Contudo, assumo este posicionamento por entendê-lo como um movimento necessário.

No decurso do meu trabalho como psicóloga, orientadora profissional e pesquisadora, pude observar o quanto a conscientização é, em si mesma, complexa e contraditória. Passa por um processo doloroso de reconhecimento da opressão, do sofrimento, das desigualdades existentes na sociedade, além dos seus atravessamentos nas trajetórias e projetos, tanto pessoais quanto coletivos. Deste olhar crítico para a realidade podem advir – o que ocorre com demasiada frequência – sentimentos de frustração e indignação, os quais clamam por expressão.

No entanto, junto a estes sentimentos, há espaço para a potência, para um engajamento em ações que visem a mudança deste cenário. Esta potência parece guardar relação com uma mudança de posicionamento: uma implicação de si enquanto sujeito, não objeto, do mundo e dos seus próprios caminhos.

A delicadeza de nosso trabalho enquanto psicólogas/os e orientadoras/es reside no fato de que há uma linha tênue entre implicar a pessoa enquanto sujeito de transformação e recair em uma compreensão liberal, ignorando as desigualdades estruturais e seus impactos nas subjetividades. Para se reconhecer verdadeiramente este lugar de sujeito é preciso ter em vista que as questões de gênero, raça e classe têm efeitos no reconhecimento do próprio valor, bem como na construção de projetos, influenciando, portanto, as trajetórias e escolhas pessoais.

A crise sanitária do COVID-19 tornou mais agudas as desigualdades já existentes, trazendo consigo novos desafios, além de reatualizar problemas antigos. Para se fazer frente a este cenário, entendo ser necessário não perder de vista o fato de que o futuro está em disputa e que é necessário traçar caminhos que pavimentem a construção de alternativas que articulem o pessoal e o coletivo. Nesse sentido, o ato de “esperançar” se revela de grande valia. Afinal, o futuro não está dado: ele é “problemático, mas não inexorável” (Freire, 1996, p. 26). As pessoas têm a capacidade de ir além dos seus determinantes, de buscar compreender a realidade em que vivem para agir sobre ela, transformando-a. Como pontua José Bleger, “não há outra alternativa que não a de jogar o futuro no presente, em todos os campos” (2015, p. XXV).

I

INTRODUÇÃO

Ainda que exista um vasto campo de trabalho para a Orientação Profissional e de Carreira, além de uma diversidade de públicos que podem se beneficiar das intervenções, a atuação profissional tem sido habitualmente focada em pessoas de classes média e alta, tomando como base concepções de liberdade de escolha e estratégias de adaptação ao mundo do trabalho, conforme pontuam Duffy et al. (2016) e Blustein et al. (2019). O foco é a individualização da vida, em consonância com as tendências verificadas no mundo do trabalho (Blustein, Masdonati, & Rossier, 2017; Brown, 2002). Como marcam Hooley e Sultana (2016), a lógica individualista liberal tende a ser dominante nas teorias e práticas voltadas para a Orientação de Carreira.

Neste sentido, e como observado por Ribeiro e Fonçatti (2017), há uma descontextualização de grande parte das teorias da Orientação Profissional e de Carreira ao considerar a realidade social de países como o Brasil, onde a desigualdade faz parte da própria constituição do mercado de trabalho. Demarca-se, assim, a necessidade de se considerar as questões e problemáticas específicas do Sul Global, haja vista que a importação de teorias e práticas estrangeiras, advindas de outros contextos econômicos e sociais, sem a devida crítica, pode contribuir para a manutenção da lógica neoliberal, distanciando a atuação de um compromisso com a justiça social.

Conquanto tal importação de teorias e práticas se mostre problemática de forma geral, é ainda mais nociva para as pessoas que pertencem a grupos sociais oprimidos e explorados, o que, considerando o contexto brasileiro, representa um contingente bastante expressivo da população. Nesse sentido, destaca-se a escassez de estudos que levem em consideração as dimensões de gênero, raça/etnia e classe social para pensar a Orientação Profissional e de Carreira (Almeida, 2020; Ribeiro, Figueiredo, & Almeida, 2020; Silva, 2010).

Não é apenas no campo da Orientação Profissional, entretanto, que tais questões recebem menor destaque: a pesquisa científica, durante boa parte do seu desenvolvimento, foi realizada por e para homens, de forma que o conhecimento destes era visto como ponto de vista científico universal. Por este motivo “[...] as definições vigentes de neutralidade, objetividade, racionalidade e universalidade da ciência, na verdade frequentemente incorporam a visão de mundo das pessoas que criaram esta ciência: homens – os machos – ocidentais, membros das classes dominantes” (Löwy, 2009, p.40).

Assim, as concepções hegemônicas, inclusive a respeito do que é ou não trabalho – conceito caro à Orientação Profissional –, além de, por muito tempo, terem-no considerado a partir da lógica do assalariamento formal, não atentavam para as diferentes vivências de homens e mulheres, tomando como referencial o homem branco, qualificado e assalariado (Guimarães

& Hirata, 2014; Souza-Lobo, 1991). O foco neste indivíduo pretensamente universal fez com que questões relativas a gênero tenham sido por muito tempo negligenciadas ao se conceber o mundo do trabalho, tanto do ponto de vista teórico quanto das práticas sociais, muito embora estas sejam dimensões imprescindíveis para a compreensão das desigualdades e da forma como se organiza a sociedade (Biroli, 2018).

Neste panorama, os estudos feministas revelam-se de suma pertinência, posto que as questões de gênero denunciam um procedimento comum em muitas pesquisas: a generalização dos resultados obtidos, válidos apenas para uma parcela específica da população masculina, para o conjunto da população trabalhadora. Como consequência, é possível apontar o descompasso entre as ações e práticas respaldadas por pesquisas com este viés e a realidade social, necessariamente mais heterogênea e diversa. Os estudos que atentam para as relações de gênero a partir de uma perspectiva não liberal contribuem para interrogar e reposicionar as discussões a respeito de vocações e escolhas de trabalho, na medida em que contextualizam e historicizam os fenômenos sociais, questionando a ideologia naturalista.

Exemplos de movimentos na direção de tirar da invisibilidade as relações de gênero são os estudos da cientista social Elisabeth Souza-Lobo, que em 1991 escreveu um livro cujo título já era um alerta: “A classe trabalhadora tem dois sexos”. Na Psicologia Social, Arakcy Martins Rodrigues (1978) publicou, no fim da década de 1970, o livro “Operário, Operária - estudo exploratório sobre o operariado industrial da Grande São Paulo”. Em ambos os casos, chama-se atenção para o evidente caráter sexuado da classe trabalhadora, fundamental para que se compreenda a experiências cotidianas das pessoas e os desafios reais que enfrentam.²

Assim, o debate sobre as relações de gênero questiona o típico sujeito neutro de grande parte das pesquisas dentro dos campos da Orientação Profissional, das Ciências Sociais e da Psicologia do Trabalho. Nesse sentido, verifica-se que a concepção de neutralidade comumente se traduz na generalização da experiência do homem branco, de classe média, cisgênero, heterossexual. Chamar atenção para as vivências das mulheres é convidar a pensar o mundo do trabalho e as práticas em Orientação Profissional a partir de outras lógicas, dando voz e atenção a formas de trabalho muitas vezes invisibilizadas e pouco valorizadas, como o trabalho doméstico e de cuidado – que tomam tempo, demandam habilidades diversas, mas tendem a chamar atenção apenas quando da sua não realização. Este tema, em suas articulações, propõe reflexões de bastante relevância em contextos como o brasileiro. Debruçar-se sobre ele é,

² Nesse sentido, os trabalhos de autoras como Butler (2003) e Louro (2000, 2011) contribuem para ampliar a compreensão da heterogeneidade da classe que vive do trabalho por questionarem o próprio binarismo homem x mulher, aprofundando discussões sobre identidade de gênero e sexualidade.

também, um compromisso político em direção a uma sociedade mais justa para toda a população.

Como destacam Crenshaw (2010), Davis (2011, 2018), Gonzales (2020), hooks (2007), Lorde (1984) e Nascimento (2019), a universalização das experiências se revela perigosa inclusive dentro da própria categoria “mulheres”: neste sentido, faz-se necessário o cuidado para não universalizar a experiência de mulheres brancas de classe média ao pensar um grupo social que se revela plural e heterogêneo. As vivências das mulheres negras trazem à tona outras camadas de opressão que precisam ser levadas em consideração e que guardam estreita relação com um histórico racista e escravocrata. Nesse sentido, gênero, classe social e raça/etnia se imbricam, conformando uma miríade diversa de experiências, identidades e, por conseguinte, lutas.

As relações de gênero e seus entrecruzamentos com outros marcadores sociais atravessam a Orientação Profissional de maneiras variadas, manifestas na divisão sexual do trabalho e suas consequências, como as significativas diferenças de rendimentos em relação aos homens e as assimetrias igualmente expressivas entre as próprias mulheres. Observa-se, ainda, a descontinuidade das trajetórias profissionais em decorrência de situações diversas, dentre as quais a maternidade e a responsabilidade pelo trabalho de cuidado.

Em suas vidas, as mulheres vão assumindo lugares e posições diversos, como o lugar de trabalhadora e o próprio lugar de mulher. Esta assunção é, contudo, heterodeterminada, posto que forjada no seio da ordem patriarcal. Ao longo de suas trajetórias, acontecimentos que se dão no contexto social, político e econômico, bem como no espaço familiar e em suas vidas pessoais, permitem uma escolha com maior heteronomia ou autonomia – ainda que esta última seja sempre relativa, como destacam Biroli (2013) e Bohoslavsky (1983).

Nesse sentido, defende-se aqui que a atuação no campo da Orientação Profissional é mais potente quando caminha na direção da desalienação – quando é, portanto, mais esclarecida, passando pela percepção e consciência crítica da desigualdade estrutural. Entende-se que é na medida em que esta consciência avança que se torna possível o avanço da autodeterminação, a qual não substitui as determinações macrossociais, mas relaciona-se com ela, revelando brechas que tornam possível a agência – ainda que se trate não apenas de uma agência imperfeita, mas diferenciadamente imperfeita (Biroli, 2018).

Postas estas questões, marca-se a importância do lugar de sujeito em detrimento do lugar de objeto. O reconhecimento destes lugares deve levar em consideração que as pessoas constroem suas identidades em uma sociedade marcada pela opressão, dominação e exploração – e que gênero, assim como raça e classe, exercem efeitos significativos nas possibilidades

peçoais e coletivas, haja vista que impactam, inclusive, as possibilidades de reconhecimento do próprio valor e a construção de projetos futuros.

As desigualdades estruturais e a dimensão de gênero marcam a necessidade de se repensar e historicizar o próprio trabalho. Trata-se de um conceito polissêmico, ainda que possa ter seu significado restrito quando concebido a partir da perspectiva hegemônica (Williams, 2007). Neste sentido, o trabalho voltado para a esfera produtiva tem lugar de destaque em relação ao trabalho voltado para a reprodução social da classe trabalhadora – ou para a “produção do viver” como nomeiam Hirata e Zarifian (2009).

Assim, introduzir o componente de gênero na análise convida a uma compreensão mais ampla do próprio conceito de trabalho, de modo a englobar, sem hierarquias, a multiplicidade de formas de trabalho para além do assalariamento formal, remunerado e profissional, como o trabalho informal, o não-remunerado e o doméstico. A partir desta compreensão, faz-se necessário olhar para mulheres e homens, público e privado, produção e reprodução, trabalho doméstico e outras formas de trabalho (Hirata, 2002; Kergoat, 2018).

Nas últimas décadas, o mundo vem passando por contínuas mudanças que vão na contramão de uma melhora das condições da população trabalhadora – ou da classe-que-vive-do-trabalho, para usar a expressão cunhada por Antunes (1999). Tais mudanças recentes alteram a legislação trabalhista, fragilizando os vínculos de trabalho formalizados e formalizando vínculos de trabalho frágeis sem, com isto, tornar suas condições menos precárias. Deste modo, contribuem para manter as pessoas (sobretudo as menos qualificadas e escolarizadas) em situação de vulnerabilidade.

O ano de 2017 foi marcado por mudanças significativas na legislação trabalhista, através da Lei 13.467/2017 (Brasil, 2017), também conhecida como a Reforma Trabalhista. Nesse sentido, parte significativa das medidas propostas, em vez de proteger as pessoas que não têm acesso à seguridade social, ameaçam levar a condição de desproteção, informalidade e precariedade também a outros segmentos até então mais protegidos da população trabalhadora, como discutem Campos (2017) e Carvalho (2017).

Neste mesmo contexto, têm ganhado destaque discursos sobre empreendedorismo e empregabilidade – os quais, em vez de discutir questões estruturais que criam contexto para desigualdade sociais, individualizam a questão ao centrar nas/os trabalhadoras/es as responsabilidades de adaptação às novas condições do mundo do trabalho, como demarcam Lindôso (2017) e Machado da Silva (2002).

Ainda neste panorama, observa-se, por outro lado, o fortalecimento de movimentos feministas no Brasil e no mundo, com importantes conquistas no que se refere à vida e aos

direitos das mulheres (Gago, 2020; Hollanda, 2018). Entretanto, dois pontos merecem atenção neste cenário: de um lado, cabe destacar que as desigualdades permanecem significativas, tanto entre mulheres e homens, quanto entre as próprias mulheres; por outro, tem ganhado força o feminismo liberal – que prega o empoderamento feminino sem questionar as intrínsecas relações que se estabelecem entre patriarcado, racismo e capitalismo. As mudanças propostas por esta vertente do feminismo buscam uma maior igualdade entre mulheres e homens, sem, contudo, questionar o sistema capitalista. Deste modo, o feminismo liberal desconsidera as necessidades e experiências de uma parcela significativa da população e se apropria de importantes conquistas feministas para gerar lucro em detrimento da classe trabalhadora (Aruzza, Bhattacharya, & Fraser, 2019).

Levando estes fatores em consideração, busca-se refletir sobre a atuação na Orientação Profissional e suas possíveis contribuições para pavimentar caminhos em que mulheres e homens possam fazer frente à alienação e dispor, de modo autônomo, e não heterônomo, de sua força de trabalho – disputando, assim, não apenas a determinação do seu trabalho, mas do seu próprio estar no mundo. O horizonte que se vislumbra a partir desta perspectiva é o da integração e da libertação, em contraposição à acomodação e ao ajustamento a uma realidade social que, longe de ser natural, deve ser problematizada e compreendida criticamente – para que seja possível, enfim, agir sobre ela a fim de transformá-la (Freire, 1996, 2016, 2019).

É neste panorama que a tomada de consciência, quando feita de forma crítica, tem se mostrado uma ideia pertinente, como apontam autoras e autores dos mais diversos campos (Biroli, 2013; Bohoslavsky, 1977, 1983; Freire, 1974, 2020; Hirata, 2018; Kergoat, 2018). As pessoas constroem o mundo e são, também, construídas por ele. Entretanto, daí não deriva que necessariamente reconheçam a sua construção e transformação do mundo de modo consciente. Nesse sentido, em que medida lhes é possível se dar conta dos determinantes individuais e sociais das suas decisões, pensando sua existência pessoal e coletiva? Em que medida podem agir a partir desta consciência crítica?

A tomada de consciência, parte fundamental do processo de conscientização ao qual alude Freire (2016), é o motor que possibilita uma ação transformadora. No entanto, entendida a partir da práxis, faz sentido na medida em que informa a ação, marcando um movimento que integre teoria e prática.

Dentro da discussão de gênero que se pretende estabelecer aqui, entende-se que o processo de conscientização passa por olhar para o pessoal em articulação com o coletivo e, no caso das mulheres, envolve lançar luz sobre a alienação – em relação ao seu trabalho e à sua condição de mulheres. Quando não há conscientização, mesmo que uma mulher saia de uma

relação de trabalho opressiva e exploratória, isto não implica que ela não permaneça alienada da sua condição de mulher e de trabalhadora – e, por conseguinte, suscetível a ingressar em outras relações igualmente opressivas. Esta lógica pode ser estendida para fora das relações profissionais, especialmente porque o trabalho não pode ser dissociado das outras dimensões da vida das pessoas.

As discussões sobre o papel da Orientação Profissional em contextos de desigualdade estrutural, a tomada de consciência como movimento de transformação e o papel da Psicologia neste panorama não são recentes na América Latina. Em 1975, o Psicólogo e Orientador Profissional argentino Rodolfo Bohoslavsky travou uma importante discussão sobre o tema, publicada no Brasil em 1983. Partindo dos Manuscritos Econômico Filosóficos de Marx (2004) para pensar a alienação, a tensão entre agência e estrutura e o papel da Orientação Profissional neste panorama, o autor assinala a relevância da tomada de consciência em duas vias: de um lado, é preciso tomar consciência das dimensões estruturais em jogo quando alguém escolhe; de outro, é necessário trazer à tona elementos inconscientes que impactam as escolhas. Destaca-se, contudo, que a dimensão de gênero recebeu pouca atenção na obra do autor, ainda que seus textos ofereçam pistas para o prosseguimento deste debate na atualidade.

E é pensando em avançar neste debate a partir da articulação da prática profissional com diferentes campos do saber que esta pesquisa se delinea e toma forma. Deste modo, a presente tese considera a importância de se implicar as pessoas e seus projetos – pessoais e coletivos – em uma sociedade marcada pela desigualdade, mas que tem o trabalho como um elemento indispensável à organização da vida, à construção da identidade e à própria produção do gênero. Em contraposição à ideia de neutralidade, marca-se o caráter político da Psicologia e da Orientação Profissional. A partir de então, torna-se possível pensar em formas de enfrentamento que façam sentido no contexto atual, com seus desafios, contradições e possibilidades. Entendida nesta acepção, a Orientação Profissional tem um compromisso com a construção de estratégias que façam frente à opressão, à exploração e à dominação.

Levando em consideração as temáticas abordadas na presente pesquisa, a justificativa quanto à sua pertinência está relacionada à importância da consciência crítica e da conscientização não apenas para desvelar as desigualdades entre mulheres e homens, mas sobretudo para oferecer elementos que permitam pensar a ação social, fomentando rearranjos e transformações. Nesse sentido, importantes subsídios podem ser oferecidos para se pensar políticas públicas voltadas para o trabalho e a educação, com ênfase não apenas na promoção da igualdade entre mulheres e homens, mas na construção de uma sociedade mais justa para todas as pessoas. Mostra-se relevante, ainda, o diálogo entre Paulo Freire e as problemáticas

discutidas na Orientação Profissional: o autor, a partir da ideia de consciência crítica, já vem sendo acionado em discussões da área nos Estados Unidos (Blustein et al., 2019, Duffy et al., 2016) e na Europa (Hooley, Sultana, & Thomsen, 2020, 2021). Incorporar suas reflexões na agenda da Orientação Profissional brasileira e latino-americana, contexto que embasou em larga medida o arcabouço teórico e prático freireano, revela-se de extrema pertinência, sobretudo considerando-se a postura fatalista que impera no contexto atual, típica da lógica neoliberal tão criticada por Freire (1996).

1.1 Consciência crítica, conscientização e Orientação Profissional: produções nacionais

Visando mapear a produção científica brasileira no que diz respeito à articulação entre Orientação Profissional e conscientização, foram realizadas pesquisas no Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia [PEPSIC] e no *Scientific Electronic Library Online* [SciELO] no dia 13 de junho de 2022. Em ambas as bases de dados, as pesquisas foram realizadas a partir de quatro conjuntos de unitermos: 1) Orientação + Profissional + Consciência; 2) Orientação + Profissional + Conscientização; 3) Orientação + Vocacional + Consciência; 4) Orientação + Vocacional + Conscientização.

Após a exclusão dos artigos repetidos e daqueles que não discutiam o tema proposto, restaram três publicações, que serão apresentadas a seguir. Cabe destacar que nenhuma delas citou Paulo Freire como referência para as reflexões, tampouco a ideia de consciência crítica: foram encontradas as expressões “maior tomada de consciência” e “desenvolvimento da consciência” (Lima et al., 2020), “conscientização” (Lima et al., 2020; Soares et al., 2007) e “ampliar a consciência” (Souza et al., 2009). Entretanto, optou-se por apresentar as discussões tecidas pelas/os autoras/os em decorrência do fato de apontarem para uma criticidade da consciência a partir de uma leitura da escolha que considera o contexto social, cultural, político e histórico. Em nenhuma das publicações as relações de gênero são mencionadas enquanto parte relevante do processo de Orientação Profissional.

Partindo da Psicologia Histórico-Cultural, Lima et al. (2020) chamam atenção para o peso da diferença de classe entre as/os jovens que concluem o Ensino Médio, destacando o fato de que a continuidade dos estudos via Ensino Superior aparece apenas para uma parcela das/os jovens. O capitalismo, segundo as/os autoras/es, apregoa uma falsa ideia de liberdade de escolha e centra na pessoa a responsabilidade por sua trajetória, seu sucesso ou fracasso. A sociedade

de classes tem como contradição o fato de que, ao mesmo tempo em que defende o mérito e o esforço pessoal como forma de obtenção de sucesso, impõe obstáculos distintos às pessoas conforme o grupo social ao qual pertencem e o contexto em que vivem.

A respeito da prática da Orientação profissional, é salientada a importância de se pensar atividades que trabalhem o despertar de uma consciência mais ampla, levando em consideração o caráter histórico e a materialidade dos fenômenos sociais, além das alternativas de construção coletiva dos caminhos.

“[...] as atividades desenvolvidas podem favorecer discussões sobre o contexto sócio-histórico e suas contradições e, a partir disso, promover uma maior tomada de consciência para gerir os desafios da escolha, pensando quais caminhos são possíveis e desejáveis, considerando, sobretudo, que, na sociedade dividida em classes, a ideia de escolha também precisa ser problematizada” (p.152).

A partir de uma abordagem psicossocial, Souza et al. (2009) discutem uma experiência de Orientação Profissional com estudantes do 3º ano do Ensino Médio de uma escola pública da cidade de Viana, no Espírito Santo. Foi realizada uma oficina cujo objetivo consistia na ampliação da consciência acerca dos determinantes contextuais envolvidos no processo de escolha pessoal, notadamente as relações familiares e o contexto familiar e laboral. A partir desta atividade, busca-se “favorecer” uma postura ativa diante do contexto, visando a sua transformação:

“[...] o objetivo geral da OP é favorecer uma “boa” escolha profissional, definida como aquela que é feita a partir de uma análise crítica da sociedade e do trabalho, e que é tomada por um sujeito que se sente participante ativo da construção de sua própria história e do mundo em que vive” (Souza et al., 2009, p.418).

Soares et al. (2007) descrevem uma experiência de Orientação Profissional na educação popular. Tomando como base o psicodrama, fazem alusão à importância de que os processos de escolha profissional sejam compreendidos levando em consideração as restrições que um contexto econômico e social desfavorável impõe às pessoas que escolhem. Assim, a atuação deve considerar a conscientização quanto ao panorama da sociedade em distintas esferas: social, política, educacional e econômica.

1.1.1 Breves considerações sobre a Orientação Profissional segundo a abordagem sócio-histórica

Para Aguiar e Bock (1995), a Orientação Profissional é capaz de atuar no sentido de promover a saúde das/os orientandas/os, na medida que entende as pessoas não de forma isolada, mas inseridas em relações sociais. A promoção de saúde está atrelada precisamente à consciência: faz-se necessário ampliá-la, de modo que seja possível atentar para a realidade e compreender a forma como as relações sociais se organizam no momento presente. Esta reflexão crítica faz sentido na medida em que informa a ação sobre a realidade visando a sua transformação.

Levando estas questões em consideração, a abordagem sócio-histórica questiona a concepção individualista de Orientação Profissional, na medida em que esta perspectiva sugere uma naturalização, descolando a pessoa dos fenômenos sociais. Na contramão deste pensamento, Bock (2002) chama atenção para o caráter social e histórico das escolhas individuais. Destaca-se, assim, a necessidade de se compreender os determinantes sociais que influenciam as escolhas, bem como a forma como estes são internalizados pelas pessoas.

Nessa perspectiva, valoriza-se o trabalho em grupo, na medida em que este possibilita a troca de diferentes pontos de vista, dificuldades, interesses, projetos e valores. O grupo possibilita a percepção de que, muito embora todas as pessoas estejam expostas à ideologia dominante, não há um único caminho a ser seguido.

Em sua proposta de Orientação Profissional em grupos, Bock (2002) privilegia discussão e o pensamento crítico, além do compartilhamento de experiências, visões de mundo e interesses. Salienta-se o lugar ativo da/o orientanda/o em seu processo de escolha. O trabalho realizado é dividido em 15 encontros, com três diferentes eixos, ou módulos, de discussão.

O Módulo I intitula-se “O significado da escolha profissional” e tem como objetivo trazer para a pauta a discussão a respeito das escolhas profissionais, assim como daquilo que está em jogo nesse processo. Na terceira sessão deste módulo, são discutidas, dentre outras temáticas, as articulações entre as questões de gênero e a escolha profissional a partir da apresentação de dados estatísticos a respeito do vestibular e das carreiras. Nesse sentido, busca-se discutir a existência ou não de profissões tipicamente femininas ou masculinas.

No Módulo 2, denominado “O Trabalho”, discute-se o trabalho em suas dimensões conceituais, materiais e históricas. Nos encontros, temas como divisão social do trabalho, mercadoria, força de trabalho, desemprego e profissões recebem destaque.

Por fim, o Módulo 3, “Autoconhecimento e informação profissional”, volta-se para conhecimento de si, bem como do mundo do trabalho e das profissões. Nele, são feitas pesquisas a respeito de cursos e campos de atuação.

Deste modo, embora os termos conscientização e consciência crítica não sejam explicitamente nomeados nas obras consultadas, evidencia-se, na abordagem sócio-histórica, uma compreensão crítica e reflexiva da Orientação Profissional e do processo de escolha, bem como do contexto estrutural e das desigualdades enfrentadas no mercado de trabalho e no acesso à educação. Além disto, esta concepção se mostra afinada com a ideia de conscientização proposta por Freire (2016), haja vista que interliga a consciência crítica de como os fenômenos sociais se organizam e tomam forma com a ação concreta das pessoas no intuito de promover mudanças na realidade.

As relações de gênero também aparecem enquanto preocupação para a abordagem sócio-histórica, notadamente a partir da discussão e problematização do direcionamento a carreiras distintas conforme o sexo (Bock, 2002, 2008).

1.2 Consciência crítica e Orientação Profissional: produções internacionais

1.2.1 A Teoria da Psicologia do Trabalho³

Dentre as teorias que trazem as relações de gênero, raça e classe, além da ideia de consciência crítica, para a pauta da Orientação Profissional e de Carreira, destaca-se a Psicologia do Trabalho, proposta por Duffy et al. (2016). A formulação desta teoria parte de pesquisas nos campos da Orientação Profissional, da Psicologia Multicultural, das discussões acerca da interseccionalidade e da Sociologia do Trabalho, além da anterior *Psychology of Working Framework* (Blustein et al., 2008, 2013).

A Psicologia do Trabalho toma corpo a partir de uma crítica às abordagens tradicionais da Orientação Profissional e de Carreira, salientando que teorias como a desenvolvimentista de Gottfredson (2005), a traço-fator de Holland (1997), a sócio-cognitiva de Lent (2013) e a construtivista proposta por Savickas (2002), conquanto sejam referências importantes para a

³ Em inglês, *Psychology of Working Theory*.

própria Psicologia do Trabalho, dão relevo ao indivíduo, colocando o contexto em segundo plano.

Segundo as/os autoras/es, no início da história de desenvolvimento de carreira houve uma preocupação com questões relativas a níveis mais reduzidos de escolhas (Parsons, 2005), mas a disciplina em si se construiu voltada para pessoas com altos graus de volição e privilégios. Deste modo, estas teorias enfrentam uma dificuldade maior para explicar as vidas de trabalho das pessoas marginalizadas, com menor poder aquisitivo e/ou que passam por transições involuntárias no mundo do trabalho. Chama-se atenção, assim, para o caráter elitizado da Orientação Profissional e de Carreira, ainda que seja destacado o fato de que as transformações em curso no mundo do trabalho e os avanços tecnológicos que as acompanham fazem com que estas questões afetem também a classe média.

A Psicologia do Trabalho busca olhar para as vidas e experiências de trabalho de todas as pessoas, notadamente aquelas que experienciam a pobreza e a discriminação. Trata-se de uma teoria que coloca os fatores sociais e econômicos na linha de frente do entendimento das questões concernentes ao trabalho e destaca a garantia do trabalho decente⁴ (em vez da escolha de uma carreira específica) como resultado primordial do processo. Para as/os autoras/es, o trabalho decente, que está diretamente ligado tanto às oportunidades de vida e trabalho, quanto ao bem-estar das pessoas, tem se revelado algo consideravelmente difícil de se obter no mundo contemporâneo.

Na linha do que discutem autoras/es do construcionismo social, o trabalho é concebido como parte de um contexto relacional que envolve múltiplas dimensões e papéis sociais, entrelaçando-se com experiências subjetivas, culturais, sociais, históricas e econômicas. Há uma relação de interdependência entre o trabalho e as múltiplas redes de relações envolvidas na vida de cada pessoa (Blustein, 2011; Blustein, Schultheiss, & Flum, 2004; Ribeiro, 2014; Richardson, 1993). A ênfase é dada às trabalhadoras e aos trabalhadores, seus desafios e formas de atribuir sentido àquilo que vivenciam. Para a Psicologia do Trabalho, os fatores socioculturais são concebidos como fundamentais para a compreensão das escolhas profissionais das pessoas (Blustein et al., 2019).

⁴ As/os autoras/es compreendem o trabalho decente a partir do que foi postulado pela Organização Internacional do Trabalho [OIT]. Nessa perspectiva, o trabalho decente inclui quatro dimensões que se articulam, a saber: 1) capacidade de criação de empregos por parte dos governos e formuladoras/es de políticas sociais; 2) garantias trabalhistas asseguradas; 3) diálogo entre trabalhadoras/es, empregadoras/es e líderes governamentais; 4) segurança; possibilidade de descanso e tempo livre para outras atividades e para a vida familiar; compensação em casos de perda ou redução de rendimentos; acesso à saúde de qualidade. Embora todas as dimensões sejam consideradas importantes, a quarta dimensão revela-se fundamental para esta teoria.

Considerando a impossibilidade de se entender o trabalho como algo separado da vida de quem trabalha, aspectos como a herança cultural, as relações familiares e as identidades sociais (atravessadas pelas dimensões de gênero, raça e classe) ganham relevo na compreensão das relações que as pessoas estabelecem com o trabalho (Blustein et al., 2019).

Nessa perspectiva, defende-se a necessidade de ampliação do campo da Orientação Profissional, de modo que seja possível incluir todas as pessoas que trabalham ou desejam trabalhar, na linha do que propõe Richardson (1993). O trabalho é compreendido para além do mercado, posto que a atenção às relações de gênero leva ao reconhecimento da importância do trabalho doméstico e do trabalho de cuidado, os quais frequentemente não recebem valorização social e financeira. Igualmente importante é a compreensão da articulação entre as experiências de trabalho e não trabalho.

Partindo de referenciais individualistas e coletivistas, a Psicologia do Trabalho busca investigar como as variáveis contextuais e psicológicas afetam as habilidades individuais de se assegurar o trabalho decente, bem como a satisfação das próprias necessidades. Nesse sentido, reconhece estar mais alinhada a uma perspectiva individualista. Daí não deriva, contudo, a identificação com um ideal individualista, mas a assunção da influência do contexto na construção da teoria. Deste modo, o contexto social, político e cultural norte-americano e as concepções acerca de trabalho e bem-estar predominantes nesta sociedade têm papel fundamental, conforme demarcam Duffy et al. (2016), que reconhecem partir da experiência norte-americana – logo, capitalista, ocidental, calcada no livre mercado e com foco na satisfação individual.

Para Duffy et al. (2016), a marginalização e as restrições econômicas são as maiores barreiras para o acesso ao trabalho decente: experiências de marginalização constroem o desenvolvimento de carreira, com impactos naquilo que as pessoas esperam de si mesmas e de suas vidas profissionais. Assim, a estreita relação entre elementos individuais e sociais é uma preocupação central da teoria. É nesta direção que se marca a pertinência da classe social para se pensar o lugar e os sentidos assumidos pelo trabalho na vida das pessoas.

Os estudos feministas também recebem destaque, uma vez que apontam para o fato de que as teorias de carreira foram construídas a partir da experiência dos homens, muitas vezes relegando as mulheres a papéis secundários e valorizando certos tipos de trabalho, tradicionalmente vistos como masculinos, em detrimento de outros. Os estudos sobre raça, por sua vez, apontam para o modo como as teorias negligenciavam o racismo e outras formas de opressão.

Blustein et al. (2019) advogam que o foco deve estar menos na direção de promover uma adaptação das pessoas às circunstâncias desiguais e mais em desafiar as estruturas e ideias opressivas que, tomando como base as identidades sociais e o poder aquisitivo, marginalizam e põem em risco pessoas em comunidades.

Neste contexto, Duffy et al. (2016) entendem haver algumas variáveis moderadoras da relação que as pessoas estabelecem com o trabalho e o trabalhar. As condições econômicas emergem enquanto variáveis mais amplas, uma vez que recursos econômicos têm um papel chave no entendimento das vidas de trabalho. Além disto, duas variáveis assumem um papel fundamental para esta teoria, posto que têm como função a mediação das relações entre os fatores contextuais e a garantia do trabalho decente: a volição, entendida como a percepção individual acerca das possibilidades de se fazer escolhas ocupacionais (a despeito das barreiras contextuais) e a adaptabilidade de carreira, entendida como a disponibilidade e os recursos individuais para fazer frente às tarefas referentes ao desenvolvimento vocacional (Savickas, 2002).

Conquanto façam questão de demarcar o peso das variáveis contextuais, notadamente das condições econômicas, as/os autoras/es salientam a existência de espaços para a agência pessoal. Nesse sentido, três variáveis, marcadas pela sua maleabilidade, podem influenciar a volição, a adaptabilidade e o trabalho decente, alterando o seu peso ou mesmo sua direção: a personalidade proativa, o suporte social e a consciência crítica.

A personalidade proativa caracteriza-se pela resiliência diante da adversidade, somada à disposição para tomar iniciativa pessoal no intuito de transformar seu ambiente. O suporte social refere-se ao grau de sentimento de suporte da família, amigas/os e pessoas importantes, bem como da própria comunidade mais ampla para lidar com a marginalização e as restrições econômicas.

A consciência crítica envolve, de acordo com as/os autoras/es, a reflexão crítica (análise da conjuntura social), eficácia política e ação crítica. Neste panorama, a consciência crítica é valorizada por facilitar que os grupos oprimidos superem restrições estruturais e alcancem resultados desejados. Este conceito parte, dentre outras referências, das ideias de Paulo Freire em seu livro *Pedagogia do Oprimido* (Freire, 2019).

Segundo Duffy et al. (2016) e Blustein et al. (2019), a consciência crítica é de suma importância ao possibilitar que as pessoas possam investigar as causas da injustiça e da opressão para, a partir daí, serem capazes de fazer frente às barreiras oferecidas pelo contexto, construindo alternativas que envolvam a mobilidade social. Nesse sentido, a consciência crítica conjuga-se, dentre outros elementos, com as reflexões trazidas por um olhar interseccional,

posto que as dimensões de gênero, raça e classe revelam-se de suma importância para se compreender como a opressão, a injustiça e as barreiras sociais se manifestam concretamente na vida das pessoas.

A consciência crítica, de acordo com estes autores, passa por uma análise cuidadosa das condições sociais que estão em jogo ao pensar as vidas das pessoas, a forma como se percebem capazes de alterar estas condições e o engajamento em ações que visem combater a desigualdade social, seja individual ou coletivamente. Tal como um sistema de amortecimento, oferece condições para amenizar os efeitos de experiências de marginalização e injustiça na volição para o trabalho, na adaptabilidade de carreira e na habilidade de garantir o trabalho decente. Além disto, possibilita uma compreensão mais ampla das condições estruturais e do lugar que estas ocupam nas vidas de trabalho das pessoas.

Conforme salientam Blustein et al. (2019), a consciência crítica, aliada à ação e reflexão críticas e à ação criticamente informada, pode atuar nos níveis individual e sistêmico. No nível individual, as três podem contribuir, conjuntamente, para uma compreensão mais aprofundada de um fenômeno como o desemprego, diminuindo a culpabilização individual por uma experiência que, muito embora seja vivida individualmente, envolve dimensões pessoais, sociais e estruturais. Já no nível sistêmico, esta contribuição pode se dar, por exemplo, no questionamento da ideologia antissindical, dentre outros discursos frequentemente apregoados pelo neoliberalismo e que vão na direção contrária da organização coletiva e da transformação social.

Para Pires, Ribeiro e Andrade (2020), a Psicologia do Trabalho e seu arcabouço teórico-prático contribuem para conscientizar as/os próprias/os orientadoras/es profissionais no que concerne à influência do contexto estrutural, demonstrando o papel de variáveis como gênero, classe social e raça/etnia nas trajetórias de vida e trabalho das pessoas. Deste modo, pavimenta caminhos na direção de reflexões e práticas que transcendam as ideias de competência e mérito, as quais podem ter efeitos nocivos às pessoas, como a culpabilização pelas dificuldades e opressões sofridas em suas vidas de trabalho.

1.2.2 Orientação Profissional, justiça social e consciência crítica

Para Hooley, Sultana e Thomsen (2021), o compromisso com a justiça social deve ser uma das bases da Orientação de Carreira. Para tanto, faz-se necessário levar em consideração o

fato de que as carreiras pessoais são fortemente influenciadas pelo contexto em que se vive, tanto do ponto de vista microssocial, quanto do ponto de vista macrossocial. Assim, as teorias que discutem e explicam a carreira devem reconhecer que a desigualdade social exerce considerável influência nas oportunidades de desenvolvimento de carreira, as quais se apresentam desigualmente distribuídas entre as pessoas, com impactos em suas trajetórias.

Nesse sentido, Hooley e Sultana (2016) demarcam o caráter ilusório da ideia de tecer sua própria narrativa de carreira completa e livremente. As carreiras não são uma derivação direta dos atributos, das características psicológicas, do esforço e da inteligência de uma pessoa. As oportunidades de vida e trabalho não estão igualmente distribuídas entre a população: uma miríade de fatores, tais como gênero, etnia, orientação sexual e idade se articulam na compreensão das trajetórias pessoais e, por conseguinte, em diferentes possibilidades e obstáculos para pessoas e grupos sociais. Hooley, Sultana e Thomsen (2020) salientam, ainda, que uma série de mudanças ocorridas desde a recessão de 2008, as quais se potencializaram com a pandemia do Covid-19, têm impactado as trajetórias de vida e trabalho das pessoas, bem como o panorama social mais amplo. Nesse contexto, tem havido um crescente interesse na construção de práticas em Orientação de Carreira que sejam comprometidas com a justiça social.

Assim, a Orientação de Carreira pode e deve marcar um posicionamento perante as desigualdades sociais, o que se traduz em uma ação que busque contribuir para o desenvolvimento das pessoas, fazendo com que tomem consciência do papel das estruturas sociais e possam exercer sua agência, individual e coletivamente (Hooley, Sultana, & Thomsen, 2021).

Para Hooley e Sultana (2016), colocar a justiça social em evidência para pensar a Orientação de Carreira também traz à tona a necessidade de posicionamento por parte das/os orientadoras/es. De acordo com os autores, cada perspectiva teórico-prática está imbuída de uma série de premissas que são, essencialmente, políticas. Nesse sentido, é preciso escolher entre uma prática que busca e promove o *ajustamento* ao mundo tal como ele se apresenta e uma atuação que desafia as injustiças que caracterizam o mundo do trabalho e as relações sociais, sem perder de vista as experiências cotidianas de quem está sendo atendida/o. Dentre as opções que se abrem para as/os profissionais que buscam uma atuação situada nesta última perspectiva, o trabalho voltado para a conscientização, tal como proposto por Freire (2016), é uma das possibilidades levantadas pelos autores.

Buscando construir uma Orientação de Carreira emancipatória, Hooley, Sultana e Thomsen (2021) elencam cinco sinalizadores para uma prática com este compromisso:

construir a consciência crítica; nomear as opressões; interrogar as definições e a própria ideia de normalidade; incentivar as pessoas a trabalharem em parceria; trabalhar em níveis variados.

A construção da consciência crítica parte da ideia de conscientização discutida por Paulo Freire (1974, 2006, 2009). Para Hooley, Sultana e Thomsen (2021), o diferencial do conceito consiste em marcar o quanto as experiências e percepções individuais estão intrinsecamente articuladas com as relações de poder e a desigualdade, bem como a importância de se interrogar o modo como estas relações se organizam e o que pode ser feito para transformá-las. A conscientização é concebida como o desenvolvimento da consciência crítica

Assim, a ação visa um olhar crítico para o contexto e aquilo que está em jogo na construção das trajetórias, oportunidades e possibilidades. Nesse sentido, não basta que as pessoas atentem para suas vidas pessoais e para o contexto social mais amplo, mas que busquem estabelecer relações entre ambos, considerando os motivos pelos quais os eventos se dão de uma certa maneira e em benefício de quem. Conforme pontuam os autores, a consciência crítica contribui para que as pessoas possam exercer a sua agência, tanto em suas trajetórias pessoais, quanto na vida coletiva.

O ato de nomear as opressões, por sua vez, implica o reconhecimento das relações de poder que estão em jogo, marcando que a opressão se sustenta via estruturas de poder a partir das quais pessoas ou grupos se beneficiam às custas de terceiros. Do ponto de vista prático, este reconhecimento confere outras camadas de compreensão às experiências, contribuindo para a redução da culpabilização e para novas leituras daquilo que antes era percebido enquanto fracasso pessoal. A própria ideia de “empregabilidade”, segundo as/os autoras/es, deve ser olhada criticamente, posto que atribui às pessoas a responsabilidade por questões estruturais. As relações de opressão subjacentes precisam, portanto, vir à tona, a fim de que sejam construídas outras formas não apenas de enxergar as situações experienciadas, mas de agir diante delas.

Dar nome às opressões pode contribuir, ainda, para a organização coletiva. Entretanto, faz-se importante destacar que não se trata apenas de nomeá-las: é preciso trazê-las à superfície, discuti-las, compreendê-las criticamente e, acima de tudo, se recusar a tolerá-las.

Hooley, Sultana e Thomsen (2021) pontuam que questionar o *status quo* e aquilo que foi estabelecido como normal envolve um exercício da própria consciência crítica, na medida em que se interroga as razões pelas quais um dado fenômeno, a exemplo de uma situação de opressão, se constrói e se sustenta. A normalização da submissão das mulheres aos homens é um exemplo de normalidade instituída que precisa ser questionada e combatida.

Partindo do pressuposto de que muitas das questões com as quais as pessoas precisam lidar em suas trajetórias de trabalho dizem respeito a problemas sociais e grupais, os quais podem ser melhor enfrentados coletivamente, salienta-se a importância do trabalho coletivo em atividades voltadas para a Orientação de Carreira. Este trabalho coletivo pode se manifestar no incentivo a atividades cooperativas entre as/os participantes de um processo de orientação, bem como na própria articulação entre profissionais do campo no visando a construção de estratégias de ação e enfrentamento em parceria. Destacam-se, ainda, ações conjuntas entre participantes e orientadoras/es.

As/os autoras/es chamam a atenção para a importância de se explorar diferentes perspectivas diante dos objetivos futuros trazidos em um grupo de orientação de carreira. Assim, se um objetivo declarado é a empregabilidade, em vez de se buscar a forma mais ajustada ou “normal” de se conquistar este objetivo, faz-se necessário trazer à tona as diferentes perspectivas sobre o tema, a fim de que seja possível ampliar e, sobretudo, problematizar as compreensões acerca do que corresponde a ser normal ou empregável.

Nesta perspectiva, a/o orientadora/or não se coloca no processo como detentora/or das respostas buscadas pelas/os orientandas/os. Sua ação visa contribuir para a compreensão e a problematização das questões vividas, o que se torna possível a partir do aprofundamento da compreensão das experiências e do intercâmbio de visões distintas. No entendimento das/os autoras/es, esta linha de atuação contribui, ainda, para a partilha de possibilidades de ação que de fato considerem a experiência cotidiana de cada pessoa em detrimento de modelos pré-estabelecidos.

Por fim, uma Orientação de Carreira emancipatória demanda um trabalho que se desdobre em diversos níveis de atuação: o nível micro (indivíduos e grupos), o nível meso (instituições e organizações) e o nível macro (social e político). Ainda que a/o profissional opte por focar em um destes níveis, é importante ter em mente o fato de que eles se combinam na produção, reprodução e transformação das desigualdades. O comprometimento com a justiça social demanda o engajamento em lutas que se dão em esferas distintas, bem como a articulação com diferentes profissionais.

Hooley e Sultana (2016) destacam que o contexto de precariedade, recessão e desemprego em massa traz à tona a necessidade de diálogo com outros campos do conhecimento, tais como a Psicologia Crítica, o feminismo, a literatura, a Teologia da Libertação, a Sociologia Crítica e a literatura. Voltando-se para as/os próprias/os orientadoras/es, os autores afirmam que tornar a justiça social uma questão central para a Orientação de Carreira, sobretudo levando-se em consideração a lógica neoliberal dominante,

demanda a compreensão dos modos de funcionamento da hegemonia, bem como os motivos pelos quais a resistência se faz necessária. Isto implica que a/o profissional olhe para suas próprias compreensões acerca do ser humano, posto que são forjadas nesta lógica e por ela influenciadas. Além disto, dar destaque à justiça social demanda que seja possível vislumbrar e construir novas formas de ser e estar no mundo.

1.3 Gênero e Orientação Profissional: produções nacionais

No intuito de se traçar um breve panorama das publicações sobre mulheres e gênero em Orientação Profissional no Brasil, realizou-se uma pesquisa nas bases de dados Pepsic e Scielo no dia 14 de junho de 2022 a partir de dois conjuntos de unitermos: “Orientação Profissional” + Gênero; “Orientação + Vocacional” + Gênero. Excluindo-se as publicações repetidas, bem como aquelas que não se enquadravam na discussão proposta, foram encontrados sete artigos científicos.

Godoy e Noronha (2010), em pesquisa realizada com estudantes com faixa-etária entre 14 e 17 anos, buscam investigar como se apresentam as diferenças entre os sexos no que se refere aos interesses profissionais e à personalidade. Em relação aos campos de interesse, as autoras verificam que, enquanto as meninas demonstram preferência pelas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas, Arte e Comunicação e Ciências Biológicas e da Saúde, os meninos preferem as Ciências Exatas. No que se refere à personalidade, as características mais apresentadas pelas mulheres estavam relacionadas a: compaixão, proteção, apoio, organização, culpa, fracasso, amor, dentre outras. No caso dos homens, persuasão, comando, independência, domínio e manipulação foram algumas das características predominantes. Deste modo, as autoras constatarem que tanto a personalidade quanto os interesses profissionais são atravessados por estereótipos de gênero.

Nunes e Noronha (2009) partem da Teoria Social Cognitiva para investigar as diferenças no que se refere à percepção de autoeficácia em estudantes do Ensino Médio. As variáveis em função das quais tais diferenças são analisadas são o gênero, a série escolar e o tipo de escola da/o estudante. Como resultados, verifica-se diferenças significativas conforme o gênero: enquanto as mulheres indicaram uma maior autoeficácia em atividades dos tipos investigativo e social, os homens indicaram uma autoeficácia mais elevada em atividades do tipo realista. As autoras traçam a hipótese de que as práticas sociais são responsáveis pelos padrões distintos de

autoeficácia conforme o sexo.

Shimada e Melo-Silva (2013) investigam os interesses profissionais de mulheres atendidas em um Serviço de Orientação Profissional a partir do Teste de Fotos e Profissões (BBT-BR). As autoras observaram um interesse por atividades voltadas ao cuidado, bem como a rejeição de aspectos associados à agressividade, organização e racionalidade. Deste modo, compreendem que é necessário atuar sobre os estereótipos de gênero, a fim de não se restringir as possibilidades de carreira das/os orientandas/os.

Carvalho (2012) busca investigar as diferenças individuais no que concerne aos interesses profissionais tomando o gênero como parâmetro. Como resultados, verifica que os homens tendem a demonstrar maior interesse no trabalho com coisas (em áreas da tecnologia e exterior), ao passo que as mulheres se revelam mais interessadas no trabalho com pessoas (em áreas voltadas para arte, comunicação e serviços). Não foram encontradas diferenças significativas no campo da ciência, do planejamento e da condução de investigações. A análise indica que a influência do gênero deve seja considerada ao pensar os interesses de carreira das pessoas. O autor destaca, ainda, a necessidade de se compreender a forma como os estereótipos de gênero contribuem para estas diferenças. As dimensões de raça e classe não aparecem neste estudo.

Lobato e Koller (2003) buscam investigar a maturidade vocacional em estudantes do Ensino Médio, verificando que as mulheres costumam pesquisar mais detalhadamente as informações a respeito do mundo do trabalho, enquanto os homens são mais bem-sucedidos no que se refere ao planejamento de suas carreiras. Verifica-se, ainda, que o planejamento da carreira está em conformidade com os papéis sociais de gênero. As autoras destacam que os modelos e estereótipos profissionais têm caráter determinante nas divisões hierárquicas que se estabelecem conforme o sexo, a etnia e o nível socioeconômico. Entretanto, não há um aprofundamento nesta discussão.

Leal, Melo-Silva e Teixeira (2015) investigam a confiança de estudantes de Ensino Médio para lidar com questões relativas ao desenvolvimento de carreira. Para tanto, consideram como variáveis o sexo, o tipo de escola em que se estuda o nível socioeconômico. Como resultados, observam que apenas esta última variável exerce efeito estatisticamente significativo no desenvolvimento de carreira.

Graf e Diogo (2009) voltaram a sua pesquisa para as projeções ocupacionais de jovens do 3º ano do Ensino Médio a partir de um recorte de gênero. Dentre os resultados, observa-se diferenças entre os gêneros no que concerne às escolhas profissionais, de forma que as jovens do sexo feminino tendem a escolher carreiras tradicionalmente consideradas femininas e

estabelecem uma relação mais estreita entre vida profissional e familiar – notadamente casamento e filhas/os. Os jovens do sexo masculino, por sua vez, davam prevalência à dimensão econômica. Segundo as autoras, “estes pontos denotam lugares sociais forjados nas relações de gênero socialmente construídas, que representam os lugares de poder de homens e mulheres em determinada sociedade: as escolhas, sejam profissionais ou das mais diversas ordens, são sempre generificadas” (2009, p.80). Partindo de um referencial materialista dialético, realiza-se uma leitura crítica do mundo do trabalho, destacando a necessidade de que as teorias e práticas em Orientação Profissional sejam repensadas de modo a levar em consideração, dentre outros fatores, as relações de gênero.

Os estudos encontrados visam, de modo geral, apresentar as diferenças entre mulheres e homens no que se refere a interesses profissionais, autoeficácia, maturidade vocacional, confiança e projeções ocupacionais. Os resultados estão em conformidade com a literatura científica da área, indicando que interesses e escolhas de mulheres e homens, meninas e meninos, estão alinhavados com os estereótipos e papéis sociais de gênero. Entretanto, não foram encontrados estudos que se debruçassem mais detidamente sobre a atuação e os desafios das/os orientadoras/es no que concerne às questões de gênero. As questões relativas à raça/etnia apareceram apenas em um estudo e, ainda assim, de forma superficial.

No intuito de investigar as produções relativas à imbricação de gênero, classe e raça na Orientação Profissional, foi realizada nova busca no dia 15 de junho de 2022, desta feita a partir dos seguintes unitermos: “Orientação Profissional” + Interseccionalidade; “Orientação + Vocacional” + Interseccionalidade. Neste caso, não foram encontradas publicações. Cabe destacar, contudo, que há uma miríade de unitermos, para além daqueles utilizados, que poderiam levar a outros resultados de pesquisa. Assim, buscou-se outras produções científicas visando complementar a pesquisa na base de dados a partir de unitermos.

A revisão de literatura acerca das publicações científicas em Orientação Profissional no Brasil no período de 2011 a 2015, realizada por Ambiel, Campos e Campos (2017) indica uma predominância de estudos voltados para estudantes de Ensino Médio, além de uma redução no número de publicações voltadas para grupos minoritários. As mulheres são objeto de um número reduzido de pesquisas, muito embora os resultados revelem uma predominância feminina dentre as/os principais autoras/es das publicações analisadas. Nessa direção, observa-se que o campo da Orientação Profissional tem voltado seus estudos majoritariamente para a área da educação, com pouca atenção a outras esferas, a exemplo da Psicologia do Trabalho e da clínica. Deste modo, destaca-se a importância de ampliação do escopo dos estudos no campo,

visando contemplar públicos diversos (Ambiel, Campos, & Campos, 2017; Aguiar & Conceição, 2012).

Em sua dissertação de Mestrado, Paiva (2019) investiga as produções científicas sobre gênero e Orientação Profissional publicadas na Revista Brasileira de Orientação Profissional entre os anos de 2003 e 2017. A autora localizou 335 textos publicados, dentre os quais apenas 12 traziam para a pauta as questões de gênero. Deste número já reduzido de publicações, cabe destacar que parte delas não levava em consideração as relações de gênero em sua análise, atendo-se à descrição das diferenças entre mulheres e homens. Nessa direção, Almeida (2020), realizou uma pesquisa com os descritores mulher + carreira; Orientação Profissional/de carreira + mulher; gênero + Orientação Profissional/de carreira nas bases de dados PEPSIC, SCIELO e Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde [LILACS]. Os resultados apontaram, igualmente, para um número reduzido de publicações na área.

Conforme pontua Silva (2010), gênero e raça, no contexto da Orientação Profissional brasileira, são temas que não recebem tanta investigação. Isto se dá sobretudo porque os estudos no país têm olhado menos para a forma como a estrutura social impacta a vida e os projetos profissionais das pessoas do que para as questões de ordem intra-subjetiva.

1.3.1 Gênero, jovens e escolha profissional: o Caderno “Tô no Rumo”

O Caderno para educadoras/es “Tô no rumo: jovens e a escolha profissional” (Lopes et al., 2019) é o desdobramento de um grupo de estudos composto por jovens e docentes sob a orientação do pedagogo e orientador profissional Silvio Bock. O material revela uma preocupação com as dimensões de gênero, raça e classe ao pensar o processo de escolha profissional de jovens. A atenção a estas questões é perceptível em diversas propostas de atividades que constam no caderno voltado às/aos educadoras/es. Serão destacadas, aqui, duas destas atividades.

A primeira delas, que foca sobretudo nas questões de gênero e é intitulada “Ser mulher, ser homem”, apresenta dois objetivos principais: 1) identificar e compreender os significados que as/os estudantes atribuem a ser mulher ou homem no mundo e a forma como esta percepção impacta suas escolhas de trabalho; 2) discutir o caráter social e histórico das concepções de feminilidade e masculinidade. Busca-se, a partir desta atividade, ensejar reflexões a respeito dos estereótipos de gênero.

A atividade intitulada “Quem são estas mulheres?”, por sua vez, tem como objetivo discutir as conquistas e os desafios enfrentados no que diz respeito aos direitos femininos, bem como seus impactos no mundo do trabalho e na vida cotidiana das pessoas. Para tanto, toma como base as discussões sobre a questão racial.

Em um primeiro momento da atividade, apresenta-se o discurso “*Ain’t I a Woman?*”, proferido por Sojourner Truth em 1851, e a música 100% Feminista, de MC Carol – ambas mulheres negras. Após a leitura e discussão destas duas produções, sugere que a/o educadora/or “[...]provoque a turma a se manifestar a partir da questão: como negros e negras se inserem no mundo do trabalho? Como as desigualdades raciais afetam a escolha profissional de pessoas negras, sobretudo as jovens mulheres negras? (Lopes et al., 2019, n.p).

Deste modo, a atividade busca problematizar os modelos que idealizam o “feminino” e se pautam exclusivamente em mulheres brancas, discutindo o quanto esta perspectiva é pouco representativa das vivências das mulheres negras. Abre-se espaço, assim, para discutir as questões relativas às mulheres de forma mais profunda e ampliada, levando-se em consideração as clivagens e desigualdades existentes neste grupo.

Lopes et al. (2019) ainda se dedicam à discussão de temas como desemprego, acesso à universidade pública e ações afirmativas, revelando assim uma preocupação com a discussão das desigualdades que caracterizam a educação e o mundo do trabalho no Brasil.

1.3.2 Interseccionalidade e consciência crítica na Orientação Profissional: uma estratégia compreensiva

No que diz respeito à interseccionalidade⁵, Ribeiro, Figueiredo e Almeida (2020) analisam as demandas trazidas por uma mulher negra em situação de desemprego a partir de três enfoques da Orientação Profissional e de Carreira, a saber: traço-fator, *Life-design* e Psicologia do Trabalho. A partir desta análise, verificam que cada enfoque contribuía de forma parcial com as demandas da orientanda. Por esta razão, propõem uma estratégia compreensiva

⁵ Interseccionalidade é um termo utilizado para aludir à articulação de formas diversas de opressão, centrando-se sobretudo nas questões relativas a gênero, classe e raça. O termo foi adotado por abordagens teóricas distintas. Muito embora todas tenham em comum a proposta de uma análise que leve em consideração estas três dimensões para o entendimento das desigualdades, o peso dado a cada uma delas pode sofrer variações conforme o referencial utilizado: no debate feminista, enquanto o feminismo negro costuma privilegiar dimensões de gênero e raça, o feminismo marxista e socialista tende a dar destaque às dimensões de gênero e classe (Biroli & Miguel, 2015).

de atuação, que coloque o gênero, a classe social e a raça/etnia em uma posição de destaque no processo de orientação.

Para as/os autoras/es, os enfoques *Traço Fator e Life-Design* não fariam uma análise psicossocial das questões trazidas pela orientanda, focando na pessoa e em suas possibilidades de adaptação ao contexto em detrimento da construção de possibilidades de transformação social. Além disto, a referência para a compreensão das vidas de trabalho pessoais tem como base as pessoas das classes médias e altas, com formação universitária concluída ou em andamento, o que não contribui para o entendimento das questões pessoais da orientanda e suas imbricações com o contexto estrutural.

A Psicologia do Trabalho, por sua vez, concebe as demandas da orientanda de forma mais ampla, haja vista que parte de uma compreensão psicossocial que dá relevo às dimensões de gênero, classe e raça, assim como à consciência crítica dos fenômenos sociais. Entretanto, não indica os caminhos a partir dos quais o processo de orientação seria realizado.

A estratégia compreensiva proposta no artigo inspira-se abordagens críticas da Orientação Profissional e de Carreira, conforme propostas por Blustein et al. (2019), Duffy et al., (2016), Hooley e Sultana, (2016), Bock (2010) Rascován (2017) e Silva et al. (2016).

Nessa perspectiva, o papel da/o orientadora/o é auxiliar a orientanda na construção da consciência crítica, a fim de que ela possa olhar para sua história pessoal e seu momento de vida atual de forma consciente e reflexiva. Desta forma, é possível contribuir para a desnaturalização de ideias cristalizadas e a problematização de situações vividas como naturais, de modo que seja possível à orientanda questionar os próprios parâmetros que estabelecem a normalidade – quando esta corresponde à naturalização de situações de opressão, por exemplo. Destaca-se que as alternativas construídas incluem a relação da pessoa com a comunidade, em detrimento de uma visão individualista. Como a/o orientadora/or inclui a transformação social no processo, sua atuação vai na direção da emancipação e da ruptura com o *status quo*.

1.4 Situando o objetivo da pesquisa

A revisão de literatura revela que, embora existam trabalhos pontuais que busquem discutir as questões relativas a gênero e conscientização na Orientação Profissional e de Carreira brasileira, não há uma preocupação mais sistematizada com esse debate. Assim, de forma ampla, os objetivos deste estudo voltaram-se à compreensão do modo como profissionais

da Orientação Profissional que concebem as relações de gênero e a conscientização e/ou consciência crítica como elementos importantes do processo avaliam a manifestação deste fenômeno no trabalho realizado – e os impactos destas concepções em suas práticas.

II. TRABALHO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO

Do ponto de vista Psicologia, das Ciências sociais ou da Economia, as críticas ao conceito de trabalho, bem como as reflexões acerca das suas aplicações e dos seus limites, são inúmeras. Igualmente diversas são as propostas de revisão ou ampliação deste conceito.

Assim, o trabalho é objeto de contínuo debate. O que exatamente contempla esta categoria? Quais as interfaces e pontos de contato? O que é objeto de disputa? O que é excluído? Quem exclui e por que o faz? A quem servem essas diferentes definições? Cabe lembrar que a exclusão não aparece apenas nas formas de se conceber e conceituar os fenômenos sociais, mas nas práticas cotidianas: está naquilo que se valoriza e naquilo que se ignora, deliberadamente ou não; por conseguinte, está também nas ações e seus direcionamentos.

O trabalho se revela de suma importância para a discussão dos temas propostos na presente tese, haja vista que contribui para a compreensão das ideias de práxis e conscientização, bem como do arcabouço teórico-prático da própria Orientação Profissional.

Sendo o trabalho o momento privilegiado da práxis por sintetizar as relações dos homens com a natureza e com os homens em si, constitui a via por excelência através da qual se proceder ao desvendamento da verdadeira posição que as categorias históricas ocupam na totalidade dialética *sociedade capitalista* e das relações que elas mantêm entre si e com o todo social no qual se inserem (Saffioti, 2013, p. 60).

O historiador Raymond Williams (2007) demarca a diversidade de significados atribuídos à palavra trabalho, destacando as mudanças ocorridas ao longo dos séculos. Segundo o autor, em sua acepção mais ampla, trabalho se refere a algo que é feito, a uma atividade. Assim, há uma vastidão de usos possíveis da palavra. Entretanto, as compreensões do conceito de trabalho não se esgotam na ação de produzir algo: guardam relação com as condições sociais vigentes – neste caso, o modo de produção capitalista –, o que salienta a necessidade de se compreender o trabalho a partir de uma perspectiva histórica que tenha em vista as relações sociais envolvidas.

Nesse sentido, a fim de assegurar a sua sobrevivência, todas as espécies realizam atividades que têm como objetivo o aproveitamento dos recursos da natureza de acordo com suas necessidades. No entanto, o trabalho envolve não apenas o uso dos recursos naturais, mas a transformação destes, posto que se trata de “[...] uma atividade que altera o estado natural destes materiais para melhorar sua utilidade” (Braverman, 1977, p. 49).

Concebido desta forma, o trabalho não é uma exclusividade dos seres humanos: trata-se de uma atividade compartilhada com outros animais. No entanto, Marx (2004) aponta para uma importante distinção: os animais produzem os meios para a sua existência – como o mel e a colmeia, no caso das abelhas – de modo instintivo; os seres humanos, por sua vez, adicionam

ao seu trabalho um componente intelectual: planejam conscientemente aquilo que será produzido a partir da identificação das suas necessidades concretas. Partindo destas considerações, o autor situa o trabalho enquanto uma atividade vital nas sociedades humanas, haja vista que permite a produção e a reprodução da vida. Via trabalho, as pessoas constroem não apenas o mundo, mas também a si próprias.

O trabalho humano é intencional, uma vez que objetiva colocar em prática algo que já se configurava na imaginação enquanto um projeto. Entra em cena o pensamento conceitual, ausente nos demais animais – os quais, uma vez que não detêm os meios para a representação simbólica, não têm a possibilidade de transmissão dos conhecimentos adquiridos para futuras gerações e, por conseguinte, não são capazes de produzir cultura (Braverman, 1977). Ao implicar dimensões que transcendem o mero instinto, o trabalho é tanto responsável pela criação do mundo quanto pela criação da própria espécie humana.

Onde a divisão de função no seio de outras espécies animais foi atribuída pela natureza e impressa no genótipo sob a forma de instinto, a humanidade é capaz de uma infinita variedade de funções e divisão de funções com base nas atribuições da família, do grupo e sociais. Em todas as espécies, a forma diretriz da atividade resultante, instinto e execução, são indivisíveis. A aranha tece sua rede de acordo com uma incitação biológica e não pode delegar esta função a outra aranha; ela desempenha esta atividade porque é de sua própria natureza. Mas quanto a homens e mulheres, quaisquer padrões instintivos que possam ter possuído no início de sua evolução, há muito foram atrofiados ou afogados pelas formas sociais (Braverman, 1977, p. 53).

Deste modo, há dois aspectos importantes para se pensar o conceito de trabalho, os quais envolvem as relações entre os seres humanos e a natureza e entre os próprios seres humanos.

- a) Em primeiro lugar, o trabalho é uma característica genérica do ser humano, algo que se dá na sua relação com a natureza. Nesta relação, é necessário acionar recursos, mobilizar a inteligência e a criatividade, além de fazer uso do seu corpo com a intenção de transformar a natureza em instrumentos e objetos que atendam às suas necessidades. Na medida em que o ser humano transforma a natureza é, também, transformado por ela – desenvolvendo-se e modificando-se nesta relação.
- b) Em segundo lugar, esta relação não é a-histórica, posto que se dá em condições sociais específicas, as quais devem ser observadas para uma compreensão mais aprofundada do fenômeno. Levando em consideração a relação histórica que se estabelece nas trocas entre seres humanos e natureza, a acepção de trabalho moderna

leva em conta as relações de assalariamento próprias do modo de produção capitalista (Hirata & Zarifian, 2009; Williams, 2007).

Neste panorama, cabe destacar que a sociedade de classes e o modo de produção capitalista subvertem o valor e o sentido do trabalho: este deixa de ser uma atividade com o objetivo de gerar bem úteis a sociedade e passa a ser uma forma de exploração, através do qual uma pequena parcela da população acumula capital às custas da classe trabalhadora (Marx, 2004; Williams, 2007). É a propriedade privada, ou seja, a detenção dos meios de produção pela burguesia, que permite esta exploração (Grespan, 2021).

Como consequência, o produto do trabalho torna-se uma mercadoria, utilizada pela burguesia para potencializar o seu enriquecimento. As/os trabalhadoras/es, por sua vez, são separadas/os daquilo que produzem, do próprio fruto do seu trabalho – e, em decorrência disto, embora construam o mundo por meio da sua atividade, terminam por enxergar o seu trabalho como algo estranho e alheio a si mesmas/os, deixando de reconhecer como seus os produtos que são resultado do seu trabalho. Nesse processo, perdem, ainda, o sentido do trabalho realizado, ou seja, não reconhecem a si mesmas/os no trabalho que exercem (Antunes, 1999; Marx, 2004).

Para Marx (2004), este estranhamento em relação ao produto e à atividade produtiva tem uma consequência mais complexa: o ser humano deixa de ser reconhecer enquanto ser genérico, ou seja, perde de vista a sua própria humanidade; coisifica-se. Isto favorece a adaptação e a sujeição ao modo de produção capitalista, de forma a beneficiar este sistema.

A inclusão da dimensão de gênero, comumente deixada de lado neste debate, traz novas camadas para esta questão. Partindo da própria definição marxista de trabalho, Hirata e Zarifian (2009) questionam o sujeito masculino a partir do qual se pensa este conceito. Conforme destacam, esta perspectiva não permite pensar em termos de divisão sexual do trabalho.

A concepção assexuada de trabalho supõe uma neutralidade que não se verifica na realidade material e traz consigo questões importantes, posto que oculta imbricação ente trabalho produtivo e reprodutivo: dá-se primazia ao trabalho realizado na esfera da produção, ignorando-se o fato de que o trabalho reprodutivo oferece condições para que o trabalho produtivo aconteça, posto que é precisamente aquilo que viabiliza a reprodução social da própria força de trabalho.

Nessa perspectiva, o trabalho assalariado é reconhecido como conjunto de prescrições, como atividade que pode ser objetivada, que demanda um tempo preferencialmente mensurável e que assegura uma remuneração, um salário, a quem realiza. O trabalho doméstico, visto como

natural, instintivo, realizado por amor e atrelado às relações de maternidade e casamento, é entendido na contramão das relações objetificadas. Trata-se, ainda, de um trabalho de difícil mensuração e que não se reduz a operações prescritas que devem ser realizadas.

No entanto, ao se incluir a dimensão de gênero, evidencia-se que o trabalho assalariado não é o único a ter o seu tempo de realização capturado e prescrito. Do mesmo modo, não é possível compreender o tempo dispensado ao trabalho assalariado sem que se compreenda o trabalho doméstico e de cuidado, comumente invisibilizado nas análises sobre o mundo do trabalho. A este trabalho é atribuído um caráter feminino que isenta ou reduz significativamente as responsabilidades masculinas no que diz respeito à sua realização.

Deste modo, a participação da mulher no mercado de trabalho deve ser compreendida à luz de um duplo lugar: de um lado, de trabalhadora assalariada; de outro, como pessoa responsável pelo trabalho que, embora oculto, assegura as condições necessárias para o assalariamento.

Para as mulheres, os limites temporais se dobram e se multiplicam entre trabalho doméstico e profissional, opressão e exploração, se acumulam e articulam, e por isso elas estão em situação de questionar a separação entre as esferas da vida – a privada, assalariada, política – que regem oficialmente a sociedade moderna (Hirata & Zarifian, 2009, p. 254).

Assim, é somente a partir de uma determinada compreensão de trabalho que é possível entender as atividades e tarefas realizadas por uma mulher no âmbito doméstico (como limpeza e organização da casa, preparo de alimentos, cuidado de crianças e outras pessoas que dele necessitem), como algo distinto de trabalho (Hirata & Zarifian, 2009; Williams, 2007). Esta compreensão parte de um deslocamento: da atividade produtiva em si para a relação social hegemônica que se estabelece, ou seja, no caso do modo de produção capitalista, as relações de assalariamento e emprego.

Nesta perspectiva, Picchio (2009) salienta que é preciso situar o trabalho assalariado em uma perspectiva crítica, desvelando ambivalências, relações de forças e conflitos que têm como ponto de tensão as condições de reprodução social da população trabalhadora. Para tanto, faz-se necessário que a experiência de viver seja considerada enquanto um processo social. É igualmente importante que se faça uma análise do trabalho para além do que preconiza o sistema capitalista, colocando no quadro de categorias básicas do sistema econômico os conceitos de corpos, mentes e afetos, não apenas como variáveis chaves da produtividade mercantil, mas sobretudo como espaço de uma profunda resistência cotidiana.

Conforme pontua a autora, as teorias econômicas excluem do seu quadro analítico geral o processo de reprodução social da população e, deste modo, concebem as condições de vida como um efeito final da produção, adaptáveis aos processos de acumulação. Focada na produção, a análise econômica acaba por negligenciar as forças dinâmicas e conflitivas que orientam as vidas de mulheres e homens reais, com suas necessidades, aspirações, ânsias e inseguranças. Mesmo as análises críticas tendem a privilegiar o mercado de trabalho assalariado, dando destaque a dimensões como salário e emprego ou preços e mercadorias. Por conseguinte, as dimensões materiais, relacionais e culturais da vida são reduzidas à relação de trabalho assalariado, em um estrabismo produtivista que não só ignora aberturas e pontos de resistência, como também esconde vulnerabilidades profundas do sistema econômico que são percebidas no terreno do viver, entendido como processo cotidiano de reprodução de corpos, identidades e relações.

Nesta direção, Carrasco (2003) toma emprestado o termo “mão invisível”, utilizado por Adam Smith para se referir ao mercado, para aludir à vida cotidiana e às atividades voltadas para a reprodução social (ou seja, para a sustentabilidade da vida humana), tornadas invisíveis pela teoria econômica hegemônica. Estas atividades contribuem não apenas para a vida das diversas pessoas que são, de alguma forma, dependentes de cuidados, seja em decorrência da idade ou de questões de saúde, mas para os próprios homens adultos. Além disso, envolvem uma série de atividades de gestão e organização que tendem a ser ignoradas.

Este processo contribui para tornar difusas as fortes relações de interdependência entre a reprodução da vida humana e a produção mercantil do sistema capitalista – ou, nas palavras de Hirata e Zarifian (2009, p. 254), o fato de que “o tempo de assalariamento é condicionado pelo tempo de trabalho doméstico”. Ocultar o trabalho doméstico e de cuidado é, sobretudo, ocultar suas relações com o modo de produção capitalista e tornar invisíveis as pessoas – em sua grande maioria, mulheres – que o realizam, favorecendo o repasse destes custos à esfera familiar. Dar visibilidade a estas questões leva a um questionamento do modo como a própria sociedade se organiza para assegurar as necessidades básicas de subsistência das pessoas. Nesse sentido, trabalho reprodutivo e trabalho produtivo se estão intrinsecamente relacionados. Ainda que se refiram a esferas distintas, estão unidos por um denominador comum, ou seja, a necessidade de provisão de recursos para a sobrevivência.

Carrasco (2003) convida a pensar a palavra necessidade de forma ampla e não utilitarista: se aplica a bens e serviços, mas também a afetos e redes de relações. A autora entende que há uma dimensão objetiva das necessidades, voltada para a satisfação das necessidades biológicas, e uma dimensão subjetiva, voltada para uma série de aspectos que,

embora fundamentais à existência humana, costumam ser negligenciados, como o estabelecimento de relações, os afetos, os cuidados e a segurança psicológica. Se os bens mercantis normalmente atendem às necessidades mais objetivas, a situação se complexifica no caso daquilo que é produzido no ambiente familiar e doméstico. Nesse contexto, marcado pela pessoalidade e pelas relações de afeto, nem sempre é possível ou desejável discriminar o caráter de uma determinada atividade. Por este motivo, algumas atividades podem ter um substituto de mercado, ao passo que outras podem ser vistas como insubstituíveis. O que determina esta diferença não é um critério universal e imutável: há variações de acordo com cada relação e a função que as atividades cumprem dentro dela. Para parte dos pais e das mães, auxiliar as/os filhas/os com a lição de casa pode ser imprescindível e intransferível, ao passo que outras/os podem entender a terceirização deste cuidado como algo completamente aceitável, por exemplo.

A ideia hegemônica de dependência faz com que muitas vezes as mulheres sejam tratadas como pessoas dependentes, dados os seus rendimentos financeiros comumente inferiores aos masculinos – ou mesmo inexistentes. Contudo, pouco destaque é dado à dependência de cuidados, seara na qual a relação de dependência tende a se inverter: são os homens que dependem das mulheres (Biroli, 2013; Carrasco, 2003).

Deste modo, o trabalho, para as mulheres, assume duplo significado. Por um lado, é resultado da luta histórica pelo ingresso no mundo do trabalho e, sobretudo, pela conquista da autonomia financeira. Por outro lado, a inserção feminina é dada, prioritariamente, por meio de ocupação precárias, caracterizadas pela instabilidade, baixos salários, negação de direitos e violações, que incluem assédio moral e sexual.

Conforme pontua Carrasco (2003), o mercado de trabalho se organiza para o trabalhador do sexo masculino e a partir da suposição de que os homens não têm a necessidade de se ocupar da esfera reprodutiva, estando, portanto, disponíveis para o trabalho. Dentro deste panorama, os arranjos concebidos pelas mulheres são diversos, mas precisam levar em consideração o trabalho e a família, o público e o privado. Algumas estratégias para isto são: a reflexão acerca do momento em que se dá a inserção no mercado de trabalho, a diminuição da permanência, a opção por trabalhos com maior flexibilidade no que concerne aos horários de chegada e saída (bem como à extensão das jornadas) e o desenvolvimento de trajetórias de trabalho descontínuas.

2.1 A divisão sexual do trabalho e as articulações entre produção e reprodução social

A divisão sexual do trabalho é uma categoria de análise privilegiada para se entender o trabalho a partir de uma perspectiva de gênero porque trata das relações de poder existentes entre mulheres e homens de forma mais ampla (Bandeira & Preturlan, 2016). Deste modo, não é possível dissociá-la da divisão sexual do saber e do poder, tanto no âmbito social quanto no familiar (Barajas, 2016; Hirata, 2015).

A ideia de que a divisão sexual do trabalho não só separa e articula produção e reprodução, mas estrutura as relações no trabalho produtivo, permite recolocar a questão da relação entre a dinâmica das relações capitalistas de trabalho e a força de trabalho feminina sob um ângulo que integra os dois níveis, sexualizando as relações de trabalho e as relações sociais (Souza-Lobo, 1991, p. 154).

A fim de explicar a divisão sexual do trabalho, Kergoat (2009, 2010) demarca que as relações sociais que se estabelecem entre os sexos são construções sociais e têm como marca a transversalidade – estão presentes em todas as esferas da sociedade, estruturando e organizando o campo social. Além disso, são caracterizadas pelo antagonismo entre dois grupos e têm caráter marcadamente assimétrico e hierárquico, constituindo-se em uma relação de poder e dominação. Orientada por uma ideologia naturalista, a divisão sexual do trabalho toma como base o sexo biológico e estabelece papéis sociais sexuados, os quais, embora sejam construídos socialmente, são vistos como naturais.

Assim, a divisão sexual do trabalho segue dois princípios: de um lado, a separação, que é pautada na ideia de que há trabalhos para homens e trabalhos para mulheres; de outro, a hierarquização, que atribui maior valor àquilo que é entendido socialmente como trabalho masculino. Nessa perspectiva, o trabalho doméstico – invisível, pouco reconhecido e atribuído às mulheres em decorrência de uma suposta natureza maternal e amorosa – emerge enquanto categoria fundamental para se entender as desigualdades de gênero (Kergoat, 2009). Vale destacar que a divisão sexual do trabalho faz parte de um contexto mais amplo, qual seja: a divisão sexual da própria sociedade (Souza-Lobo, 1991), que impacta as relações sociais como um todo. Neste sentido, as dicotomias público-privado, trabalho produtivo e trabalho reprodutivo podem ser compreendidas sob outra perspectiva.

A divisão sexual do trabalho, por conseguinte, não pode ser compreendida apenas como uma diferença entre os trabalhos realizados por homens e mulheres e sim como

a base das assimetrias e hierarquias contidas nessa divisão, e que se expressam nas desigualdades existentes, dentre outros aspectos, nas carreiras, nas qualificações, nos salários entre os sexos (Cisne, 2018, p. 99).

De acordo com esta perspectiva, a diferença fulcral não está propriamente no biológico, mas na forma como são dados sentidos diferentes aos corpos sexuados, nas funções que se atribuem a cada sexo e na relação recíproca que se estabelece entre o trabalho e outras dimensões da vida das pessoas. A análise se desloca da biologia para olhar para mulheres e homens enquanto grupos sociais, remetendo, portanto, a uma divisão sempre social do trabalho entre os sexos, que sofre adaptações de acordo com a sociedade e o período histórico (Kergoat, 2009).

Conforme pontua Biroli (2018), a divisão sexual do trabalho tem caráter estruturante: não é apenas um produto de estruturas desiguais, mas também contribui para a reprodução destas estruturas. Não é passível de explicação pela esfera individual, como escolhas voluntárias e descoladas de um contexto social mais amplo que as conforma. As desigualdades de gênero que constituem a sociedade, assim como a divisão sexual do trabalho (parte importante destas desigualdades), exercem influência sobre os modos a partir dos quais o feminino e o masculino se constroem. Neste panorama, importam os sentidos socialmente atribuídos ao masculino e ao feminino - que podem variar de acordo com a sociedade e o contexto social, mas seguem produzindo e sendo produzidos por uma relação desigual entre mulheres e homens.

Falar de divisão sexual do trabalho é falar no que vem sendo definido, historicamente, como trabalho de mulher, competência de mulher, lugar de mulher. E, claro, nas consequências dessas classificações. As hierarquias de gênero, classe e raça não são explicáveis sem que se leve em conta essa divisão, que produz, ao mesmo tempo, identidades, vantagens e desvantagens. Muitas das percepções sobre quem somos no mundo, o que representamos para as pessoas próximas e nosso papel na sociedade estão relacionadas à divisão sexual do trabalho. Nela se definem, também, dificuldades cotidianas que vão conformando trajetórias, possibilidades diferenciadas na vida de mulheres e homens (Biroli, 2018, p. 21).

A divisão sexual do trabalho e o entendimento do trabalho doméstico e de cuidado como atividades de caráter feminino têm impactos na inserção das mulheres no mercado de trabalho: verifica-se um “poder desigual no mercado econômico que, por sua vez, reforça e exacerba o poder desigual na família” (Hirata, 2015, p. 4).

Para Souza-Lobo (1991), pensar em termos de divisão sexual do trabalho não apenas questiona uma suposta neutralidade de métodos e categorias, mas põe em xeque limites das ciências sociais, posto que, ao se estabelecer fronteiras entre teorias e fenômenos, perde-se a

complexidade das relações sociais, compartimentando e analisando separadamente questões que aparecem entrelaçadas na prática social:

“[...] o discurso econômico está construído para ser geral, e este é um problema que se coloca sistematicamente para a pesquisa sobre o trabalho feminino: como dar conta das relações invisíveis e como evitar a armadilha da dicotomia entre relações gerais e específicas (1991, p. 153).

A problemática apontada pela autora marca a importância de que os estudos de gênero não sejam relegados aos guetos dos diversos campos do saber ou compreendidos como apêndice das teorias e práticas. Ao contrário, colocar as relações de gênero e a divisão sexual do trabalho em perspectiva contribui para questionar os saberes e práticas construídos no seio das disciplinas, reformulando-os quando necessário. Isto se aplica à própria Psicologia e à Orientação Profissional.

Nessa direção, Hirata (2015) destaca a importância de lançar o olhar sobre os afetos, posto que estes sustentam e reproduzem o que a autora chama de “servidão doméstica”, a partir da ideia de que a realização do trabalho doméstico e de cuidado, pelas mulheres, é movida pelo amor. Como destaca a autora, a pergunta sobre as demonstrações afetivas dos homens tende a ser deixada de lado, não obstante haja uma diferença significativa no tempo dedicado por eles a esta atividades. A participação reduzida dos homens no trabalho doméstico – comumente reportada enquanto ajuda – tem como consequência um aumento no tempo de trabalho das mulheres (Kergoat, 2009).

Como destaca Itaboraí (2016), as desigualdades presentes no âmbito familiar exercem forte influência sobre as oportunidades de trabalho de mulheres e homens, razão pela qual Oliveira (2003b) salienta a importância de se conciliar o incremento da participação feminina no mercado de trabalho com a renegociação da vida privada. Contudo, a formulação de políticas públicas, o mercado de trabalho e a própria organização familiar ainda parecem pautados por uma visão “arcaica” dos papéis femininos e masculinos (Abramo & Valenzuela, 2016).

Corroborando as colocações das autoras, Pinheiro (2016) chama atenção para o fato de que a desproporcionalidade na distribuição do tempo dedicado ao trabalho doméstico pode ser observada desde cedo: em 2013, 85,5% das meninas de idade entre 10 e 17 realizavam ao menos alguma atividade doméstica não remunerada, com jornadas de, em média, 24 horas semanais; no caso dos meninos da mesma faixa-etária, este percentual era consideravelmente menor – 44,7%, com carga horária semanal média de 10,4 horas.

Os estereótipos de gênero contribuem para colocar as mulheres em papéis subordinados, tanto na esfera pública, quanto na esfera privada. A divisão sexual do trabalho conforma papéis

distintos – e complementares – para homens e mulheres, ecoando a dualidade público/privado. Nesse panorama, as mulheres ficam em desvantagem em relação aos homens em muitos domínios. Primeiro, porque parte do trabalho que realizam, por situar-se na esfera reprodutiva, não é remunerado – muito embora ofereça subsídios à economia como um todo, ao desonerar o estado de gastos com saúde e educação (Melo, Considera, & Sabbato, 2007). Em segundo lugar porque, via de regra, o trabalho remunerado das mulheres tende a receber uma menor valorização comparativamente ao trabalho dos homens, e isso decorre de dois motivos principais: as mulheres são orientadas para trabalhos menos valorizados, em razão de sua semelhança, em termo de habilidades requeridas, com o trabalho doméstico; além disto, uma vez inseridas no mundo do trabalho remunerado, as mulheres seguem tendo sua vida cotidiana afetada por uma série de demandas e restrições de tempo relacionadas à esfera privada, posto que permanecem sendo as principais responsáveis pelas/os filhas/os (além de outras/os familiares que porventura demandem cuidado) e pelo cotidiano doméstico.

Vale ressaltar que a valoração superior dada ao trabalho masculino em relação ao feminino se mantém a despeito da maior escolaridade das mulheres em quase todos os países industrializados (Hirata, 2015). É importante “reconstruir como se dão as relações das mulheres com o mercado de trabalho, com o capital, com os cargos, salários ou qualificações” (Souza-Lobo, 1991, p. 145).

Como demonstra Souza-Lobo (1991), a ideia de que a divisão do trabalho se dá em decorrência do entendimento de que mulheres e homens têm funções e qualidades diferentes, que os tornam mais ou menos aptos a certas formas de trabalho, não se justifica plenamente. Durante as guerras mundiais, por exemplo, as mulheres substituíram a força de trabalho masculina quase que completamente, em decorrência de necessidades estratégicas. Ao fim das guerras, o retorno à situação anteriormente vigente se deveu menos a questões relativas à competência técnica, comprovada pelas mulheres neste período, do que a questões sociais. Assim, “tudo parece indicar que não existem fatores naturais, inerentes ou lógicos que instituem a divisão sexual do trabalho, mas que existe uma construção social de práticas e relações de trabalho cuja coerência reside na articulação, muitas vezes simbólica, de vários fatores” (1991, p. 148).

Kergoat (2018) observa que há uma diferença na valoração das qualidades de acordo com o sexo das pessoas que as apresentam. Deste modo, a força física é valorizada e remunerada, enquanto a minúcia e a precisão dos movimentos não recebem a mesma valorização, muito embora sejam fundamentais em trabalhos como a fiação. A justificativa para tal é que não se trata de qualidades adquiridas, mas naturais ao sexo feminino – ignorando,

assim, todo o processo através do qual as meninas, desde a mais tenra idade, recebem uma educação que favorece o desenvolvimento de habilidades diferentes daquelas desenvolvidas pelos meninos. Entram em jogo, portanto, os critérios que definem o que é qualidade e o que é qualificação.

Nessa direção, Souza-Lobo (1991) chama atenção para a associação entre feminização e desqualificação. O saber técnico das mulheres é visto como qualidade natural, situado na esfera do dom ou da vocação, o que não leva em consideração o treinamento informal. Deste modo, desqualifica-se o trabalho das mulheres – na dupla acepção de que se dá conotação inferior àquilo que tende a ser reconhecido enquanto trabalho feminino e, ao mesmo tempo, de que não são oferecidas as mesmas possibilidades de qualificação formal para mulheres e homens – e, ao mesmo tempo, é trazida a ideia de qualificação, que recebe uma conotação positiva e individualizada, delegando à mulher a responsabilidade de melhor se preparar para as oportunidades de trabalho.

Segundo Souza-Lobo (1991), há fortes indicativos de que as assimetrias entre mulheres e homens no mundo do trabalho – que se revelam em questões relativas a qualificação, promoção e remuneração – são relações que se inter-sustentam. As trajetórias das trabalhadoras mulheres não são determinadas apenas pelas atividades voltadas à reprodução, assim como as trajetórias masculinas não sofrem determinação exclusiva das práticas produtivas: “[...] essas trajetórias são resultado de múltiplas práticas construídas social e historicamente através de modos de vida, representações e estratégias de sobrevivência” (p. 152).

Para Biroli (2018), muitas análises da democracia colocam a divisão sexual do trabalho às margens da discussão política. Esta negligência decorre das assimetrias entre mulheres e homens: para estes últimos (cabe destacar que não se tratam de homens “genéricos”, mas homens majoritariamente brancos, de maior escolaridade e poder aquisitivo, que representam aproximadamente 90% da Câmara dos Deputados), as questões relativas ao trabalho doméstico são, de fato, secundárias e de menor importância. Além disso, deriva das relações assimétricas entre as próprias mulheres: aquelas que pertencem aos grupos dominantes não têm as mesmas preocupações com relação a oferta de serviços públicos como creches, uma vez que podem pagar outras mulheres para a realização deste trabalho.

O trabalho voltado para a reprodução social, a divisão sexual do trabalho e suas implicações atravessam a vida das mulheres, denunciando a porosidade das fronteiras formalmente traçadas entre público e privado e influenciando uma série de ações e escolhas em suas vidas pessoais. O gênero impacta os padrões de deslocamento pelas cidades (Svab, 2016), pensadas por e para homens (Gouveia, 2005; Itikawa, 2016). Além disto, o gênero afeta as

escolhas profissionais, reduzindo o tempo disponível para o trabalho remunerado (Biroli, 2013) e a continuidade das trajetórias femininas no que diz respeito ao trabalho remunerado.

2.2 Trabalho, gênero, classe e raça

Como pontua Hirata (2015), as desigualdades entre mulheres e homens persistem a despeito da maior escolarização das primeiras. Assim, é possível observar dois tipos de segregação: a) horizontal, caracterizada pelo fato de que as mulheres não têm acesso às mesmas oportunidades profissionais que os homens, posto que estão mais restritas a determinadas possibilidades de inserção profissional, vistas como tradicionalmente femininas; b) vertical, haja vista que as mulheres enfrentam mais dificuldades no que se refere a promoções e progressões de carreira.

No entanto, a autora destaca que se faz necessário olhar igualmente para as desigualdades entre as próprias mulheres. O crescimento nas taxas de atividade das mulheres não tem como consequência o fim das desigualdades sociais, que continuam se manifestando não apenas entre os sexos, mas entre as classes e raças. Estas questões evidenciam a desigualdade que constitui o próprio trabalho feminino, cujas manifestações são percebidas a partir de um polo minoritário de mulheres executivas, profissionais de nível superior, com remuneração significativa e prestígio; e um polo majoritário de mulheres que ocupam setores tradicionalmente femininos, com baixa remuneração e prestígio (Hirata, 2015).

Nesse panorama, o trabalho doméstico remunerado tem servido a uma dupla função: é responsável pela inserção de parcela significativa de mulheres no mercado de trabalho e favorece a expansão do emprego feminino no Brasil, permitindo que parte da população feminina delegue, mediante pagamento, as atividades domésticas de suas casas às mulheres de camadas mais populares (Sorj, 2004). Como observa Mello (1988), a necessidade de conciliar o trabalho doméstico com o trabalho remunerado é comum à grande maioria das mulheres de baixa renda que trabalha fora de casa. Isto implica uma inserção precária ou mesmo uma não inserção de parte significativa das mulheres no mercado de trabalho (Abramo & Valenzuela, 2016). Ademais, levando-se em consideração a carência do Estado em oferecer dispositivos que favoreçam a conciliação do trabalho com as diversas dimensões da vida de cada pessoa, as redes de sociabilidade têm assumido considerável importância (Figueiredo, 2016; Ribeiro, Silva, & Figueiredo, 2016). Como observam Garcia et al. (2010), estas redes são formadas por

familiares, amigas/os e vizinhas/os, geralmente do sexo feminino, que precisam se desdobrar entre trabalhos remunerados e não remunerados, o que aumenta sua sobrecarga física e emocional.

De acordo com Pinheiro (2016), a classe social tem grande impacto nas diferenças entre mulheres: aquelas que ganham oito ou mais salários-mínimos gastam aproximadamente metade do tempo gasto por aquelas que ganham até um salário-mínimo com o trabalho doméstico. No entanto, as mulheres com rendimentos mais altos ainda trabalham mais em casa do que os homens nesta faixa de renda menor: enquanto os homens pobres dedicam cerca de 10 horas semanais ao trabalho doméstico, as mulheres não pobres gastam aproximadamente 23 horas. Entre as mulheres, a renda é um fator que interfere nesse cenário: as mulheres com maiores rendimentos podem optar por priorizar trabalhos remunerados com maior facilidade (Dedecca, 2004; Dedecca, Ribeiro, & Ishii, 2009).

Deste modo, é fundamental destacar que os efeitos da divisão sexual do trabalho não podem ser compreendidos apenas a partir de um recorte de sexo. A suposição de que as mulheres estão sempre em posição de desvantagem, ao passo que os homens necessariamente se encontram em posição de privilégios desconsidera o fato de que classe e raça contribuem fortemente para a construção dos papéis ocupados e as dificuldades enfrentadas pelas pessoas em suas experiências cotidianas (Biroli, 2018). Para ilustrar este fato, basta apontar a participação nas estatísticas referentes ao trabalho precário: no período entre os anos de 2004 e 2014, 39% das mulheres negras ocupadas encontravam-se nesta condição, seguidas por 31,6% dos homens negros, 27% das mulheres brancas e, por fim, 20,6% dos homens brancos (Pinheiro, Junior, Fontoura, & Silva, 2016).

O percentual de trabalhadores inseridos em formas precárias de ocupação apresenta a mesma estrutura hierárquica que os estudos clássicos sobre estratificação social com base na renda apresentam: a mulher negra é a base do sistema remuneratório, sujeito preferencial das piores ocupações, convergência da tríplice opressão de gênero, raça e classe (Pinheiro, Junior, Fontoura & Silva, 2016, p. 11-12).

Entretanto, é possível encontrar, no próprio movimento feminista, discursos que buscam uniformizar e universalizar a categoria mulher, desconsiderando suas clivagens e diferenciações (Aruzza, Bhattacharya, & Fraser, 2019). Assim, em nome das mulheres, foram feitas reivindicações que atendiam, sobretudo, às mulheres brancas: a própria proibição ao trabalho feminino no Brasil sempre foi muito mais enfática para as mulheres brancas de classes médias (Garcia et al., 2010).

Deste modo, evidencia-se a importância da articulação entre gênero, raça/etnia e classe social, haja vista que as desigualdades sociais que caracterizam o mundo contemporâneo não são passíveis de investigação e compreensão quando apenas uma destas variáveis é levada em consideração, descolada das demais.

Uma análise focada nas relações de classe pode deixar de fora o modo como as relações de gênero e o racismo configuram a dominação no capitalismo, posicionando as mulheres e a população não-branca em hierarquias que não estão contidas nas de classe, nem existem de forma independente e paralela a elas. Reduz, com isso, sua capacidade de explicar as formas correntes de dominação e os padrões de desigualdade. Do mesmo modo, uma análise das relações de gênero que não problematize o modo como as desigualdades de classe e de raça conformam o gênero, posicionando diferentemente as mulheres nas relações de poder e estabelecendo hierarquias entre elas, pode colaborar para suspender a validade de experiências e interesses de muitas mulheres. Seu potencial analítico assim como seu potencial transformador são, portanto, reduzidos (Biroli & Miguel, 2015, p. 29-30).

Nesse sentido, Davis (2018) e Lorde (1984) marcam a necessidade de não hierarquização das opressões, destacando a importância de se compreendê-las em sua totalidade. A experiência de ser mulher é necessariamente racializada, assim como a experiência de classe. Deste modo, uma opressão informa a outra e todas são produzidas e mantidas pelo capitalismo, ele próprio um sistema totalizante (Davis, 2018).

Davis (2018), Gonzales (2020) e Nascimento (2019) remontam à escravidão como marco para o entendimento das opressões vividas pela população negra, notadamente das mulheres, na atualidade. De acordo com Nascimento (2019), a compreensão do lugar ocupado pelas mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro demanda um olhar para a estruturação da sociedade no período colonial. Neste contexto, observava-se uma divisão hierárquica dos grupos sociais: de um lado, estava o senhor de terras, que detinha o poder econômico e político; de outro, situava-se a força de trabalho, representada pela população escrava. Por fim, entre estes dois grupos, estava a população livre, cuja vida era marcada pela precariedade.

A forma de estruturação da sociedade colonial revela o patriarcalismo que lhe era característico, o que relegava às mulheres, sobretudo negras, um lugar configurado pela opressão. A vida e os papéis das mulheres brancas organizavam-se a partir da maternidade e do casamento. Assim, a ociosidade caracterizava seu papel em uma sociedade que tinha como marca a exploração do trabalho e da população trabalhadora. Às mulheres negras cabia, de forma semelhante ao que ocorria com os homens negros, o papel de produtoras, já que a condição de escravidão marcava seu lugar enquanto trabalhadoras, seja na casa-grande ou no campo. Destacava-se ainda o seu papel reprodutivo, já que a maternidade estava associada ao fornecimento de mão-de-obra escrava, entendida como força de trabalho (Davis, 2018).

Segundo Nascimento (2019), a sociedade brasileira precisou criar estratégias para dar conta da distribuição da população conforme a hierarquia de classes. Em decorrência de um processo discriminatório, a raça emergiu enquanto critério seletivo, posicionando a população negra no estrato inferior desta hierarquia. Para além de atuar na configuração de lugares distintos para pessoas negras e brancas, a discriminação tem efeitos subjetivos, manifestos pela interiorização desta inferioridade pela população negra: “assim, os negros ocupam de maneira contínua os mesmos lugares na hierarquia social, desobrigando-se a penetrar em espaços designados para os grupos de cor mais clara e perpetuando dialeticamente o processo de domínio e privilégio racial” (Nascimento, 2019, p. 261).

Os efeitos da escravidão se mostram bastante presentes no que se refere aos papéis ocupados pelas mulheres negras no mercado de trabalho brasileiro na atualidade, o que faz com que sejam a grande maioria das trabalhadoras domésticas, por exemplo. Todos estes elementos contribuem para compor possibilidades e desafios muito distintos às mulheres conforme a raça/etnia e a classe social.

Corroborando a afirmação de Nascimento (2019), Davis (2018) assinala que o trabalho das mulheres negras e o lugar que este assume em suas vidas está estreitamente relacionado a um padrão estabelecido no início da escravidão. Levando em consideração que a condição escrava era marcada pelo trabalho forçado, de modo que mulheres e homens eram vistos como unidades de trabalho lucrativas, o lugar que as mulheres negras ocupam enquanto trabalhadoras, marcado pela desumanização e coisificação, é “ponto de partida” para pensar as suas experiências na escravidão em sua totalidade. O trabalho assume, assim, lugar central para se compreender a condição das mulheres negras.

Considerando que as mulheres negras sempre trabalharam fora de casa, em proporção muito maior do que as mulheres brancas, Davis (2018) destaca que a mulher negra era vista como destoante, quase como uma anomalia, quando se tomava como referência a chamada “ideologia da feminilidade” do século XIX. Esta ideologia, cujos efeitos se fazem visíveis também na atualidade, acionava a maternidade e o papel de dona de casa para definir a própria ideia de feminilidade, muito embora estes aspectos refletissem apenas a experiência burguesa. Os meios de comunicação difundiram estas ideias, associando-as a uma vocação de todas as mulheres – o que, além de naturalizar um fenômeno socialmente construído, desconsiderava a heterogeneidade e as desigualdades internas ao grupo social “mulheres”. As trabalhadoras que destoavam do que era pregado por esta ideologia eram, ainda assim, vistas como estrangeiras na esfera pública, posto que esta seguia associada ao masculino.

Entretanto, ao contrário dos papéis tradicionalmente associados ao feminino, que colocavam a mulher no lugar de mãe e de dona de casa – fora, portanto, da esfera da produção –, as mulheres negras desenvolveram características distintas, como músculos, força física, passo firme e mesmo atos de resistência em relação às diversas opressões sofridas. Deste modo, quando a ideologia da feminilidade fez com que as mulheres brancas fossem excluídas do trabalho produtivo e circunscritas ao espaço doméstico, o mesmo não ocorria com as mulheres negras. Como pontua Davis (2018), a vida doméstica nunca foi o foco central das mulheres negras. No entanto, o preço a pagar por isso foi e segue sendo a realização do trabalho doméstico e do trabalho assalariado.

Para Gonzales (2020), as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras no mercado de trabalho podem ser atribuídas à discriminação de sexo e raça. De acordo com a autora, o preconceito difundido nas escolas, nos textos educativos e nas mídias contribui para designar diferentes lugares para a população negra, sobretudo as mulheres.

Compreendendo as escolas enquanto espaço de socialização – e, portanto, também de produção, reprodução e difusão de valores, estereótipos e formas de ser e estar no mundo –, a autora observa que o homem branco burguês estabelece as referências e parâmetros do ideal a ser alcançado. Assim, o sistema educativo parte de um referencial eurocentrado e, portanto, carregado de valores distintos daqueles da população negra, vista e tratada como inferior. Muitas/os professoras/es reproduzem esta lógica de forma autoritária: os valores da raça, da classe e do sexo dominantes são aqueles que recebem destaque. Como consequência, a população negra é vista de forma depreciativa, de modo que as crianças negras, notadamente do sexo feminino, experimentam sentimentos como rejeição, vergonha e perda de identidade. Todo esse aparato ideológico contribui para a evasão escolar e a entrada precoce no mercado de trabalho por parte das crianças negras, esta última uma decorrência da situação de precariedade que traz a necessidade de contribuição com o orçamento familiar.

Ainda que as diferenças e clivagens do grupo social mulheres sempre tenham sido notórias, Gonzales (2020) destaca que os desafios das mulheres negras na organização coletiva, seja no movimento negro, seja no movimento feminista, envolviam marcar sua existência e pautar questões próprias da experiência conjugada de gênero e raça: de um lado, fazia-se necessário tornar raça uma questão no movimento feminista; de outro, era preciso tornar gênero uma problemática no movimento negro.

A consciência de que a identidade de gênero não se desdobra naturalmente em solidariedade racial intragênero conduziu as mulheres negras a enfrentar, no interior do próprio movimento feminista, as contradições e as desigualdades que o racismo e

a discriminação racial produzem entre as mulheres, particularmente entre negras e brancas no Brasil. O mesmo se pode dizer em relação à solidariedade de gênero intragrupo racial, que conduziu as mulheres negras a exigirem que a dimensão de gênero se instituísse como elemento estruturante das desigualdades raciais na agenda dos movimentos negros brasileiros (Carneiro, 2019, p. 275).

Como salientam Aruzza, Bhattacharya e Fraser (2019), o entrecruzamento das opressões revela a necessidade de um feminismo que seja, também, antirracista e anticapitalista. Deste modo, as premissas que dão suporte ao chamado feminismo liberal revelam-se problemáticas, haja vista que, longe de se buscar uma solução efetivamente libertadora para todas as pessoas, mulheres e homens, corrobora para uma melhor distribuição das oportunidades de dominação dentro do sistema capitalista. Nesse sentido, reivindicar um maior número de mulheres em cargos de poder e de homens em atividades domésticas, em si, não resolve o problema, posto que não altera a lógica a partir da qual o capitalismo se organiza e que permite que uma pequena parcela da população explore a sua maioria.

1.3 Gênero, divisão sexual do trabalho e subjetividade

Traçamos este panorama para demarcar que o estudo do modo como mulheres e homens vivenciam seus cotidianos de vida e trabalho, sempre atravessado por questões relativas a raça/etnia e classe social, amplia a compreensão das desigualdades de gênero, uma vez que dá destaque à invisibilização das tarefas realizadas pelas mulheres e desvela questões relativas à divisão social do trabalho entre os sexos. Estes fatores têm impactos nas possibilidades de inserção profissional e na carga de trabalho de mulheres e homens (Barajas, 2016).

Ao se relegar as atividades realizadas ao âmbito doméstico às mulheres, restringe-se também o acesso ao emprego assalariado, as possibilidades de mobilidade ocupacional e de carreira. Como pontua Biroli (2018), a divisão sexual do trabalho se articula com as formas de organização do trabalho assalariado e, deste modo, a jornada de trabalho típica é justamente aquela em que as pessoas são desobrigadas do trabalho doméstico responsável pela sua própria manutenção.

Buscando compreender a articulação entre a relação das/os jovens com o trabalho e o emprego, de um lado, e o pertencimento de sexo e classe, de outro, Kergoat (2018) observou que a relação com o trabalho reprodutivo, no caso dos jovens do sexo masculino, apareceu

como uma relação mediatizada, ou seja, na alusão ao trabalho das suas futuras esposas. A fala das mulheres, por sua vez, trazia o trabalho reprodutivo como uma necessidade da qual não conseguiam se desvencilhar. Os discursos femininos davam relevo às experiências cotidianas, como a limpeza e o cuidado, enquanto os homens recorriam a abstrações, evocando o casamento.

Estas questões têm implicações para as trajetórias de trabalho das mulheres e, também, para suas subjetividades. Conforme pontua Bohoslavsky (1977, 1983), as escolhas pessoais se dão em um contexto estrutural mais amplo e as imagens que as pessoas constroem das ocupações desenvolvem-se a partir da socialização: neste panorama, a família, o mundo do trabalho, os pares e as instituições – como a escola e a universidade – têm papel fundamental. Conforme discutido até então, evidencia-se o papel das relações de gênero e da divisão sexual do trabalho, as quais transversalizam os demais eixos a partir dos quais se dá a socialização.

A divisão sexual do trabalho também precisa ser discutida do ponto de vista do exercício da autonomia por mulheres e homens. Ela está na base do acesso diferenciado a recursos, a tempo – para dedicação ao trabalho, mas também o tempo livre – a experiências distintas e ao desenvolvimento de aptidões que se convertem em alternativas. Tem relação direta com a socialização, também distinta, de meninas e meninos e com a construção diferenciada de horizontes de possibilidades para mulheres e homens, desde a infância (Biroli, 2014, p.113).

Cabe destacar que a naturalização daquilo que cabe a mulheres e homens, que está na base desta divisão, ainda é frequente mesmo entre as próprias mulheres: muitas, ao avaliar suas vidas pessoais, não necessariamente questionam a ideia do trabalho doméstico enquanto atividade feminina, ainda que se reconheçam sobrecarregadas em decorrência de uma jornada de trabalho extensa. Em minha pesquisa de Mestrado, observei que as mulheres organizavam seu trabalho nas ruas de forma mais flexível e variável ao longo da semana, a fim de melhor conciliá-lo com o trabalho doméstico e de cuidado, ao passo que os homens organizavam suas jornadas levando outros fatores em consideração, como o movimento da região, as possibilidades de maiores rendimentos ou outros compromissos fora do âmbito doméstico (Figueiredo, 2016). Havia um entendimento de que as tarefas domésticas eram tipicamente femininas, tanto para os homens quanto para as mulheres. Deste modo, a sobrecarga feminina decorria, ao menos em parte, da realização de uma atividade invisibilizada, que não aparecia espontaneamente quando falavam de suas trajetórias e do seu cotidiano de trabalho e que não recebia, muitas vezes, o estatuto de trabalho. Geralmente, as atividades domésticas eram divididas com outras mulheres da família, enquanto a participação masculina era reportada como ajuda, indicando que esta tarefa não era entendida como prioritariamente deles.

Nesse sentido, cabe lembrar que certa naturalização, por parte das mulheres, do que é atividade feminina, faz sentido dentro de relações de poder em que as mulheres são incentivadas e mesmo ensinadas, desde pequenas, a realizar estas tarefas. Como pontua Biroli (2018), a capacidade de realizar as tarefas domésticas é algo construído ao longo da vida, e meninas e meninos recebem estímulos distintos para realizá-las. O exercício deste tipo de trabalho desenvolve e demanda competências que, embora fundamentais à produção do viver, recebem pouca valorização no contexto das relações de mercado.

Seguindo o fio da compreensão das mulheres acerca do trabalho que realizavam, Garcia et al. (2010) chamam a atenção para a narrativa de uma vendedora ambulante da cidade de São Paulo, a qual revela uma interessante ambiguidade: ao se referir ao extenso trabalho que ela e suas colegas realizavam, declara que são mulheres, *mas* mulheres guerreiras. A contraposição dá o tom da complexidade do tema em questão, posto que parece indicar o reconhecimento e a aceitação dos papéis sociais de gênero (afinal, “mulher” e “guerreira” só aparecem na mesma frase com o uso de uma conjunção adversativa de oposição) e, ao mesmo tempo, uma ruptura com as expectativas associadas às mulheres, reconhecendo as suas batalhas diárias e concebendo o ato de lutar para além do masculino.

Como observam Salvitti et al. (1999), em estudo acerca de trabalhadoras/es que atuavam no comércio ambulante, o depoimento de parte das mulheres sobre suas rotinas revelou uma curiosa contradição: o trabalho mais pesado era realizado em casa, nos dias de “descanso”. Assim, para muitas mulheres que conciliavam o trabalho nas ruas com o trabalho doméstico, o peso do primeiro não se comparava ao do segundo.

Considerando a desvalorização e invisibilização do trabalho doméstico e, ao mesmo tempo, o papel da divisão sexual do trabalho na produção de subjetividades e horizontes concebidos como possíveis, cabe a pergunta: quem define o que é ou não um trabalho pesado e a partir de quais parâmetros? E, indo além nestas considerações: quais os impactos subjetivos, para as mulheres, de reconhecerem sua sobrecarga como derivada de um trabalho que não costuma ser reconhecido como tal, inclusive para parte delas? Será que se sentem tão produtivas quanto os homens – que têm jornadas totais muitas vezes menos extensas? Como percebem o valor do seu trabalho em relação com os determinantes sociais aqui discutidos? Como entendem suas escolhas? Como concebem as possibilidades de mudanças e rupturas em suas trajetórias?

Em alinhamento com o que foi discutido até então, em estudo apresentado em 1979, Rodrigues (2005) observa uma divisão sexual do trabalho entre operários de tal modo que, em muitas circunstâncias, havia a crença de que o que as mulheres faziam – ou deveriam fazer – não tinha o estatuto de trabalho. Às mulheres cabia o que se relacionava à esfera familiar: aquilo

que seria obtido fora deste contexto, fosse ou não provisão financeira, era de responsabilidade dos homens.

Atentando para a dinâmica das relações de gênero e a distribuição de papéis em famílias operárias, Rodrigues (2005) constatou que as mulheres, por mecanismos muitas vezes inconscientes, mantinham-se em posições tidas como femininas, o que também contribuía para que os homens ficassem responsáveis por posicionamentos e papéis masculinos. Nas famílias estudadas pela autora, o papel das mulheres e o valor do trabalho feminino, doméstico ou remunerado, era facilmente subestimado. Isto se devia à descontinuidade do trabalho feminino e, sobretudo, à expectativa de que se tratasse de algo provisório, realizado até que o casal alcançasse a estabilidade – fosse após o casamento ou o nascimento dos filhos –, momento em que o homem seria o único responsável pela provisão financeira. Uma série de correções eram feitas no sentido de adequar os comportamentos e papéis masculinos àquilo que socialmente se esperava dos homens, o que se tornava possível com a subestimação das contribuições femininas.

A descontinuidade do trabalho feminino decorria sobretudo da necessidade de ajustamento ao ciclo vital da família, ou seja, o percurso familiar ao longo dos anos. Assim, era comum que a mulher interrompesse sua vida profissional com a chegada da maternidade, sendo esta interrupção entendida como adequada pelo casal, que já vinha tomando providências para este novo momento. A fase que compreende o nascimento de uma criança e os primeiros anos de sua infância tendia a ser o momento mais crítico da vida familiar. Neste período, o homem assumia a função integral de chefe de família. Em famílias grandes, contudo, muitas vezes o somatório das remunerações dos filhos costumava ultrapassar a contribuição do chefe de família, sendo a diferença ainda mais pronunciada nos casos em que a mãe também exercia um trabalho remunerado (Rodrigues, 2005).

Em decorrência dos papéis que são socialmente atribuídos a mulheres e homens, Rodrigues (2005) observou diferentes expectativas com relação às/aos filhas/os conforme o sexo. No caso das famílias operárias, era nos filhos homens que a família costumava depositar as maiores expectativas com relação ao retorno dos investimentos financeiros e de cuidado. As responsabilidades, de forma geral, tendiam a recair sobre os filhos mais velhos, de ambos os sexos: deles, esperava-se uma contribuição à manutenção econômica; delas, cuidado e apoio à sobrevivência.

O estudo realizado por Marie Jahoda, Paul Lazarsfeld e Hans Zeisel (2003) a respeito de uma comunidade de desempregados na Áustria de 1930 mostra como o desemprego impactava homens e mulheres de forma bastante distinta, principalmente no que se referia à

relação com o tempo. Para os homens, a experiência do desemprego se mostrava mais desorganizadora: sentiam-se perdidos e, embora tivessem mais tempo disponível do que quando eram assalariados, usavam-no muito pouco, com atividades esparsas ao longo do dia, poucos momentos de lazer e pouca participação na vida política e social.

O termo desemprego melhor se aplicava aos homens, já que as mulheres eram meramente não pagas, mas não propriamente desempregadas. As rotinas das mulheres continuavam a envolver uma quantidade considerável de trabalho, com propósitos, tarefas e funções específicas e regulares: limpeza da casa e preparação de refeições, compras, cuidados com crianças, dentre outras atividades. Além disto, era necessário planejar estratégias para lidar com o orçamento mais apertado em decorrência da falta de trabalho remunerado, como costura, remendos e aproveitamento de alimentos. A experiência de desemprego parecia ser menos desorganizadora para elas. Muito embora grande parte das mulheres demonstrasse grande interesse em voltar a ter um emprego, sentiam-se ocupadas o dia inteiro, sem tempo para relaxar. Deste modo, os papéis sociais atribuídos a homens e mulheres constroem experiências de sofrimento distintas.

Nesta mesma direção, Mandelbaum e Ribeiro (2017) discutem o desemprego enquanto fenômeno psicossocial e relatam a vivência de um casal heterossexual de idade entre os vinte e os trinta anos que buscou atendimento em um Centro de Referência. O homem estava desempregado e a mulher havia começado a trabalhar como faxineira no início dos atendimentos. Para ele, estar desempregado há nove meses trazia sentimentos de instabilidade e incerteza, notadamente em relação ao seu papel no seio familiar: como não estava conseguindo assumir o lugar de provedor financeiro, vinha realizando boa parte das tarefas domésticas e de cuidado, mas sentia que este não era o seu papel, e sim o papel da mulher. Ela, por sua vez, trazia a distância de casa como uma questão que dificultava a obtenção de um trabalho com maior estabilidade, posto que implicaria estar longe das/os filhas/os. Era ela quem assumia a posição de provedora financeira da família, fosse através de bicos ou de trabalhos um pouco mais estáveis.

Em pesquisa que buscava investigar as narrativas acerca da identidade de trabalho e as influências das relações de gênero neste processo, Ribeiro, Uvaldo e Silva (2016) verificaram que as decisões das mulheres, de forma geral, eram condicionadas pelas escolhas dos seus maridos, assim como era mais frequente que as mulheres renunciassem às suas carreiras para se dedicar ao cuidado das/os filhas/os.

Do ponto de vista das trajetórias de trabalho, maternidade e paternidade tinham impactos diferentes para mulheres e homens. Enquanto, para as mulheres, a maternidade dificultava a

ascensão profissional, os homens não tendiam a ver paternidade e trabalho sob a forma de uma tensão que demandava conciliação. De acordo com Ribeiro, Uvaldo e Silva (2016), os estereótipos de gênero que colocam os homens como provedores financeiros e as mulheres enquanto provedoras de cuidado ainda exercem forte influência nas possibilidades de desenvolvimento de carreira de mulheres e homens. Foram identificados movimentos específicos de construção identitária para homens e mulheres: enquanto os primeiros buscavam construir padrões híbridos a partir de modelos pré-existentes, as segundas apresentavam uma tendência maior à mudança e à flexibilidade.

Diante destas questões, observa-se a importância da tomada de consciência e da conscientização, temas que seriam discutidos mais detidamente no capítulo IV. Esta é uma questão que diz respeito à Orientação Profissional? Em caso afirmativo, em que medida a Orientação Profissional pode contribuir para o processo de conscientização?

III.
A DIVERSIDADE DO TRABALHO NO BRASIL

A fim de se apreender o mundo do trabalho e, mais especificamente, a realidade brasileira, é preciso contextualizá-lo e historicizá-lo, com atenção às relações e conexões que o inserem em uma totalidade, levando em consideração as mudanças e transições em curso e seus impactos na vida das pessoas.

No Brasil, país de dimensões continentais e histórico de colonização, há cenários diversos no que concerne ao desenvolvimento do capitalismo e sua inserção na economia mundial. Não há homogeneidade, mas bolsões em que há grande desenvolvimento e economia fortalecida convivendo lado a lado com regiões em que predominam a pobreza e modos de produção rudimentares. O desenvolvimento capitalista brasileiro, considerado hipertardio, se deu de forma subordinada e dependente da economia internacional. Neste panorama, o trabalho assalariado, tipicamente capitalista, coexistiu com técnicas e relações de produção tidas como arcaicas, como parceria, meação e trabalho domiciliar, atualmente em expansão (Navarro, Maciel & Matos, 2017).

Assim, a formação do mercado de trabalho brasileiro foi caracterizada, desde o seu início, por formas diversificadas de inserção de trabalhadoras/es, além de uma disparidade de rendimentos igualmente significativas. Por conseguinte, o país é marcado por desigualdades que repercutem nas possibilidades de acesso a bens e serviços diversos, conforme aponta o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2013). Neste panorama, gênero, raça e classe são variáveis fundamentais para se compreender a forma como estas desigualdades se manifestam e seus efeitos nas vidas das pessoas. Contudo, conforme apontam Araújo e Lombardi (2013), a maior parte dos estudos que analisam a evolução do mercado de trabalho não leva em consideração as questões de gênero.

Embora o pleno emprego nunca tenha sido algo concreto na realidade brasileira (Proni, 2013), ao se pensar o mundo do trabalho no Brasil, por muito tempo foi comum uma visão de trabalho enquanto emprego, desconsiderando uma série de inserções no mundo trabalho, inclusive o trabalho doméstico e de cuidado não remunerados.

Segundo Antunes (2018), as últimas décadas representaram a devastação de um tipo de trabalho – taylorista e fordista –, que tinha constrangimentos e alienações, mas tinha, também, certa regulamentação. Tem havido um aumento do trabalho precarizado, terceirizado, informal, que burla a legislação social protetora do trabalho. Neste mesmo contexto, têm ganhado destaque discursos sobre empreendedorismo, empregabilidade e adaptabilidade – os quais, em vez de discutir questões estruturais que criam contexto para desigualdade sociais, centram nas/os trabalhadoras/es as responsabilidades de adaptação às novas condições do mundo do trabalho, individualizando o problema e descolando a pessoa do contexto material em que suas

experiências se dão e suas possibilidades, escolhas e desafios tomam forma. Para Machado da Silva (2002), a lógica que orienta esse raciocínio transcende largamente a mera aquisição de competências individuais que melhor se adaptem ao novo mundo produtivo: implícito neste discurso está um componente simbólico-ideológico de persuasão, que impacta, inclusive, o modo como as pessoas veem a si mesmas e ao mundo em que vivem. O destaque à empregabilidade e ao empreendedorismo constrói uma cultura de trabalho distinta daquela que regeu as relações de assalariamento e tende a se fortalecer justamente em decorrência da precarização das condições do trabalho assalariado.

Cabe destacar que o momento atual é caracterizado por mudanças significativas na legislação trabalhista, através da Lei 13.467/2017 (Brasil, 2017), também conhecida como a Reforma Trabalhista. Nesse sentido, parte significativa das medidas propostas, em vez de proteger as pessoas que não têm acesso à seguridade social, ameaçam levar a condição de desproteção, informalidade e precariedade também a outros segmentos até então mais protegidos da população trabalhadora, como discutem Campos (2017) e Carvalho (2017).

3.1 Mulheres e direito ao trabalho no Brasil: uma articulação necessária

Entendendo que a melhor compreensão das condições atuais do trabalho feminino passa por um resgate histórico das vivências das mulheres no mundo do trabalho, esta seção dedicarse-á a uma breve exposição das condições do trabalho das mulheres no Brasil no século XX. Conhecer aquilo que sustentou – e sustenta – as diferenças entre homens e mulheres, principalmente aquelas que acarretam desigualdades, é fundamental para se buscar novos caminhos em vez de repetir modelos antigos e desiguais.

Lopes (2006) faz um resgate histórico do Direito do Trabalho voltado para a situação das mulheres, explicitando a lógica patriarcal que regia a estrutura jurídica antes da Constituição de 1988. No Brasil, o Direito do Trabalho voltou-se, por longo tempo, à proteção do trabalho feminino. Na prática, tal concepção implicava uma série de restrições ao trabalho da mulher, com vistas, sobretudo, a assegurar o seu lugar no espaço doméstico: o trabalho era possível na medida em que não atrapalhasse as funções das mulheres enquanto donas de casa.

Assim, o Código Civil de 1916 relegava às mulheres casadas o status de “incapazes”. Foi apenas em 1943 que a autorização de seus respectivos maridos para trabalhar fora de casa deixou de ser necessária. Vale dizer que esta interdição era mais incisiva para as mulheres de

classe média/alta, posto que as mulheres de camadas populares sempre precisaram trabalhar, seja para complementar a renda familiar, seja porque eram as principais provedoras financeiras de suas famílias. Entretanto, a necessidade de autorização marca que o trabalho feminino era compreendido como algo secundário.

Lopes destaca a existência de um artigo da Consolidação das Leis de Trabalho (CLT) – revogado apenas em 1989 – que dava ao marido ou pai o direito de pedir a rescisão do contrato de trabalho da mulher, caso entendesse que este oferecia ameaça aos vínculos familiares, às condições da mulher ou à criança.

Assim, observa-se uma estreita relação entre casamento e trabalho: além de a mulher casada precisar de autorização para trabalhar, as leis tinham especial preocupação com as obrigações domésticas da mulher: estas, entendidas como prioritárias, não poderiam ser atrapalhadas pelo trabalho fora de casa. A divisão desta responsabilidade com os homens tampouco era considerada. Hoje, em contrapartida, o casamento é concebido como uma comunhão de vida sem que, para tanto, a identidade ou capacidade jurídica da pessoa sejam sacrificadas.

Assim, as leis contribuía para a manutenção das diferenças entre mulheres e homens, diferenças que se traduziam em desigualdades, posto que tiravam a autonomia das mulheres e davam aos homens o poder decisório, até mesmo no que se referia às vidas das mulheres. Estes aspectos contribuem para configurar lugares, horizontes e subjetividades: a mulher é concebida como quem cuida do lar e dos filhos, enquanto o homem é o responsável pela família e pelas decisões familiares.

O argumento para a implementação destas medidas era a proteção das mulheres, entendidas como seres mais frágeis, ainda que não houvesse uma justificativa plausível para esta fragilidade. Contudo, ao retirar das mulheres a possibilidade de tomar suas próprias decisões e prover os meios para o sustento pessoal e familiar, tais medidas acabam por colocá-las em um lugar de maior fragilidade. Como demonstra Lopes (2006), a ideia de proteção do trabalho da mulher, tal como posta antes da Constituição de 1988, protegia, sobretudo, a estrutura patriarcal e contribuía para a discriminação da mulher no mercado de trabalho. Para tanto, eram utilizados argumentos históricos, morais, biológicos e utilitaristas.

Como as leis que “protegiam” as mulheres no mercado de trabalho visavam colocá-las no seu “devido lugar” – o ambiente doméstico e as atividades voltadas para o cuidado de familiares –, não se contribuía para a construção e a conquista de outros lugares. Os salários das mulheres eram mais baixos, inclusive porque se supunha que eram complementares ao do homem – este, sim, o provedor.

Nesse cenário, surgiam argumentos exaltando a moralidade social e preservação da estrutura familiar. Entendia-se que, se ambos os sexos eram livres, o casamento promovia mudanças nessa estrutura. A sociedade conjugal tinha como objetivo a construção da família e os papéis de mulheres e homens eram complementares – as primeiras cuidavam da casa e dos filhos, os segundos eram os provedores financeiros. O casamento fazia, assim, com que a mulher desse seu lugar ao marido em troca de sustento.

Avançando nestas questões, cabe trazer duas restrições significativas em relação ao trabalho feminino levantadas por Lopes (2006), especialmente porque mostram que o pretexto de proteção à mulher justificava ações que legitimavam e reforçavam a já existente divisão sexual do trabalho. A restrição ao trabalho noturno, revogada somente em 1989, não valia para os homens e não havia qualquer argumento prático para justificar a diferença de tratamento entre os sexos. Segundo a autora, seu intuito parecia ser a preservação da honra marital. Esta restrição era marcada por exceções diversas, quando conveniente, como as profissões feminizadas – saúde, educação, estabelecimentos bancários – e mesmo as “casas de diversões”, além de bares e hotéis. Já a restrição à realização de horas extras para as mulheres só foi revogada efetivamente em 2001. Como sinaliza a autora, muitos juristas aplaudiam a norma, porque tornava possível que a mulher trabalhasse fora de casa, sem, contudo, deixar de lado suas obrigações com o trabalho doméstico, contribuindo para a manutenção do *status quo* e a perpetuação das desigualdades características da estrutura social.

Os argumentos biológicos voltados à proteção do trabalho feminino seguiam duas direções: a preservação da maternidade (o que traz consigo também a ideia de que a mulher precisa ser mãe) e a preocupação com a constituição física das mulheres. Nesse sentido, alguns espaços e condições de trabalho eram interditados à mulher: ambientes subterrâneos, trabalho com mineração, construção civil e atividades taxadas como perigosas. Assim, em vez de se buscar um trabalho satisfatório para mulheres e homens, buscava-se vetar o trabalho remunerado feminino, o que revela que a preocupação trazia um forte caráter ideológico e uma explícita separação de papéis. Tomando como base a constituição física, proibia-se também a realização, por parte das mulheres, de trabalhos que envolvessem uma força muscular superior a 20kg (em caso de trabalho contínuo) ou 25kg (para trabalho ocasional). A diferença, para muitas/os, é entendida como justa, posto que se fundamenta nas diferenças entre as constituições físicas de mulheres e homens. Contudo, não apenas soa arbitrária a fixação do limite de peso (não são explicitados os motivos que levaram aos valores de 20kg e 25kg), mas também chama atenção o fato de que o sexo não é a única variável para se pensar diferenças de constituição. Sendo assim, em vez dessa lei, faria mais sentido pensar em um trabalho mais

digno e menos penoso para todos, como pontua Lopes (2006), que também destaca uma utilização da natureza como forma de se colocar a mulher em um lugar inferior.

A Constituição de 1988 – bastante recente quando se considera a história brasileira – é um marco em direção a outra forma de conceber o trabalho feminino e a família, trazendo uma nova concepção de igualdade entre mulheres e homens. Com ela, muda a lógica do Direito do Trabalho, tendo como focos: 1) o abandono do princípio de proteção à mulher; 2) a revisão das normas de proteção à maternidade; 3) a instituição de normas de combate à discriminação, bem como meios de assegurar a igualdade. Passa-se, assim, da proteção à promoção do trabalho feminino, com foco em assegurar às mulheres a possibilidade de trabalhar (Lopes 2006). Entretanto, as desigualdades decorrentes de arranjos anteriores seguem tendo efeitos significativo nas experiências e trajetórias de mulheres e homens.

3.2 A perspectiva da Psicologia Social do Trabalho

Como pontua Spink (2009), boa parte das teorias no campo da Psicologia do Trabalho tiveram como base a concepção dominante e hegemônica de trabalho, que privilegiava o trabalho assalariado em empresas de médio ou grande porte, com condições de garantir direitos e fiscalizar condições de trabalho. Deste modo, as teorias, conceitos e práticas da Psicologia do Trabalho, além de limitadas, acabam por se mostrar desatualizadas, posto que não dão conta de compreender as diversas práticas de geração de renda e formas de “se virar” de que a população lança mão no seu cotidiano.

Na contramão do pensamento hegemônico – tanto do ponto de vista do trabalho quanto das relações de gênero –, a perspectiva aqui adotada se afina com o campo da Psicologia Social do Trabalho, que parte de uma ética não liberal e busca conhecer o trabalho por meio das/os próprias/os trabalhadoras/es e suas vivências. A partir deste referencial, adota-se uma compreensão complexa, historicizada e contextualizada da realidade, atentando para aspectos de ordem social, econômica e política na compreensão do mundo do trabalho. (Sato, Coutinho & Bernardo, 2017).

Ribeiro, Oliveira, Bernardo e Navarro (2017) entendem o trabalho para além das atividades voltadas para o mercado e destacam que a Psicologia Social do Trabalho tem como compromisso uma compreensão mais ampla da realidade laboral, considerando o caráter psicossocial do trabalho e confrontando as concepções de trabalho dominantes. Nesse sentido,

propõem o uso da expressão “mundo do trabalho” usada por Hobsbawm (1987), mais adequada para se referir a esta diversidade. Deste modo, é possível incluir trabalhos que não sejam voltados diretamente para o mercado de trabalho, a exemplo do trabalho doméstico e de cuidado realizado de forma não remunerada nos domicílios.

Esta compreensão possibilita a crítica à psicologização dos problemas enfrentados pela população trabalhadora, permitindo que se dirija o olhar aos fenômenos que ocorrem no contexto relacional de trabalho e que estão na base destes problemas. Destaca-se a importância do compromisso da Psicologia com um olhar não psicologizante, que leve em consideração o contexto social em que os fenômenos ocorrem. Se desatenta a estas questões, a Psicologia pode acabar contribuindo para naturalizar situações de exploração e sofrimento (Mandelbaum & Ribeiro, 2017; Ribeiro, Oliveira, Bernardo, & Navarro, 2017; Sato, Coutinho, & Bernardo, 2017; Spink, 1996).

Como sinalizam Mandelbaum e Ribeiro (2017), olhando para o fenômeno do desemprego e suas consequências psíquicas e considerando as complexas relações entre indivíduo e tecido social, é preciso evitar os riscos da subjetivação excessiva, que “[...]para além de cometer um grave erro de investigação, produz uma falsa ideologia cujo único resultado seria trazer consigo a legitimidade de um estado de coisas que ofusca a compreensão do real” (p. 42).

Desfazer estereótipos, relações e modos de se organizar o trabalho que sejam danosos às/aos trabalhadoras/es, dar voz e visibilidade às dificuldades enfrentadas, oferecer subsídios para se pensar as políticas públicas voltadas para o trabalho, questionar os saberes dominantes e produzir novos discursos que levem em consideração aquilo que as/os trabalhadoras/es têm a dizer são algumas das contribuições que as pesquisas na área podem oferecer, assumindo um compromisso com a mudança social.

Como destacam Sato, Coutinho e Bernardo (2017), o olhar da Psicologia Social do Trabalho se volta para macro e micro, coletivo e individual, geral e singular, material e simbólico, subjetivo e objetivo. Busca-se, contudo, escapar às apreensões dicotômicas, levando em consideração sobretudo a relação que se estabelece entre estas dimensões. Nesse panorama, as experiências e os pontos de vistas das/os trabalhadoras/es assumem lugar de destaque na compreensão do fenômeno de trabalho.

[...] só é possível estudar a dimensão psicológica dos trabalhadores, a intersubjetividade e as relações interpessoais no trabalho situando-as concretamente nos contextos micro e macrosocial. O trabalho é compreendido, assim, em sua materialidade e em sua historicidade, o que exige a consideração das relações de poder presentes na divisão social do trabalho e nos valores e ideologias – entendidas aqui no

sentido marxista -, bem como das condições e das peculiaridades do capitalismo contemporâneo (Sato, Coutinho & Bernardo, 2017, p. 13).

IV.
CONSCIÊNCIA CRÍTICA E CONSCIENTIZAÇÃO

Neste capítulo, a pertinência das ideias de tomada de consciência e conscientização serão discutidas do ponto de vista da Psicologia e da Orientação Profissional, a partir das contribuições dadas por Rodolfo Bohoslavsky, que assume uma compreensão psicossocial; da Educação, tomando como base a práxis de Paulo Freire; e das Ciências Políticas, tendo referência nos estudos de Flávia Biroli, que traz a pertinência das dimensões de gênero, classe e raça. Entende-se aqui que a discussão sobre processo de conscientização demanda o diálogo entre os diferentes campos do saber, além dos sujeitos sociais em suas práticas concretas.

Embora o uso de palavras como “consciência”, “tomada de consciência” e conscientização apareçam nas reflexões das/os autoras/es, isto não implica dizer que todas/os partem da mesma definição para pensar estas questões. Nesse sentido, é Paulo Freire quem se debruça mais detidamente sobre o assunto, estabelecendo uma distinção entre a tomada de consciência e o processo de conscientização. As reflexões acerca deste tema permeiam toda a sua obra e são fundamentais para se entender o papel das/os educadoras/es – entretanto, parte-se do pressuposto de que suas colocações se mostram relevantes também para se pensar a Orientação Profissional e tecer a discussão proposta na presente tese.

Deste modo, as ideias de tomada de consciência e de conscientização adotadas aqui estão alinhadas às contribuições de Paulo Freire, embora colocadas em diálogo com outras/os autoras/es e campos do saber, uma vez que o fenômeno que se pretende discutir é complexo, multifacetado e, por natureza, interdisciplinar.

4.1 Bohoslavsky, a encruzilhada seus possíveis caminhos

Optamos por iniciar este capítulo circunscrevendo a problemática da conscientização para o contexto da Orientação Profissional a partir do psicólogo argentino Rodolfo Bohoslavsky, autor importante para a discussão sobre a área no Brasil e na América Latina. Suas obras, conquanto escritas décadas atrás, seguem pertinentes para pensar as escolhas e trajetórias profissionais no século XXI. Embora o autor tenha se voltado para pensar o trabalho das/os psicólogas/os com estudantes de Ensino Médio que têm como foco a escolha de um curso de graduação, entende-se aqui que suas reflexões contribuem para pensar a Orientação Profissional de forma mais ampla – incluindo, por exemplo, adultos, pessoas com Ensino Médio incompleto, pessoas periféricas, pessoas em transição de carreira etc. Além disto, ainda que o

autor não desenvolva um trabalho nesta direção, sua obra oferece pistas para aprofundar a discussão tecida na Orientação Profissional quando interpelada pelas relações de gênero.

Em seu prefácio ao livro “Vocacional: teoria, técnica e ideologia”, Bohoslavsky (1983) salienta que as pessoas não se realizam em um país não realizado, demarcando a impossibilidade de se pensar os projetos pessoais – fundamentais à Orientação Profissional – descolados dos projetos coletivos. Deste modo, dá destaque às relações entre as pessoas e a sociedade, tecendo uma crítica ao pouco peso que as questões de ordem estrutural recebem nos debates da Orientação Profissional e da Psicologia: o social é visto sobretudo como pano de fundo em que a trama das relações sociais acontece, em vez de ser tratado como parte essencial destas relações.

Para o autor, o social deve ser olhado como contexto e estrutura. No primeiro caso, é o contexto em que as escolhas se dão, oferecendo desafios e possibilidades na concretização dos projetos pessoais e coletivos. No segundo, remete à estrutura social mais ampla – que encampa este contexto, mas não se restringe a ele. Este cenário interpela a Psicologia e a Orientação Profissional, convidando a um posicionamento que é, acima de tudo, político. Daí a importância de “[...] construir modelos que revelem a articulação entre o sistema social imposto aos homens e os sujeitos que o sustentam, o mantêm, o transmitem, mas que – é bom levar-se em conta – também o transformam” (Bohoslavsky, 1983, p. 15).

A estrutura ocupacional da sociedade é interiorizada pelas pessoas, e esta interiorização tem papel importante no processo de escolha: as imagens ocupacionais são desenvolvidas inconscientemente a partir da socialização familiar, das relações com os pares e da participação em instituições, como a escola e universidade, espaços veiculam a relação entre indivíduo e sociedade. Ao discutir o uso da informação no processo de Orientação Profissional, que tem papel importante para se lidar com a carência de informações sobre o futuro, Bohoslavsky (1977) assinala o duplo objetivo das/os orientadoras/es: transmitir informações⁶ e corrigir as imagens distorcidas que a/o adolescente tem sobre o mundo adulto. As distorções às quais o autor se refere guardam relação com aspectos de três diferentes ordens. De um lado, questões intrapessoais, que dizem respeito às características de personalidade de cada uma/um. De outro, questões interpessoais, que concernem ao processo de identificação e suas distorções. Por fim, aspectos culturais/transpessoais, que se referem à forma como os trabalhos e as profissões são valorados (consciente ou inconscientemente) em uma dada sociedade, em um dado grupo social, em um contexto histórico, econômico e político específico.

⁶ Muito embora faça uso da palavra transmissão, o autor destaca a importância de uma busca ativa desta informação por parte do adolescente, sujeito do seu processo.

Neste sentido, a valorização de certas profissões em detrimento de outras é um dos reflexos da ideologia dominante: “tudo o que ocorra na relação Pessoa-Futuro-Outro é emergente de um contexto mais amplo que os engloba (estrutura social) e, num sentido mais restrito, da ordem institucional: produção, família e educação” (Bohoslavsky, (1977, p. 25). A imbricação entre elementos pessoais e sociais revela que os estereótipos e preconceitos têm relação com características da/o orientanda/o e da/o orientadora/or, mas não se limitam a estas características, posto que se relacionam com aspectos da sociedade, da classe social e dos grupos de que fazem parte. Por este motivo, Bohoslavsky (1977) destaca a importância de uma análise psicossocioeconômica do trabalho em cada sociedade, conquanto não se debruce mais detidamente sobre esta análise.

Os preconceitos do adolescente e a distorção das imagens da realidade ocupacional, derivada daqueles, não só expressam características pessoais de quem entrevista, como são, por sua vez, emergentes do contexto social, do qual o adolescente faz parte. Seus preconceitos, a distorção de suas imagens, a confusão de seus conhecimentos, a sua parcialidade e a falta de articulação entre as diferentes áreas ocupacionais expressam não só seus pontos de vista pessoais, como também os valores de sua sociedade, de sua classe e dos grupos a que pertence. A estereotipia não é um problema exclusivo do adolescente, é um problema social. Cada sociedade define as estruturas ocupacionais conjugando variáveis econômicas, políticas, educacionais, históricas etc. (Bohoslavsky, 1977, p. 144).

Entra em cena, assim, um elemento importante do papel das/os orientadoras/es: o olhar para si, seus preconceitos e distorções, atentando para como recebem as informações do sistema social. Para empreender esta tarefa, é preciso atentar para sua própria socialização – o que, cabe aqui destacar, envolve seu pertencimento de classe, gênero, raça, dentre outros fatores.

Assim, se é essencial pensar em uma teoria da escolha ao se trabalhar com Orientação Profissional, é necessário demarcar a complexidade deste construto. Bohoslavsky faz várias ressalvas, ao longo do seu texto, à ideia de liberdade de escolha, comumente apregoada pelo liberalismo, salientando que o contexto estrutural traz desafios que transcendem as possibilidades decisórias das pessoas. A escolha, esclarece o autor, “é multi e sobredeterminada” (1983, p. 14). Sofre influência do contexto social e suas contradições, que atravessam as relações familiares, o sistema de ensino e os meios de comunicação. Não pode ser compreendida nos limites da razão, posto que é influenciada também por aspectos inconscientes. Nesse sentido, a ideia de liberdade de escolha revela-se falaciosa e de forte caráter ideológico, na medida em que serve não ao desvelamento da realidade, mas à sua ocultação, favorecendo a manutenção do *status quo*. Cabe às/aos profissionais que atuam no

campo da Orientação Profissional atenção a este construto, sob o risco de se ignorar o contexto em que as escolhas se produzem.

A escolha passa, deste modo, a ser pensada em relação com o contexto social, histórico e político em que se constrói e se estabelece. Partindo-se desta perspectiva, a realização individual não prescinde da estrutura social para a sua concretização. Embora não dê destaque à dimensão de gênero em sua obra, Bohoslavsky (1977) chama atenção para o fato de que, também do ponto de vista da divisão sexual do trabalho, não é possível falar em neutralidade. Sua leitura passa pela chave da identificação: existem trabalhos compreendidos como mais femininos ou masculinos, e este aspecto participa da construção da identidade ocupacional: “os padrões culturais quanto ao papel social do homem e da mulher vão se interiorizando ao longo das etapas da gênese da identidade ocupacional do adolescente e desempenham um papel importante como causas de gostos, atitudes e inclinações” (1977, p. 36). Além disto, sua obra traz pistas importantes para pensar a atuação da Orientação Profissional quando interpelada por um olhar interseccional, na medida em que não se furta a discutir as complexas e contraditórias interrelações entre as pessoas e a sociedade.

Dentre os fatores que influenciam o processo de escolha, Bohoslavsky destaca o sistema educativo e seus filtros (que facilitam o acesso de certa camada da população, mas dificultam, ou mesmo inviabilizam, o de outras), assim como o mercado de trabalho e suas necessidades. Para compreender este mercado é importante atentar não apenas para o contexto histórico, econômico e social, mas, igualmente, para as representações das ocupações, estreitamente imbricadas com o aparelho ideológico hegemônico. Entram em cena, assim, as significações atribuídas ao trabalho e às ocupações em um dado contexto social.

Nessa direção, a adenda à edição brasileira do seu primeiro livro, “Orientação Vocacional: a estratégia clínica”, traz algumas ressalvas ao arcabouço teórico-prático apresentado no texto, escrito e publicado em 1977. De partida, Bohoslavsky convida a/o leitora/or a problematizar as ideias de escolha e liberdade ao falar da dimensão ética da Orientação Profissional.

Especialistas em questões de escolhas, cabe-nos refletir não só sobre o que o homem é, mas sobre o que poderia vir a ser. E defrontados, como já vimos, com a liberdade enquanto problemática teórica, deveríamos nos perguntar em *qual* liberdade pensamos – numa liberdade metafísica, não referida, ou numa liberdade historicamente situada – e por qual liberdade lutar” (1977, XXII).

A partir destas considerações, derivam os questionamentos: como considerar a liberdade, notoriamente a liberdade de escolha, ponderando não apenas as diferenças entre as

peessoas, mas um contexto de desigualdade estrutural? E como fazer esta discussão levando em consideração as relações de gênero? Neste sentido, o indivíduo abstrato do liberalismo revela-se de pouca valia para o debate.

Em seu texto “Vocação e alienação profissional (para uma crítica dos pressupostos da Orientação Vocacional)”, Bohoslavsky (1983) busca traçar uma articulação entre a identidade profissional e a alienação. De partida, adverte que é preciso cautela ao extrapolar e universalizar as reflexões trazidas por ele para outros contextos e pessoas que não aquelas que comumente buscavam a Orientação Vocacional, em sua maioria pertencentes à classe média/alta argentina.

Na presente pesquisa, julgamos ser importante estender as reflexões de Bohoslavsky (1983) para outros públicos e contextos, posto que a discussão sobre trabalho, alienação e tomada de consciência na Orientação Profissional segue pertinente quase cinco décadas após a publicação da sua obra. Entretanto, tal empreendimento não será feito sem atenção à ressalva feita pelo autor: ao contrário, a historicização deste fenômeno é fundamental para que seja possível melhor compreendê-lo no atual momento histórico, no contexto brasileiro.

Bohoslavsky (1983) resgata o conceito marxista de alienação, salientando que as observações feitas por Marx são corroboradas nos consultórios em falas de pessoas que buscam a Orientação Vocacional: há relatos diversos de um sentimento de externalização em relação à atividade realizada, esta pertencente a outra pessoa, assim como à perda de sentido do trabalho e à falta de realização. Aparece, ainda, a alusão ao próprio trabalho não como uma necessidade em si, mas como um meio para que seja possível atender a outras necessidades. Tais falas retratam uma pessoa alienada, que “vislumbra, por trás do desmoronamento de suas ilusórias imagens vocacionais, as condições reais da produção na sociedade capitalista” (Bohoslavsky, 1983, p. 49).

Partindo das considerações de Marx nos seus Manuscritos Econômico Filosóficos, Bohoslavsky (1983) entende que existe uma alienação crônica inerente ao sistema de produção capitalista. Ainda que saliente não ser possível eliminá-la via Orientação Profissional, o autor se propõe investigar o momento em que a alienação se caracteriza como uma crise aguda, ou seja, quando componentes crônicos desta alienação emergem à consciência das pessoas.

A crise aguda de alienação se manifesta a partir de um sentimento de perda de sentido, de estranhamento em relação às suas vidas de trabalho e/ou estudo, além da ambiguidade em relação ao futuro. Esta perda de sentido se revela, contudo, a perda de um pseudo-sentido, ou seja, desvela fraturas do sistema defensivo do indivíduo, que até então via sua identidade profissional em relativa harmonia com o contexto social. Na crise de alienação, o ego não

consegue exercer suas funções, uma vez que lhe falta autonomia para encarar o trabalho alienado e as contradições que lhe constituem.

Desta crise não deriva, necessariamente, a tomada de consciência enquanto um movimento natural. Segundo o autor, é precisamente a falta desta consciência que confere agudeza à crise – que pode abrir espaço para a tomada de consciência, mas, igualmente, para a possibilidade de reforçamento do sistema defensivo do indivíduo. O caminho que será seguido nesta encruzilhada sofre importante influência da/o orientadora/or, que deve atentar para o modo como toma parte nesse processo. É preciso que esteja atenta/o à sua própria condição alienada, aos determinantes das suas escolhas e à forma como se relaciona com a ideologia social para o exercício do seu trabalho.

A identidade profissional alia-se ao aparato ideológico dominante, de forma a preservar o ego do conflito com parte das contradições sociais. No entanto, para que isto ocorra, é necessária uma identidade profissional parcial ou mesmo falsa, que se torna possível via processos de negação, racionalização e ideologização. Ocorre uma crise de identidade quando esta aliança não dá mais conta de proteger o ego. A crise se manifesta quando, por uma série de questões conjunturais, ocorre um “choque entre biografia e história” (Bohoslavsky, 1983, p. 54). O choque caracteriza a crise na medida em que traz luz às contradições do sistema, que antes não eram vistas como problemáticas. As instituições de ensino e a família têm papel importante neste panorama: para o autor, estes dois sistemas atuam na direção de uma conformação entre identidade profissional e ideologia. Para que a pessoa se sinta integrada e adaptada ao contexto social, é preciso um alto grau de falta de consciência: a) dos elementos contextuais e estruturais que conformam a própria estrutura ocupacional, de forma mais ampla, e o desenvolvimento de uma profissão específica; b) das articulações entre as profissões, o sistema produtivo e os sistemas de ensino/educativos.

Assim, Bohoslavsky (1983) compreende que a crise de alienação se dá não pela ausência de integração com o contexto, mas, ao contrário, em decorrência da percepção que tem a pessoa do tipo de integração vinha fazendo com o seu contexto.

A estrutura social envolve variáveis que não estão ao controle das pessoas. No entanto, as escolhas são feitas dentro desta estrutura, como parte dela, razão pela qual o entendimento dos processos em curso em um dado momento histórico é de suma importância: quais as demandas do mercado de trabalho? Quais processos estão em jogo e como afetam a população trabalhadora? O contexto oferece, por exemplo, limitações no que diz respeito ao acesso ao Ensino Superior e alta rotatividade dos postos de trabalho, fatos intrinsecamente relacionados à estrutura da sociedade de classes.

Bohoslavsky (1983) também destaca o que denomina imaginária ocupacional, que alude ao valor do trabalho e aos resultados que se espera obter com o trabalho realizado, o que sofre forte influência dos valores sociais vigentes. Além disso, refere-se ao significado atribuído aos diversos trabalhos, profissões e ocupações e às características e formações imprescindíveis para a sua obtenção. No mundo capitalista, estas questões voltam-se para a busca de benefícios, poder e prestígio. Estes fatores têm papel determinante nas escolhas, porque orientam o modo como as diversas formas de trabalhar são percebidas pelas pessoas. Determinante, também, é o papel do desejo e do componente subjetivo.

A afirmação “o sujeito se propõe e o sistema dispõe”, quando se trata de problemas de escolha de curso, reflete só um nível aparente do que estamos descrevendo, já que num nível profundo vemos que o sujeito se propõe não só ao que obedece à ordem dos seus desejos, mas também ao que, estando sócio-economicamente determinado, já faz parte dele através do processo de socialização (Bohoslavsky, 1983, p. 66).

A partir da imaginária ocupacional, é possível articular o desejo pessoal com aquilo que é necessário para se manter uma determinada sociedade. Ou seja, o contexto traz necessidades que são percebidas e difundidas através do aparato ideológico (família, instituições de ensino, dentre outros), de modo que as pessoas identificam seus interesses a partir desta relação, ainda que não tenham esta percepção. A crise da alienação ocorre quando esta situação emerge à consciência – o que é viabilizado pelas próprias contradições sociais e estruturais, manifestas, por exemplo, no descompasso entre as demandas por trabalho e o sistema de ensino.

Reconhecer o peso deste contexto estrutural não implica, contudo, a inexistência de fraturas, de margens para a atuação das pessoas. Para que seja possível experimentar a liberdade e a autonomia – ambas relativas, destaca o autor –, é preciso consciência. Como parte deste campo social, a Orientação Profissional não pode se furtar ao seu caráter político. Se a/o orientadora/or atua na direção da negação das contradições presentes no sistema social, contribui para a manutenção da ideologia dominante. Desvelar as dimensões e componentes que influenciam e determinam as escolhas pessoais ganha, assim, destaque e pertinência no processo de orientação.

Deste modo, a prática em Orientação Profissional demanda consciência das determinações que estão em jogo na construção da identidade profissional. Caso contrário, se revelará uma prática alienada – a qual, se não está imbuída da lógica de ajuste da pessoa certa ao lugar certo, apregoa a ideia de liberdade de escolha e autonomia de modo tal que desconsidera as determinações e sobredeterminações sociais que estão em jogo quando se escolhe algo.

Especialistas em questões de significados e significações, nossa tarefa está firmada fundamentalmente numa luta pela tomada de consciência; e as opções são claras: revelar ou ocultar, conhecer ou repetir, desmitificar ou reforçar os mitos. Luta, pois que existem inimigos: no sistema, nos sujeitos, em nossos instrumentos conceituais e técnicos, em nós mesmos. Consciência, mas consciência do quê? Da nossa condição de sujeitos, daquilo que nos determina, dos fatores que definem o teste vocacional como uma encruzilhada, das falsas instituições que nos são propostas como verdades e do longo caminho entre uma consciência colonizada e uma consciência nacional, condição necessária, mas não suficiente, para encarar as práticas libertadoras no econômico, no político, no mental. (Bohoslavsky, 1983, p. 16-17)

Há dois elementos importantes para se compreender a tomada de consciência à qual Bohoslavsky (1983) se refere: de um lado, a consciência de si enquanto sujeito; de outro, a consciência dos determinantes sociais e estruturais que forjam as pessoas e as sociedades. De acordo com o autor, o papel da/o orientadora/or está relacionado a um descondicionamento social, o que convoca a uma revisão de teorias, valores e pressupostos. Deste modo, considerar a alienação característica da relação com o trabalho no modo de produção capitalista é fundamental. O trabalho em Orientação Profissional transita entre o olhar atento para os projetos, o que cada pessoa pode chegar a ser e o papel da estrutura social.

Neste panorama, a/o psicóloga/o não pode se furtar ao esclarecimento e à conscientização, o que envolve dar-se conta de duas dimensões: de um lado, a estrutura social; de outro, da estrutura de personalidade da pessoa que busca orientação. Embora a atuação das/os orientadoras/es não possa abolir a alienação, é possível atuar de forma preventiva em relação às crises de alienação. Para tanto, é preciso problematizar em vez de acomodar, além de buscar formas para que a/o orientanda/o possa compreender seu projeto pessoal em articulação com o projeto social.

Bohoslavsky também destaca, em respeito ao processo de construção de cada orientanda/o, a dimensão ética do trabalho, a qual: “[...]surge do fato de que, ao considerar o homem sujeito de escolhas, consideraremos que a escolha do futuro é algo que lhe pertence e que nenhum profissional, por capacitado que esteja, tem direito de expropriar” (1977, p. 21). Entretanto, esta concepção deve ser entendida em relação com a própria problematização acerca daquilo que é entendido como liberdade e escolha.

4.2 Os obstáculos à escolha autônoma a partir de uma perspectiva de gênero

Segundo a cientista política Flávia Biroli (2018), a ideia de autonomia ocupa lugar de destaque nas tradições liberais, remetendo a concepções distintas de liberdade e agência moral. Estas noções têm sua importância na contribuição para a construção do chamado indivíduo moderno. Entretanto, a autora marca a necessidade de se questionar o indivíduo abstrato do liberalismo, haja vista que ele mascara desigualdades diversas, dentre as quais as relações de gênero desempenham um importante papel. A concepção liberal toma como dado de realidade as preferências que as pessoas manifestam e sustentam como suas, sem considerar que tais preferências podem ser fruto de relações de subordinação – e, deste modo, podem se constituir a partir de uma posição de objetificada, em detrimento de uma posição de sujeito.

A crítica se volta, portanto, à visão de que as pessoas são igualmente capazes de fazer suas escolhas e definir suas preferências, bem como à ideia de que é possível compreender as experiências das pessoas fora da posição concreta que ocupam na sociedade. A investigação e a análise da própria categoria “autonomia”, portanto, não podem estar descoladas da realidade material concreta, do tecido social em que as identidades se constroem e as escolhas e preferências tomam forma. Assim, não é necessária uma restrição concreta e formal à liberdade, tampouco a adoção de coerção ou controle diretos de um homem sobre uma mulher para que existam obstáculos distintos ao exercício da autonomia para mulheres e homens.

Deste modo, a análise dos obstáculos à autonomia deve considerar o fato de que as pessoas são afetadas de formas distintas por esses mesmos obstáculos. As hierarquias e desigualdades estruturais exercem influência nas condições em que as pessoas constroem suas preferências, bem como os contextos, os limites e as possibilidades que dão contorno às escolhas e que impõem restrições diferenciadas ao exercício da autonomia pessoal.

Nesse panorama, faz-se importante refletir novamente sobre a ideia de escolha. Partindo-se de pressuposto de que não há neutralidade possível na prática profissional, pode-se afirmar que as escolhas não são fruto da interação entre um indivíduo neutro (do ponto de vista de gênero, classe e raça, dentre outros elementos) e as alternativas disponíveis no ambiente, haja vista que guardam relação com a estrutura social e com o modo como cada pessoa está posicionada nas relações sociais. É nesta interrelação que as pessoas constroem subjetividades, interesses, identidades, desejos e preferências, identificam os horizontes que consideram estar de fato ao seu alcance, bem como suas possibilidades de autodeterminação. Assim, falar em

escolha implica pensar a liberdade de escolher entre alternativas que efetivamente se mostram possíveis.

Estabelecidas as ressalvas em relação à ideia de autonomia, Biroli (2013), chama atenção para uma questão que deve ser olhada com atenção quando se tece esta crítica: a inferência equivocada de que, se as pessoas escolhem em condições de opressão, melhor seria que alguém em posição mais favorável realizasse esta escolha por elas. Com isso, cai-se em outro extremo: a suspensão da agência, ou seja, a retirada da pessoa do lugar de sujeito da própria história.

Como lidar, então, com este nó, encarando sua complexidade e suas contradições, mas buscando avançar nas reflexões suscitadas? Partindo das considerações feitas até aqui, o ponto de virada é a ideia de que estes constrangimentos e obstáculos condicionam, mas não determinam, as pessoas e seus caminhos, como também postula Freire (1996). Se sua influência é inegável, e se estes obstáculos afetam as pessoas de formas diferentes, é igualmente verdade que há a possibilidade de construção de espaços para a agência e a autodeterminação. Entretanto, cabe destacar que a construção destes espaços não é um movimento meramente individual. Para que esta construção tenha força e possa operar de forma a questionar e transformar a estrutura social, faz-se necessária uma articulação coletiva.

Nessa direção, Biroli (2013) salienta que a agência pessoal é imperfeita, e este ponto é particularmente importante para evitar que se incorra na noção abstrata de indivíduo, tal como é apregoada pelo liberalismo. Esta discussão contribui para o estabelecimento de uma distinção entre autonomia e autossuficiência, necessária porque a segunda ideia foca na pessoa que, ao menos do ponto de vista hipotético, tudo pode, a despeito das desigualdades sociais.

Destaca-se, ainda, que a agência é diferenciadamente imperfeita, uma vez que não afeta as pessoas da mesma forma. A agência autônoma precisa se haver, na prática, com situações coercitivas e constrangedoras e, além disso, as pessoas não são iguais – ainda que tenham, para efeitos legais, os mesmos direitos. Atentar para estas questões transcende a dicotomia das mulheres enquanto vítimas – e, portanto, incapazes de decisões autônomas sobre si mesmas – e a ideia de uma completa liberdade de agência pessoal. Deste modo, chama-se atenção para as relações de opressão, dominação e exploração que afetam as trajetórias e os projetos pessoais, inclusive porque o próprio pertencimento a certos grupos sociais exerce influência na construção dos interesses e escolhas (Biroli, 2013; 2018).

As pessoas, portanto, fazem suas escolhas a partir de uma certa moldura, ponderando as possibilidades que veem como disponíveis para si mesmas. Olhar criticamente para estes processos de coerção que contribuem para situar as escolhas é fundamental para que não se

ignore o fato de que a escolha de uma mulher por um papel tradicional de gênero pode ter estreita relação com o medo de sofrer retaliações ou estigmas em caso de recusa.

Vale lembrar que os papéis tradicionais de gênero e as experiências das mulheres com estes papéis favorecem o desenvolvimento de certas características e não outras, ou seja, fortalecem características que são lidas socialmente enquanto femininas. Tais características, conquanto não sejam negativas em si mesmas, têm implicações, posto que podem envolver a renúncia a outras possibilidades de construção identitária e de projetos de vida e trabalho. Um exemplo disto é a maternidade. Não há negatividade no ato de maternar em si mesmo, mas a maternidade compulsória, como objetivo e destino do grupo “mulheres”, se coloca enquanto problema (Biroli, 2013). É possível estender esta reflexão a outros campos em que predominam os papéis sociais de gênero (como o trabalho doméstico) e a muitas das características associadas à feminilidade.

Assim, Biroli (2013) traz uma reflexão acerca de escolhas que podem ser livres de imposições e mesmo fonte momentânea de bem-estar, mas que podem levar a uma vida que envolve a submissão às decisões de outras pessoas. A escolha por ser dona de casa e não exercer um trabalho remunerado, dentro de um casamento, é um exemplo disto. Pode ser ponderada, esclarecida, mas isso não significa que não exerça impactos significativos nas possibilidades presentes e futuras de autodeterminação, acarretando, por exemplo, dificuldade de sair de relações violentas, vulnerabilidade em caso de separação e obstáculos à retomada a vida profissional (devido à descontinuidade da trajetória ou mesmo à oposição do companheiro).

O liberalismo opera com o pressuposto de que, na vigência de direitos formalmente iguais, o respeito às escolhas voluntárias feitas pelos indivíduos é um requisito e um ponto de chegada para a cidadania. Nesse caso, a ausência de coerção implica a possibilidade do exercício efetivo da liberdade, ainda que as escolhas voluntárias – no sentido de não coagidas – dos indivíduos os conduzam a relações de subordinação. Restrições ao exercício da autonomia são, no entanto, constitutivas das sociedades liberais. O acesso a recursos e o reconhecimento do valor e da capacidade dos indivíduos para definir a própria vida variam segundo suas características e sua posição nas relações de poder, entre elas o gênero. Desigualdades estruturais impactam as possibilidades de autodefinição e as oportunidades disponíveis para as pessoas (Biroli, 2014a, p. 109-110).

Destaca-se, assim, que uma escolha entendida como livre pode representar a falta de referências, recursos e mesmo a ausência da possibilidade de vislumbrar outros caminhos: a adaptação à injustiça e ao lugar de objeto contribui para restringir possibilidades pessoais e coletivas de construir horizontes fora das relações de opressão.

Neste sentido, ainda que as mulheres não sejam impedidas por leis de buscar caminhos outros que não a realização do trabalho doméstico não-remunerado e tenham, ao menos em

tese, um amplo leque de possibilidades, outros elementos se combinam ao se pensar suas experiências e escolhas. Deste modo, não é possível pensar meramente em termos de escolhas individuais e voluntárias, tampouco a partir da dicotomia livre escolha x coerção.

Quando deixam de ser reconhecidos os aspectos estruturais que constituem posições e alternativas, as escolhas podem parecer ‘irracionais’ e mesmo ‘irresponsáveis’. A recusa de um emprego, por parte de uma mulher, por não haver creche para deixar os filhos, ou as faltas seguidas ao trabalho quando os filhos pequenos adoecem – o que pode acarretar a perda do emprego ou limitar a ascensão profissional – só poderão ser tratadas como ‘escolhas’ se for desconsiderado o contexto em que estas se realizam ou se fizer de conta que não existem crianças pequenas que precisam de cuidado (Biroli, 2018, p. 64).

Do ponto de vista da Psicologia Social e da Orientação Profissional, é importante levar em consideração que a divisão social do trabalho entre os sexos contribui para forjar identidades – as quais se produzem, dentre outras coisas, também a partir de relações de desigualdade e opressão. Assim, certas experiências subjetivas constituem identidades importantes para as pessoas e, ao mesmo tempo, oferecem certos constrangimentos à experimentação de outros papéis e lugares que poderiam ampliar o leque de alternativas, dando mais autonomia na produção de preferências e das identidades.

Diante deste cenário, autoras no campo das Ciências Sociais e Políticas têm apontado a importância do processo de tomada de consciência, que envolve o reconhecimento de dificuldades e barreiras que o pertencimento a certo grupo social pode trazer, além da construção de estratégias para lidar com estas dificuldades. Partindo de uma perspectiva de gênero, Biroli (2013) aponta que os grupos de mulheres são uma ferramenta interessante neste sentido, uma vez que a troca de experiências de enriquece e complexifica a compreensão da realidade de ser mulher em uma dada sociedade e em um contexto específico. O entendimento de que não há nada propriamente natural na construção dos papéis sociais de gênero permite a compreensão do caráter coletivo das experiências e possibilita construções identitárias a partir de outros referenciais. É um olhar que reconhece os constrangimentos sociais e contribui para que seja possível se colocar em uma posição de sujeito na construção da sua identidade. Além disso, abre caminhos para a construção de estratégias coletivas.

Ainda segundo a autora, a conscientização ganha relevo enquanto processo coletivo que reconhece como a situação se apresenta em um dado momento, mas, também, o potencial de transformação desta condição – ou seja, que os fenômenos sociais podem se desenrolar de outras maneiras. Do ponto de vista das mulheres, esta tomada de consciência implica olhar criticamente sua imagem alienada, a fim de que, a partir daí, seja possível vislumbrar sua

condição futura de sujeitos autônomos, de sujeitos na construção de si mesmas e do mundo em que vivem. Na concepção de Biroli (2013), este processo é atravessado por forte dimensão coletiva, razão pela qual a autora coloca o compartilhamento das experiências entre mulheres como a base para a ressignificação das identidades e das relações de gênero. Nesse sentido, Hirata (2018) afirma:

Creio que poderíamos afirmar que o processo emancipatório passa por uma consciência de gênero, de classe, de raça e por um processo de luta contra a exploração, a opressão e a dominação e, portanto, por uma tomada de consciência que é, ao mesmo tempo, teórica e prática e esse processo emancipatório tem na centralidade do trabalho a referência dinamizadora por excelência. O trabalho entendido no sentido amplo, enquanto trabalho profissional e trabalho doméstico, enquanto trabalho formal e trabalho informal, enquanto trabalho remunerado e não remunerado (p. 14-15).

4.4 Paulo Freire e a conscientização como processo que implica a práxis

Contrapondo-se à ideia de neutralidade, Paulo Freire entende a educação enquanto ato político que deve assumir o compromisso com a libertação das mulheres e dos homens diante de situações de opressão e injustiça. Utilizaremos aqui as reflexões do autor, dirigidas ao campo da educação popular, por entendermos que trazem elementos importantes para pensar a Psicologia Social e a Orientação Profissional. É, aliás, o próprio Bohoslavsky quem destaca: “diante do processo de ajudar a ‘tomar consciência’, pedagogia e psicologia se encontram” (1983, p. 75).

É importante destacar o entendimento de sujeito de que parte este educador, haja vista que dele derivam as estratégias de alfabetização e ensino propostas. Freire (1985) concebe mulheres e homens⁷ como sujeitos sociais e históricos, forjados em relação com o mundo. Isto quer dizer que o ser humano não apenas vive, mas se insere e atua na realidade em que se encontra, transformando-a. Para o autor, não há como pensar as pessoas e a sociedade de forma separada, uma vez que não existe um indivíduo abstrato, descolado da estrutura social; tampouco existe uma sociedade apartada dos seres humanos que a constroem e constituem.

⁷ Em grande parte de sua obra, Paulo Freire utiliza “homem/homens” para referir-se a seres humanos, qualquer que seja o sexo biológico e identidade de gênero, aspecto devidamente pontuado por autoras como hooks (2017). Optamos, aqui, por utilizar as expressões “mulheres e homens” ou “seres humanos” em substituição, a fim de não perpetuar uma linguagem centrada nas pessoas do sexo masculino. Cabe destacar que o próprio Paulo Freire revê esta linguagem ao longo de sua trajetória, sobretudo em decorrência da crítica feminista a este ponto de sua obra.

O que difere seres humanos de animais é precisamente a historicidade e a consciência dos primeiros. Enquanto os animais são seres a-históricos, que não se distinguem da atividade que realizam e estão suscetíveis às determinações da sua espécie, mulheres e homens podem refletir acerca da sua própria realidade e, também, sobre si mesmas/os, tomando consciência daquilo que está envolvido em sua existência e suas ações no mundo. Isto implica uma relação com a temporalidade, compreendida em suas três dimensões: presente, passado e futuro. Assim, mulheres e homens são seres da práxis, que agem sobre o mundo produzindo cultura e transformação. A ação humana não é meramente instintiva e reflexa, mas reflexiva e, portanto, crítica. Deste modo, é a partir da práxis que se constituem os sujeitos cognoscentes.

Em sua relação com o mundo, as pessoas se veem desafiadas a criar condições para a sua existência. Para tanto, é preciso planejar, testar, experimentar e reformular. O trabalho, entendido em sua dimensão ontológica e histórica, emerge enquanto atividade humanizadora e transformadora (Freire, 2016, 2019). Entretanto, a alienação intervém como fenômeno que impacta negativamente o reconhecimento de si enquanto sujeito histórico, fazendo com que as/os trabalhadoras/es não se reconheçam como responsáveis pelo produto que foi fruto de sua própria atividade.

Para Freire (2016, 2019), cujo trabalho voltado para a alfabetização tem grande destaque, alfabetizar e conscientizar caminham de mãos dadas: é impossível prescindir da conscientização ao se pensar uma alfabetização efetivamente crítica e transformadora. Isto vale não apenas para a alfabetização, mas para a aprendizagem de forma mais ampla: aprender envolve se apropriar, de forma crítica, da situação concreta que se vive.

Embora a proposta da presente tese não demande uma discussão acerca do método de alfabetização do autor, há um aspecto importante, que dá início a este processo, que se faz relevante para fins do que se pretende discutir. Ao iniciar o processo de alfabetização, Freire (2019, 2020) trabalha o conceito antropológico de cultura, a partir do qual traça uma distinção entre natureza e cultura, seres humanos e animais. Se muitos dos temas discutidos com as/os alfabetizandas/os partem de questões específicas do território e da comunidade aos quais pertencem, este conceito é, para o autor, um tema-dobradiça: caso não surja espontaneamente nas reflexões do grupo, será introduzido pelas/os próprias/os educadoras/es em decorrência da sua relevância para o trabalho em questão.

A partir do conceito antropológico de cultura, toma-se tanto a cultura quanto o trabalho como elementos fundamentais para o desenvolvimento do processo de aprendizagem. Na prática do processo de alfabetização, trata-se menos de discutir o histórico e as diferentes significações destes conceitos do que de conferir a quem aprende um lugar de sujeito – do seu

processo de aprendizagem e da sua própria história. Sujeito, também, da transformação da sua realidade cotidiana e do mundo em que vive. Ao longo da discussão propiciada por este tema-dobradiça, a proposta é que as/os educandas/os percebam a si próprias/os como criadoras/es de cultura. O trabalho tem lugar fundamental nesta discussão, haja vista que é a partir dele que as pessoas agem no mundo – e, nesta ação, transformam também a si mesmas. A cultura é aquilo que os sujeitos acrescentam ao mundo, o resultado da ação e do trabalho humanos em seu empreendimento de criação e recriação conforme suas necessidades (Freire, 1974). Os escritos do autor trazem exemplos emblemáticos do trabalho com este tema-dobradiça no processo de alfabetização, com transformações significativas na percepção de si e do mundo.

“Amanhã”, disse certa vez um gari da prefeitura de Brasília, ao discutir o conceito de cultura, “vou entrar no meu trabalho de cabeça para cima”. É que descobrira o valor de sua pessoa. Afirmava-se. “Sei agora que sou culto”, afirmou enfaticamente um idoso camponês. E ao se lhe perguntar por que se sabia, agora, culto, respondeu, com a mesma ênfase: “Porque trabalho e trabalhando transformo o mundo” (Freire, 2020, p. 144-145).

Nesse panorama, a consciência crítica, que envolve a compreensão das relações causais que se estabelecem entre os fenômenos, assume importância considerável. Esta causalidade está inscrita em um tempo e um contexto histórico: posto que a realidade está em contínuo movimento, a própria causalidade está sempre em questão e demanda contínuas reavaliações. É característico da consciência ingênua a compressão estanque, estática da causalidade, que se compreende acima dos fatos, capaz de controlá-los. A consciência mágica, por sua vez, atribui aos fenômenos um poder superior: desta forma, não é possível controlá-los; resta a submissão. Daí deriva uma apreensão fatalista do mundo – o qual, por ser externo à pessoa, resistiria a qualquer possibilidade de transformação (Freire, 1974).

Considerando que faz parte da ideologia dominante colocar nas/os dominadas/os a responsabilidade sobre sua situação, a/o educadora/or tem como papel provocar nas/os educandas/os a curiosidade sobre o contexto, a partir da qual cria-se espaço para a problematização e, por conseguinte, novas formas de compreensão da realidade social. Em decorrência de uma lógica individualista que desconsidera as tensões entre agência e estrutura, muitas pessoas se autoavaliam como incompetentes, preguiçosas e pouco inteligentes, mas não se dão conta de que seu sofrimento e opressão guardam estreita relação com um sistema social desigual e injusto no que diz respeito à distribuição das oportunidades. Assim, a “expulsão” da/o opressora/or de dentro da/o oprimida/o é parte do desafio da/o educadora/or.

Freire (1996), aponta para a necessidade de ruptura com os ideais individualistas e competitivos característicos do pensamento neoliberal, que colocam nos grupos dominados a responsabilidade pela situação de precarização e opressão em que se encontram. Neste sentido, outro conceito importante trabalhado pelo autor é a autodesvalia: esta, típica da alienação, diz respeito à introjeção que as pessoas oprimidas fazem da visão que delas têm as/os opressoras/es, o que tem como consequência sentimentos de incapacidade e inferioridade, razão pela qual podem desvalorizar seus próprios saberes. Resulta, ainda, na atribuição individual da responsabilidade pela dominação. Ao reconhecerem que “hospedam” concepções da/o opressora/or em suas consciências, é possível, a partir da conscientização, agir em direção da libertação.

Ao dar relevo às pessoas oprimidas e seu processo de emancipação, Freire (1996) tece uma crítica contundente àquilo que denomina “fatalismo neoliberal”: a ideia de que a implementação das medidas neoliberais é não somente necessária, mas a única saída possível para lidar com os problemas do mundo moderno. Para o autor, a concepção fatalista não se aplica, posto que a história resiste à fixidez: é espaço de possibilidades, não de determinismos e está situada, portanto, no campo do vir a ser. O fatalismo não possibilita que se compreenda o movimento de transformação do mundo, tampouco as pessoas enquanto sujeitos de decisões, ainda que sobredeterminadas pela estrutura social.

Não há, nessa maneira mecanicista de compreender a história, lugar para a decisão humana. Na medida mesma em que a desproblematização do tempo, de que resulta que o amanhã ora é a perpetuação do hoje, ora é algo que será porque está dito que será, não há lugar para a escolha, mas para a acomodação bem-comportada ao que está aí e ao que virá (Freire, 2019, p. 112).

A dimensão temporal marca o inacabamento enquanto condição ontológica dos seres sociais. O reconhecimento da condição inacabada de mulheres e homens implica a perspectiva de futuro enquanto processo, como um problema, não uma condição estanque e pré-determinada, o que abre as portas para as possibilidades de ruptura com a ordem estabelecida. Olhar para si e para o mundo permite ao ser humano conceber-se como problema de investigação, questionar-se, atentar para aquilo que desconhece para que, assim, possa buscar novas perguntas e respostas às suas questões.

Levando estes fatores em consideração, o autor estabelece uma importante distinção entre condicionamento e determinação. A estrutura macrossocial condiciona as experiências das pessoas, mas não a determina. Daí deriva o potencial de transformação destas mesmas estruturas, o qual passa necessariamente por um processo de conscientização: as pessoas,

“porque são consciência de si e, assim, consciência do mundo, porque são um ‘corpo consciente’, vivem uma relação dialética entre seus condicionamentos e sua liberdade” (Freire, 2019, p. 125). Deste modo, não é o inacabamento em si, mas o ato de reconhecer este inacabamento que abre espaço para a construção de novas formas de ser e estar, uma vez que leva as pessoas a um processo de busca por ir além daquilo que as condiciona.

A consciência da natureza inacabada do ser humano é vista como a fundação mesma da educabilidade e torna possível compreender a escolha enquanto algo distinto da acomodação ao *status quo* e aos ditames de uma estrutura social desigual. A conscientização, produto e processo, leva à compreensão de que as condições em que as pessoas se encontram não dependem exclusivamente delas, mas de um contexto de opressão e desigualdade. Esta constatação, entretanto, é apenas parte do caminho, que envolve uma dimensão histórica (dar-se conta de que não se trata de uma condição absoluta e imutável) e o empreendimento de ações efetivas para a transformação da realidade.

Segundo Paulo Freire, a conscientização envolve dimensões pessoais, sociais e reflexivas: “os alunos adquirem uma capacidade de conhecimento crítico – muito além da simples opinião –, ao desvelar suas relações com o mundo histórico-cultural no qual e com o qual existem” (Freire, 2016, p. 145). O processo de conscientização envolve a tomada de consciência, mas não se restringe a ela. Envolve tanto o reconhecimento e a denúncia da opressão, quanto a utopia, a proclamação de uma realidade diferente da que já existe e que pode ser criada pelas pessoas. A tomada de consciência faz sentido a partir do momento em que informa a ação no mundo e a mudança.

A ideia de práxis é fundamental para que a superação da opressão se dê. Práxis, para o autor, é a unidade dialética entre teoria e prática, ação e reflexão. Não se reduz à prática, tampouco à reflexão teórica, mas se dá, precisamente, no interjogo entre estas duas dimensões. O simples ato de se escutar um discurso libertador não corresponde, necessariamente, a um aprofundamento na compreensão da realidade, tampouco a um engajamento em ações que visem à libertação (Barreto, 1985). É a relação entre o desvelamento da realidade opressiva e a inserção crítica na realidade que implica a práxis transformadora. Não se trata, portanto, de “[...]um diletante jogo de palavras vazias – quebra-cabeça intelectual – que, por não ser reflexão verdadeira, não conduz à ação, nem ação pela ação. Mas ambas, ação e reflexão, como unidade que não deve ser dicotomizada” (Freire, 2019, p.73).

A conscientização é o processo pedagógico que busca dar ao ser humano uma oportunidade de descobrir-se através da reflexão sobre sua existência. Ela consiste em inserir criticamente os seres humanos na ação transformadora da realidade,

implicando, de um lado, no desvelamento da realidade opressora e, de outro, na ação sobre ela para modificá-la (Gadotti, 2016, p. 17).

Nesta direção, Freire (2016) estabelece uma distinção entre integração e acomodação à realidade. A acomodação implica um ajuste da pessoa a prescrições externas, alheias a si mesma. É marca de um lugar de objeto e não de sujeito; portanto, é marca também da desumanização. A partir deste lugar, não é possível reconhecer-se como capaz de promover mudanças na realidade concreta. Resta, apenas, mudar a si própria/o para adaptar-se, acomodar-se a uma realidade inexorável. A integração envolve ajustamento e transformação, o que inclui uma dimensão crítica e a possibilidade de optar, de fazer escolhas. O sujeito integra-se, deixando de ser objeto. Integrar-se passa, também, pelo reconhecimento da temporalidade e da historicidade dos seres humanos e do mundo: nenhum dos dois é absoluto – e, portanto, imutável.

Como pontua Freitas (2018), a ideia de conscientização passa por três momentos distintos ao longo da obra de Paulo Freire. Em uma fase inicial, é concebida como objetivo fundamental da educação. Posteriormente, deixa de aparecer em suas obras em decorrência de sua banalização e dos usos equivocados que vinham sendo feitos do conceito no entendimento do autor. Na fase final da sua obra, período em que escreve *Pedagogia da Autonomia*, Freire (1996) resgata e reforça a ideia de conscientização, destacando sua importância para fazer frente ao fatalismo neoliberal.

Segundo Scocuglia (1999), a mudança nas significações dos conceitos freireanos é um fato recorrente na obra do autor. Deste modo, ao se tratar da conscientização, é preciso que se atente para a existência de quatro diferentes definições do conceito ao longo das décadas. A primeira delas refere-se à consciência da realidade nacional; a segunda, aos estágios da consciência, que vão da ingenuidade à criticidade. Entretanto, no final da década de 1960, sob influência do materialismo dialético e da teologia da libertação, discutidos em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, o conceito de conscientização ganha novas camadas. Neste contexto, ganha força, para o autor, a ideia da consciência de classe, sobretudo a partir dos estudos da obra de Lukács. Como quarta definição, entra a consciência das diversas subjetividades e consciências no decurso do processo educativo.

Para Freire (2016), a consciência passa por diferentes etapas que representam graus distintos de entendimento da realidade. A conscientização é um processo que não se esgota no tempo e no espaço e se refere à passagem da ingenuidade à criticidade da consciência.

A consciência intransitiva é aquela que se situa em um estado de imersão, incapaz de compreender criticamente a realidade em que se encontra: “é a consciência dos seres humanos

cuja ‘vida é mera biologia’, que ainda não se fez biografia” (Kronbauer, 2018). Entretanto, a consciência não necessariamente se encerra nesta fase, podendo haver uma ampliação e complexificação da compreensão da realidade. A consciência semi-intransitiva, por sua vez, caracteriza-se por um estado de quase imersão que não leva em consideração o contexto estrutural em que as possibilidades se conformam. A falta deste olhar à estrutura acarreta uma compreensão dos fatos e situações como originados a partir de fatores externos à realidade concreta e objetiva: as explicações podem ser mágicas e atribuídas a algo superior ou partir de questões internas ao indivíduo, sem relação com o contexto.

A consciência transitiva dá um passo adiante, abrindo espaço para uma reflexão crítica. Em seu estado inicial, tem como marca a ingenuidade e possui características comuns à consciência intransitiva, como simplicidade na forma de compreender os fenômenos sociais, pouco espaço para a investigação, argumentações frágeis e explicações mágicas. Há, contudo, uma ampliação de horizontes e da disponibilidade para se perceber tanto o caráter social, histórico e político da sua condição, como as contradições inerentes à realidade. A consciência transitiva, em sua dimensão crítica, coloca as opiniões e descobertas à prova em vez de aceitá-las acriticamente; disso deriva uma abertura a revisões constantes, com maior complexidade e aprofundamento da compreensão da realidade.

A consciência crítica envolve a busca pelo desvelamento e desmistificação da realidade. É marcada pela saída de uma condição de imersão para a condição de emersão, o que torna possível uma integração crítica à realidade social. A conscientização se dá a partir do desenvolvimento e aprofundamento da tomada de consciência e é marcada pela “autoinserção crítica na realidade” (Freire, 2016, p. 145). Conscientizar-se implica apossar-se da própria condição e agir para transformá-la.

[...] toda compreensão de algo corresponde, cedo ou tarde, a uma ação. Captado um desafio, compreendido, admitidas as hipóteses de resposta, o homem age. A natureza da ação corresponde à natureza da compreensão. Se a compreensão é crítica ou preponderantemente crítica, a ação também o será. Se é mágica a compreensão, mágica será a ação (Freire, 2016, p.139).

Assim, este processo envolve dimensões pessoais e coletivas. Trata-se de tomar consciência do mundo em que se vive – ou seja, da realidade material, com suas possibilidades e desafios – de forma implicada, compreendendo a si mesma/o em sua relação com o mundo (Freire, 2021).

A conscientização, compreendida como processo de criticização das relações consciência-mundo, é condição para a assunção do comprometimento humano diante do contexto histórico-social. No processo de conhecimento, o homem ou a mulher tende a se comprometer com a realidade, sendo esta uma possibilidade que está relacionada à *práxis humana*. É através da conscientização que os sujeitos assumem seu compromisso histórico no processo de fazer e refazer o mundo, dentro de possibilidades concretas, refazendo-se também a si mesmos (Freitas, 2018, p.105).

Considerando que o processo de conscientização traz à tona profundos incômodos em relação à realidade social, surgem questionamentos quanto aos seus possíveis problemas ou riscos: valeria a pena defrontar as pessoas com as desigualdades da realidade material? Ao se depararem com uma realidade demasiado dura, não cairiam em uma paralisia ou mesmo em fanatismos destrutivos? Para Paulo Freire, se a conscientização traz à tona insatisfações, isto se dá porque a realidade social é opressiva, ao passo que “[...] a conscientização, que lhe possibilita inserir-se no processo histórico, como sujeito, evita os fanatismos e o inscreve na busca de sua afirmação” (2019, p.32).

Seguindo as pontuações de Paulo Freire sobre a conscientização e sua estreita relação com o próprio processo de aprendizagem, seria possível fazer uma transposição destas reflexões para a Orientação Profissional? A partir de uma perspectiva crítica, libertadora e não liberal, tendo em vista a desalienação e a não adaptação a uma estrutura social desigual, orientar seria, também, conscientizar?

E, por fim, faz-se necessário amarrar esta discussão com a dimensão de gênero. Como já destacado, há uma escassez de reflexões, na Orientação Profissional e na própria obra de Paulo Freire, acerca da pertinência das relações de gênero para pensar a forma como se estruturam as desigualdades – e, por conseguinte, para orientar a prática. Neste sentido, e levando em consideração as nuances trazidas pelo debate no campo das Ciências Sociais a respeito de temas como escolha, autonomia e agência, como seria pensar a ideia de conscientização na prática em Orientação Profissional, notadamente no trabalho com mulheres?

V MÉTODO

5.1 Participantes da pesquisa

Foram participantes da pesquisa três profissionais da Orientação Profissional (uma mulher negra, uma mulher branca e um homem negro) cuja aproximação com a área se deu há, no mínimo, cinco anos. Buscou-se certa diversidade no que diz respeito a tempo de atuação, referenciais teóricos, classe social, gênero e raça/etnia. A seleção dos participantes foi intencional, levando em consideração a sua importância para entender o fenômeno estudado – portanto, não há a pretensão de generalização dos resultados encontrados para o conjunto da população.

Assim, foram elencados os seguintes critérios para estabelecer se as/os possíveis participantes estavam alinhadas/os com a proposta da pesquisa no que concernia aos seus referenciais teóricos e às suas práticas no campo da Orientação Profissional:

- 1) Adoção de referenciais teóricos que postulassem a importância da conscientização ou, mais especificamente, da consciência crítica⁸, na prática da Orientação Profissional e de Carreira;
- 2) O reconhecimento da importância de se pensar a Orientação Profissional e de Carreira levando em consideração as dimensões de gênero, classe social e raça.

5.2 O percurso da pesquisa

Em consonância com a maioria dos estudos produzidos na Psicologia Social do Trabalho, foi realizada uma pesquisa empírica de caráter qualitativo, voltada para compreensão do modo como profissionais da Orientação Profissional que concebem a conscientização ou a consciência crítica e as dimensões de gênero, raça e classe como elemento importante do processo avaliam a manifestação deste fenômeno no trabalho realizado – e como esta concepção orienta suas práticas.

⁸ Inicialmente, havia sido definido que os participantes da pesquisa deveriam aludir especificamente ao termo conscientização, tal como proposto por Paulo Freire. Entretanto, a aproximação com o campo levou à necessidade de revisão deste critério. Assim, foi incluída a expressão “consciência crítica”, referida por Paulo Freire (2016; 2019), conforme apontado no Capítulo 3. Esta expressão é mencionada pelos autores da “*Psychology of Working Theory*”, por exemplo, bem como por Hooley, Sultana e Thompsen (2021).

A entrevista qualitativa foi escolhida por seu alinhamento aos objetivos da pesquisa, haja vista que esta modalidade possibilita um maior aprofundamento das percepções, perspectivas e experiências a respeito dos fenômenos que a presente tese se propõe a investigar (Mota, 2018). Conforme salienta Grouxl (2010), a riqueza da pesquisa qualitativa reside no fato de que, dentre outros fatores, possibilita uma compreensão mais ampla dos significados atribuídos às vivências, conquanto não se detenha sobre os seus determinantes. Além disso, reconhece-se que os fenômenos sociais não podem ser compreendidos apartados do contexto. Dentro da abordagem qualitativa, foram escolhidas as entrevistas em profundidade.

Para atender aos objetivos da presente pesquisa, o percurso metodológico delineado contou com as seguintes etapas, descritas abaixo.

A primeira etapa caracterizou-se pela identificação das/os orientadoras/es que tinham alinhamento com o problema de pesquisa proposto. A aproximação inicialmente se deu a partir de conversas informais que buscavam verificar quais valores e referenciais subsidiavam a prática profissional, com destaque para a pertinência das relações de gênero e a conscientização e/ou consciência crítica.

O acesso às/aos participantes foi realizado sobretudo a partir dos espaços de circulação da pesquisadora, tais como eventos da área, participação em movimentos sociais, prática docente e participação em grupos de estudos e pesquisa. De forma complementar, foi adotada a estratégia denominada bola de neve, que se caracteriza pela indicação, por parte de entrevistados, de outros possíveis participantes da pesquisa. Tal etapa ocorreu tanto no formato presencial quanto *on-line*, haja vista que a pesquisa se desenvolveu, em grande parte, durante a pandemia do Covid-19, que trouxe consigo a necessidade de adoção de medidas de distanciamento social – as quais tiveram início, no Brasil, em março de 2020.

A partir desta seleção, foi realizado o contato formal com as/os possíveis participantes e a explicação da pesquisa, seus objetivos e procedimentos. Diante da concordância em participar, foi realizada uma entrevista semiestruturada. As entrevistas deram especial atenção “aos motivos, às intenções, aos projetos dos atores, a partir dos quais as ações, as estruturas e as relações tornam-se significativas” (Minayo & Sanches, 1993, p. 244).

O roteiro de entrevista foi formulado com o cuidado de oferecer questões abertas o suficiente para propiciarem o livre discurso das/os entrevistadas/os, de forma que fosse possível expressar espontaneamente suas reflexões e vivências, mas dentro de um eixo norteador organizado pela pesquisadora. A partir das respostas dadas pelas/os participantes de pesquisa, os temas e questões contemplados no roteiro foram explorados em profundidade pela pesquisadora.

A construção do roteiro de entrevista passou pelo levantamento de temas e tópicos cujo aprofundamento se mostrava relevante à discussão sobre gênero, conscientização e Orientação Profissional proposta. A bibliografia estudada e a experiência prática da pesquisadora nos mais diversos espaços de atuação em Orientação Profissional serviram como referência para a elaboração do roteiro, conforme Anexo A. Deste modo, a entrevista buscou contemplar cinco diferentes aspectos, que serão descritos a seguir:

- a) Aspectos gerais da/o entrevistada/o, como dados sociodemográficos, formação e trajetória profissional, visando a compreensão da relação da/o profissional com os temas da pesquisa.
- b) Aspectos gerais sobre o trabalho da/o entrevistada/o em Orientação Profissional: motivações para a atuação na Orientação Profissional; tempo de atuação na área; referencial teórico que fundamenta a prática profissional; diálogo com outros campos do saber; valores que orientam a prática profissional; formato dos atendimentos; espaços em que atende; perfil do público atendido.
- c) Concepções norteadoras da prática em Orientação Profissional (concepção de trabalho; concepção de escolha; concepção de ser humano; concepção de social; concepção acerca do papel da/o orientadora/or; dimensão ética da prática profissional). A importância atribuída a à concepção de trabalho partiu das reflexões de Biroli (2013), Braverman (1977), Marx (2004), Hirata e Zarifian (2009), Kergoat (2009) acerca da centralidade do trabalho na vida humana e da sua importância na construção identitária. A concepção de escolha parte das considerações de Biroli (2013) e Bohoslavsky (1977, 1983) em suas críticas à lógica liberal de liberdade de escolha, que considera um indivíduo abstrato, deixando de lado as experiências materiais concretas. A concepção acerca do papel da/o orientadora/or visava identificar, seguindo as pontuações de Bohoslavsky (1977), como as/os profissionais se incluem neste processo e como percebem sua própria socialização e suas crenças como parte ou não da Orientação Profissional. As concepções relacionadas ao entendimento de ser humano, bem como a dimensão ética, também partiram dos apontamentos deste autor.
- d) Aspectos específicos da tomada de consciência/conscientização (importância atribuída ao tema; como se manifesta na prática em termos de possibilidades e desafios; exemplos práticos que verificam no mundo do trabalho e em sua atuação profissional. Nesse sentido, buscou-se verificar como este tema é compreendido pelas/os orientadoras/es, haja vista que existem diversas formas de se compreender o processo de

conscientização, inclusive na própria obra de Paulo Freire, autor que se debruçou consideravelmente sobre o assunto. Interessou sobretudo o alinhamento entre a teoria e prática, tema pertinente para Bohoslavsky (1977) e Freire (2016; 2019), além da articulação entre a consciência e as relações de gênero (Biroli, 2013; Hirata, 2018).

- e) Compreensão sobre a articulação entre gênero, trabalho e Orientação Profissional (como se manifestam as questões de gênero na prática em Orientação Profissional; relevância atribuída às questões; formas de trabalhá-las e desafios enfrentados; relações estabelecidas entre gênero e tomada de consciência/conscientização; exemplos práticos no mundo do trabalho e, mais especificamente, em sua atuação profissional). A inclusão deste aspecto levou em consideração a pertinência das discussões sobre a divisão sexual do trabalho (Kergoat, 2018) e a forma como as discussões sobre as relações de gênero interrogam o indivíduo abstrato apregoado pelo liberalismo – o qual é comumente usado para se pensar o processo de escolha, como aponta Biroli (2013; 2018).

Ao longo das entrevistas, e para cada um dos aspectos elencados, priorizou-se a realização de perguntas mais amplas e abertas. As entrevistas tiveram duração média entre 60 e 120 minutos. Em casos de necessidade, foi agendada uma nova conversa visando o esclarecimento ou a complementação de informações.

As entrevistas tiveram início com uma indagação mais ampla a respeito do que julgavam pertinente para pensar a prática em Orientação Profissional. Os demais tópicos de discussão previstos no roteiro foram incluídos ao longo da entrevista, e apenas caso não houvessem sido contemplados espontaneamente pelas/os participantes.

A utilização de entrevistas semiestruturadas oferece flexibilidade para a emergência de questionamentos não previstos no roteiro de entrevista e o estímulo a uma fala mais livre favorece o aparecimento de outras temáticas concebidas pelas/os próprias/os entrevistadas/os como pertinentes. As entrevistas foram realizadas no formato *on-line* e a plataforma utilizada para sua realização foi o *Google Meet*. Todas as entrevistas foram gravadas mediante consentimento prévio das/os entrevistadas/os – e, posteriormente, transcritas pela pesquisadora em sua integralidade. As conversas informais precederam e/ou sucederam a realização das entrevistas, buscando esclarecer pontos e complementar as informações já obtidas.

Após a realização das entrevistas, foram feitas perguntas a respeito de critérios sociodemográficos, fundamentais por possibilitarem um conhecimento mais amplo sobre as/os participantes, sobretudo levando-se em consideração que a identidade das/os orientadoras/es profissionais é um fator importante para a sua prática (Bohoslavsky, 1977). Estas perguntas

foram realizadas apenas quando não abordadas diretamente pelas/os participantes nas entrevistas e buscavam identificar a idade, raça/etnia, naturalidade, estado civil, número de filhos e escolaridade.

De forma complementar, foram realizadas conversas informais sobre a temática, registradas em diário de campo. Estas conversas foram realizadas com colegas de docência, pesquisa e prática profissional. Neste sentido, a pesquisadora tomou nota de reflexões que concerniam às relações de gênero, raça e classe, bem como à conscientização e à consciência crítica. Tais registros serviram como referência para se pensar o roteiro de entrevistas e a própria revisão de literatura.

É importante, ainda, destacar que não há neutralidade da/o pesquisadora/or não na entrevista, o que implica que este processo sofre influência das próprias características de quem realiza a pesquisa, tais como gênero, classe e raça, bem como do seu próprio comportamento no decurso da entrevista. Ganha relevo, assim, a relação que se estabelece entre quem conduz a entrevista e quem é entrevistada/o. Ressalta-se que a maioria das/os entrevistadas/os conhecia a entrevistadora previamente, o que também influi nas informações e reflexões trazidas.

5.3 Procedimentos de análise

Para a análise das entrevistas, foi adotado o método de análise de conteúdo proposto por Bardin (2009). Buscou-se, a partir de uma decomposição do discurso, a identificação de núcleos de sentido que permitam uma compreensão mais aprofundada do fenômeno estudado. A análise foi composta por três etapas.

- 1) Inicialmente, foi realizada a pré-análise, momento que se caracteriza pela organização do material buscando operacionalizá-lo e sistematizar as ideias iniciais. Nela, foi realizada a aproximação e o contato inicial com o material através da leitura flutuante.
- 2) Em seguida, deu-se início à exploração do material, que consistiu na leitura minuciosa e na análise sistemática dos discursos buscando classificá-los em categorias de análise.
- 3) Posteriormente, foi realizado o tratamento dos resultados, com inferência e interpretação, etapa em que se busca tornar os resultados brutos significativos e inteligíveis. Neste momento, marcado pela análise crítica, as informações para

análise foram destacadas e condensadas, sendo realizadas interpretações inferenciais;

5. 4 Considerações sobre a ética na pesquisa

A ética na pesquisa envolve alguns pontos já bem discutidos na tradição acadêmica, tais como: a) a explicação, às/aos participantes, dos objetivos da pesquisa realizada quantas vezes se fizer necessário, não apenas durante a leitura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido; b) a confidencialidade dos dados – a qual, neste caso, foi discutida com as/os participantes e analisada caso a caso, posto que envolve, ao mesmo tempo, o desejo de cada pessoa de se manter ou não anônima e a avaliação dos riscos potenciais em se divulgar seu nome real; c) a voluntariedade da participação na pesquisa, com a garantia de que as/os participantes têm a liberdade para abandoná-la a qualquer momento da sua realização, sem que isso implique penalizações de qualquer ordem. Todos estes aspectos foram levados em consideração no decorrer desta pesquisa.

Entretanto, cabe destacar que ética é aqui compreendida para muito além de um conjunto de procedimentos estabelecidos a priori, uma vez que não há um manual que preveja e ofereça saídas para todas as situações possíveis de se vivenciar durante uma pesquisa qualitativa. A pesquisa de campo não é algo que se possa ser transmitido via ensinamentos, posto que “[...] depende, entre outras coisas, da biografia do pesquisador, das opções teóricas dentro da disciplina do contexto sócio-histórico mais amplo e, não menos, das imprevisíveis situações que se configuram, no dia a dia, no próprio local de pesquisa entre pesquisador e pesquisados” (Peirano, 1995, p. 22).

Como destaca Becker (1994), a especialização excessiva que orienta uma divisão entre teóricos e metodólogos é muito arriscada. Em contraste, o autor propõe uma maneira distinta de se pensar e fazer ciência, na qual cada pesquisadora/or constrói, na prática, aquilo que é necessário para a sua pesquisa – tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico. Destaca-se, assim, o caráter artesanal desta atividade – ainda que não prescindida de certos princípios gerais, a/o pesquisadora/or deles faz uso de acordo com as especificidades do ambiente que está analisando, uma vez que as descrições idealizadas e homogeneizantes não dão conta de compreender a realidade de muitos contextos.

Partindo-se dessa perspectiva, a ética é mais bem compreendida enquanto “morada”, ou seja, um “modo de habitar o mundo, lugar de atualização de valores e atitudes” (Schmidt, 2008, p. 392). Permeia, portanto, todo o processo da pesquisa, passando pela escolha do tema, as formas de se investigá-lo e analisá-lo, bem como os modos de narrar as experiências e análises trazidas pelas/os entrevistadas/os. Segue, ainda, no exercício contínuo de reflexão e autorreflexão por parte da pesquisadora, que pondera os caminhos possíveis e suas consequências, podendo rever posicionamentos no decurso da pesquisa de acordo com estas ponderações. O fio condutor deste processo é um olhar que respeita e dá destaque às experiências e percepções das pessoas diretamente envolvidas com as questões que se pretende melhor compreender.

VI
À GUIZA DE INTRODUÇÃO

Assumindo a importância de se reconhecer quem fala e de onde sua fala é enunciada, serão trazidos aqui alguns elementos das trajetórias profissionais de cada pessoa entrevistada, além da forma como se identificam em termos de sexo/gênero, raça/etnia e classe social. As pessoas serão apresentadas a partir da forma como se identificaram no questionário sociodemográfico. A fim de resguardar o sigilo quanto à identidade das/os entrevistados, será fornecida uma faixa etária aproximada.

Serão trazidos, também, dados relativos ao contexto de atuação em Orientação Profissional e o perfil do público atendido. Estas informações são fundamentais para circunscrever de onde partem suas reflexões.

Para além da atuação na Orientação Profissional, as três pessoas entrevistadas têm em comum a formação em Psicologia e o fato de terem desenvolvido, ao longo de suas trajetórias, uma atuação no campo da pesquisa acadêmica, visando investigar questões relativas ao campo da educação, do trabalho e/ou da Orientação Profissional.

6.1 Pedro

Pedro é um homem negro, cisgênero, de classe baixa. Sua faixa-etária situa-se entre 35 e 45 anos de idade. Seu trabalho com Orientação Profissional teve início em 2015, na época da graduação, a partir da realização de um estágio em um cursinho popular que faz parte de um Movimento Social. Com a conclusão da graduação, optou por permanecer atuando na área de forma voluntária no cursinho. Em sua fala, bem como em sua atuação, a Orientação Profissional aparece imbricada com o cursinho popular, integrada a tal ponto que as duas não apenas se complementam, mas dialogam e informam uma à outra.

Desde o início do trabalho, e sobretudo em decorrência das questões postas pela realidade das/os estudantes do cursinho popular, Pedro sentiu a necessidade de buscar outros referenciais dentro da Orientação Profissional para além do que nomeou as “referências clássicas”. Assim, passou a buscar, junto às/aos suas/seus colegas de estágio, o que autoras/es da América Latina vinham produzindo a respeito desta área de atuação.

A partir da primeira experiência em Orientação Profissional, Pedro observa uma mudança em sua visão a respeito deste campo de atuação. Esta mudança passa por reconhecer a Orientação Profissional para além da tradição dominante, identificando outras formas de atuação orientadas para a justiça social, e por perceber o papel da/o orientadora/or de forma não

diretiva, dando liberdade à/ao orientanda/o para que traga suas questões e se posicione enquanto sujeito ativo do seu processo. Seu trabalho envolveu uma desconstrução dos seus próprios preconceitos, tanto em relação à Orientação Profissional quanto em relação ao mundo do trabalho.

No cursinho em que Pedro atua, situado em um bairro periférico da cidade de São Paulo, o perfil do público atendido caracteriza-se por jovens pobres, em sua maioria mulheres entre 17 e 19 anos, de etnia negra. O referencial teórico-prático adotado é a abordagem sócio-histórica. Sua experiência na área é voltada sobretudo para atendimentos em grupos dentro dos cursinhos.

Em decorrência de um público majoritariamente feminino e da constatação de que havia uma alta evasão por parte das mulheres no cursinho em que atua, Pedro decidiu buscar discussões sobre a dimensão de gênero na Orientação Profissional. Seu olhar sempre foi atravessado, também, pelas questões relativas à raça e à classe.

6.2 Silvana

Silvana é uma mulher branca, cisgênero, de classe média, com idade entre 50 e 65 anos. Atua há trinta anos com Orientação Profissional. Em um primeiro momento, atuou exclusivamente com estudantes de Ensino Médio que estavam fazendo sua primeira escolha de curso. Posteriormente, passou a trabalhar também com adultos. Sua experiência na área é voltada para o atendimento individual realizado em seu consultório particular e em um serviço de extensão universitária, ambos localizados na cidade de São Paulo. O referencial teórico adotado atualmente por Silvana é o construcionismo social.

O público atendido por Silvana sofreu alterações durante a pandemia, momento em que passou a atender exclusivamente de forma *on-line*. Antes da pandemia, atendia sobretudo adolescentes das classes média e alta. Durante a crise sanitária que teve início, no Brasil, em março de 2020, observou alterações no nível socioeconômico e uma maior procura de pessoas negras por atendimento. Ainda assim, destaca que seu público é majoritariamente branco.

Silvana afirma que teve muito pouco conteúdo de Orientação Profissional durante sua graduação, o que fez com que, em certo momento de sua trajetória profissional, decidisse buscar uma formação na área: escolheu um dentre os poucos cursos disponíveis na época e adquiriu livros sobre o assunto para estudar por conta própria. Algum tempo depois, estabeleceu uma

parceria com um colégio particular da cidade de São Paulo, passando a atender as/os estudantes que eram encaminhadas/os com questões relacionadas à escolha do curso.

Na prática de Silvana, as questões de gênero se colocaram como questão de forma mais proeminente fora do consultório particular, em um serviço de extensão universitária do qual era voluntária e onde atendeu um volume considerável de pessoas, o que permitiu outro tipo de observação do fenômeno. A partir de então, algumas questões começaram a chamar a sua atenção, a exemplo de um maior número de mulheres buscando Orientação Profissional em comparação ao número de homens: cerca de dois terços das pessoas que buscavam atendimento eram do sexo feminino, ao passo que um terço era do sexo masculino.

Nos últimos anos, gênero tem assumido uma posição de destaque em sua atuação como orientadora profissional, posto que, segundo comenta, é a partir deste olhar que é possível entender o que está sendo dito e de que lugar a pessoa enuncia sua fala. Isto orienta o modo como compreenderá as questões trazidas e o caminho que será percorrido na orientação. No entanto, gênero não pode ser compreendido isolado de outros marcadores sociais.

Atualmente para mim é muito importante a questão principalmente de gênero. A gente não tem o mundo do trabalho, mas os mundos do trabalho, então poderia ser assim, dois grandes mundos num primeiro momento. Mundo do trabalho para as mulheres, mundo do trabalho para os homens. E aí todos os outros fatores que se juntam a isso: classe, raça, etnia, religião, orientação sexual, enfim (Silvana).

6.3 Brenda

Brenda é uma mulher negra, cisgênero, que se reconhece enquanto parte da classe trabalhadora, com residência em bairro periférico da cidade de São Paulo. Sua faixa-etária situa-se entre 45 e 55 anos de idade. Sua atuação na Orientação Profissional teve em início em um estágio e se deu no campo da educação popular, com atendimentos grupais em um cursinho.

O público atendido por Brenda era composto por pessoas brancas e negras de bairros periféricos. Não havia predominância de um sexo em relação ao outro, assim como não havia estudantes pertencentes às classes médias ou altas. O referencial teórico utilizado partiu sobretudo de autoras/es como Pichon-Rivière e Baden Sawaia. Já no campo da Orientação Profissional, Silvio Bock e a abordagem sócio-histórica foram a principal referência.

Brenda afirma que, ao longo de sua graduação, a formação em Orientação Profissional foi mais geral: as discussões aprofundadas, acredita, são feitas em cursos mais específicos de

pós-graduação: “e aí os professores não se debruçam como em um curso específico de *Orientação Profissional que está focado naquele tema*”. Ainda assim, destaca que um professor da época era comprometido com uma *Orientação Profissional crítica*.

Seu interesse pela área foi mobilizado pela possibilidade de pensar a sua própria história. Sua trajetória pessoal foi marcada pela dificuldade de acesso à *Orientação Profissional*, bem como pela falta de conhecimento sobre o assunto. Isto fez com que decidisse proporcionar às/aos estudantes de periferia o contato com este tipo de serviço, que entende como um direito. A atuação no cursinho foi a opção mais adequada, no seu entendimento, uma vez que era ela quem iria até eles, reduzindo as dificuldades com deslocamento.

*Então aí é que eu me dou conta do quanto eu fui cerceada nesse processo educacional, e aí quando eu vou ampliando esse conhecimento a partir da graduação, isso foi me motivando a querer trabalhar com uma *Orientação Profissional Crítica*. Tendo em vista que eu nunca tive acesso a uma discussão de *Orientação Profissional* em toda minha trajetória educacional, mesmo havendo alguns espaços gratuitos de atendimento de *Orientação Profissional*, ou seja, nunca tive conhecimento de que havia esses espaços, então mesmo havendo esses espaços que a posteriori eu fiquei sabendo, né, por exemplo, na USP, ainda assim a população periférica, que tá distante desse espaço geográfico, que tá distante desse conhecimento, não faz uso desse serviço (Brenda).*

7. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este capítulo será dedicado a apresentar e discutir os principais achados de pesquisa. A análise consistiu no agrupamento das narrativas das/os participantes a partir das temáticas comuns que emergiram nas três entrevistas. Contudo, no intuito de dar espaço à heterogeneidade das experiências, atuações e visões de mundo, foram destacadas não apenas semelhanças e convergências, mas também as diferenças e dissonâncias.

7.1 Gênero, classe, raça e Orientação Profissional: um caminho em construção

Quando questionadas a respeito das questões de gênero e suas manifestações na Orientação Profissional, as três pessoas entrevistadas trouxeram a ideia de interseccionalidade. Deste modo, compreendem que atentar não apenas para as relações de gênero, mas para a forma como estas se articulam com a raça/etnia e a classe social aparece como um imperativo ético do trabalho em Orientação Profissional, marcando a diferença entre uma atuação comprometida ou não com a transformação social.

Então eu acho que a orientação, de um modo geral, não vou dizer que não pode, que é muito forte dizer “não pode”, mas não deveria não considerar esses fatores sociais, nós trabalhamos com pessoas, nós orientamos pessoas, e elas são diferentes, elas têm trajetórias diferentes, tem situações familiares, socioeconômicas diferentes, então assim, como orientadora eu tenho que ter essa visão. Então eu acho que para a orientação, eu acho que ter essa visão mais ampla, essa visão crítica, com essa consciência crítica da situação e integrar esses fatores, esses marcadores sociais, acho que faz toda diferença, é necessário. E infelizmente, do que eu vejo, de muitos artigos, de algumas leituras que eu acabo fazendo é que isso não é considerado, isso não é posto na orientação, isso não é considerado na Orientação de Carreira (Silvana).

Pedro, que tem na conscientização um dos pilares da sua prática profissional, tece considerações nesta mesma direção e acredita que a Orientação Profissional em cursinhos, quando não olha para gênero, raça, classe e orientação sexual, não traz os benefícios que se propõe a trazer: “*se é uma Orientação Profissional que se propõe à conscientização e à emancipação e não considera esses marcadores da desigualdade em suas análises, está fadada a não conduzir à conscientização e muito menos à emancipação*”.

Brenda afirma que a discussão sobre estas questões é uma construção relativamente recente na Orientação Profissional e na Psicologia. Para ela, muitas/os profissionais não reconhecem a importância das relações de gênero e suas imbricações com a classe e a raça para

a compreensão da forma como as pessoas experienciam o mundo, escolhem e constroem suas trajetórias.

Comum a todas/os as/os entrevistadas/os é a percepção de que as/os profissionais que se interessam pela articulação entre essas temáticas enfrentam desafios para pensar a prática, sobretudo pela falta de produções científicas e materiais de referência, o que gera inquietações e incertezas.

Quando eu participei da ABRAPSO⁹, quando foi presencial, na sala que falava sobre a questão da Orientação Profissional não havia nenhum trabalho sistematizado escrito, poderia haver a experiência, mas não havia nada escrito, e houve uma solicitação muito grande por parte dos profissionais sobre materiais os quais pudessem referendar o trabalho deles com essa população, essa população pobre sobre a qual a gente está dialogando agora (Brenda).

Conforme salienta Pedro, o início da sua atuação na área despertou a necessidade de aprofundar seus conhecimentos sobre as relações de gênero e suas articulações com a Orientação Profissional. Para tanto, buscou publicações científicas que discutissem diretamente estas questões. Contudo, se deparou com uma dificuldade de encontrar materiais e publicações que se debruçassem sobre o assunto, sobretudo a partir de um olhar crítico.

Silvana, que também precisou lidar a escassez de referências nacionais, destaca ter encontrado mais referências em publicações estrangeiras, as quais têm contribuído para pensar a sua prática. A orientadora afirma não haver, no Brasil, muitos estudos sobre gênero e carreira, o que dificultou o levantamento bibliográfico. Para ela, a produção internacional voltada para esta articulação está mais avançada.

As experiências de Brenda, Pedro e Silvana no que diz respeito a busca por referências e interlocutoras/es nesta área reafirmam as constatações dos estudos de Almeida (2020), Ambiel, Campos e Campos (2017), Paiva (2019) e Silva (2010), indicando que as relações de gênero são um campo a ser explorado na Orientação Profissional brasileira. Segundo as três pessoas entrevistadas, o contato com as discussões sobre gênero na Orientação Profissional foi escasso, sobretudo durante o período de graduação.

Para Brenda e Pedro, os estágios realizados em Orientação Profissional, ainda no período da graduação, contribuíram para trazer à tona a importância não apenas das questões de gênero, mas também de raça e classe. Isto se deu, sobretudo, porque estas questões apareciam de forma muito premente nos cursinhos populares nos quais atuaram. Para Silvana, o contato com um serviço de extensão foi responsável por marcar a relevância desta dimensão: a

⁹ Associação Brasileira de Psicologia Social

experiência com um volume alto de atendimentos lhe despertou reflexões significativas a respeito das relações de gênero – que posteriormente se articularam com questões raciais e de classe. Destaca-se, assim, a importância do contato com espaços de formação e atuação crítica para trazer estas discussões para a pauta.

Diante da escassez de referências e interlocutoras/es, foi necessário às/aos entrevistadas/os, além da busca por cursos de formação, aperfeiçoamento ou pós-graduação, uma considerável dose de autodidatismo na construção dos seus percursos profissionais. Ainda que esse processo não se esgote, posto que há uma necessidade de refinamento contínuo das formas de trabalhar estes temas, todas/os acreditam que o contato prévio com tais discussões teria feito diferença no seu trabalho.

[...] eu faço aqui um apontamento da importância de que essa discussão também esteja presente na formação. Então não é uma discussão que ela precise estar presente depois de formados para orientar o trabalho, é uma sistematização de um trabalho que precisa estar desde a formação do psicólogo e da psicóloga, porque se ela estiver presente desde a formação, a gente diminui a lacuna pós formação (Brenda).

Junto a isso, foi verificada a necessidade de diálogo com outros campos do saber, dentre os quais se destacaram a educação popular, as Ciências Sociais, a Educação, os estudos feministas e antirracistas, além das discussões sobre o mundo do trabalho. A partir destas leituras, é possível estabelecer pontes e diálogos com a Orientação Profissional. Ressalta-se ainda a preocupação das/os entrevistadas/os com a adoção de referenciais que discutam as questões da Orientação Profissional brasileira, em vez da importação de teorias estrangeiras, pensadas tomando como referência a realidade de outros contextos, sem as devidas críticas e adaptações – como também advertem Ribeiro e Fonçatti (2017).

7.2 Consciência crítica e conscientização: aspectos fundamentais

As pessoas entrevistadas adotam concepções ligeiramente distintas de conscientização. Pedro e Brenda relacionam a conscientização à emancipação e à libertação, em consonância com as discussões travadas na educação popular e na obra de Freire (2016; 2019). Silvana faz alusão, sobretudo, à ideia de consciência crítica adotada por Blustein et al. (2008), Duffy et al. (2016) e Ribeiro, Figueiredo e Almeida (2020), autoras/es que pensam a prática de Orientação Profissional a partir das postulações freireanas.

Para todas/os, seja adotando a ideia de conscientização, seja partindo da consciência crítica, há três importantes dimensões que devem ser levadas em consideração: o olhar para a pessoa, a atenção à realidade social e a articulação entre pessoa e sociedade – esta carregada de atravessamentos. Deste modo, a criticidade não aparece sozinha: esta forma de ler o mundo visa informar uma ação em direção à transformação, conforme postulam, no campo da Orientação Profissional, Blustein et al. (2008), Duffy et al. (2016) Bock (2002, 2008), Hooley e Sultana (2016), Hooley, Sultana e Thomsen (2021), Ribeiro, Figueiredo e Almeida (2020).

Para Brenda, Pedro e Silvana, dentre os elementos que atravessam o processo de conscientização, seja na prática em Orientação Profissional ou em outros contextos, recebem destaque os determinantes da desigualdade.

As questões de classe, as questões de raça, as questões de gênero, as questões de orientação sexual, é, as comparações que as pessoas vão fazer com outras pessoas através desses determinantes da desigualdade, que são determinantes da diferença, mas se tornam determinantes da desigualdade quando existem pessoas que acabam se privilegiando por conta desses determinantes (Pedro).

No que diz respeito às questões de gênero, a conscientização aparece como forma de entender os motivos por trás das escolhas e trajetórias pessoais, em suas dimensões individuais e coletivas. Nesse sentido, é fundamental ter em vista a leitura crítica de si, da realidade e da sua inserção e ação diante desta realidade, o que implica pensar as possibilidades de transformação. Viabilizar caminhos para a desconstrução da rigidez dos papéis sociais de gênero emerge como um imperativo, conforme exemplificado na fala de Pedro ao discutir as manifestações da divisão sexual do trabalho na vida e nas trajetórias das estudantes do cursinho em que atua.

Eu acho que faz parte do trabalho de quem está na Orientação Profissional ajudar os estudantes a conseguirem visualizar essas dificuldades, essas interferências postas pelo gênero para ajudar a superar também. Auxiliar a desconstrução desse gênero. O que que eu quero dizer com isso? Auxiliar a desconstrução de que é somente a menina que deve fazer e é como se fosse uma serviçal do irmão, seja ele mais velho ou mais novo. É tentar ir trazendo ferramentas para quando elas chegarem em casa elas conseguirem minimamente questionar e, se possível, tentar mudar isso, não aceitar essa coisa do jeito que tá. É aquela coisa, fazer a conscientização no sentido de ter uma leitura crítica de si, né, então, por que que eu tô fazendo isso, por que que me ordenam fazer isso? Essa é a leitura crítica de si. Agora a leitura crítica do mundo, né? Por que que o meu irmão não faz, por que que o meu pai não faz, por que que só minha mãe faz, por que que só eu faço? E a leitura crítica de si no mundo: eu acho que isso não tá certo, vamos mudar isso (Pedro).

Pedro considera, na linha do que discute Bock (2002), que o grupo é um dispositivo privilegiado de trabalho. Considerando as questões de gênero, entende que o compartilhamento de experiências vividas por uma estudante pode contribuir para ampliar a reflexão crítica de todas/os, auxiliando em uma desconstrução que é contínua e coletiva. Isso favorece a identificação do grupo, já que a fala não vem da/o orientadora/or, mas de uma colega, o que implica uma horizontalidade. Para ele, a partir do grupo é possível perceber que questões vividas individualmente são atravessadas por forte dimensão coletiva, o que favorece a discussão sobre o contexto estrutural e a forma como este impacta as experiências pessoais.

Brenda considera importante estabelecer uma distinção entre conscientização e consciência. Para ela, a conscientização propicia a libertação e não se reduz à mera consciência dos fatos, mas passa pela consciência crítica dos atravessamentos nas histórias pessoais: *“muitas vezes nós temos a consciência, mas a gente não tem a conscientização. A gente vive um problema, nós estamos inseridos no problema, mas a gente não tem essa consciência crítica dos atravessamentos nos quais nós estamos inseridos”*. Assim, a criticidade é elemento fundamental para que esta consciência opere de forma efetiva no processo de Orientação Profissional. Como as pessoas são forjadas e se constituem dentro de uma estrutura, o pensamento crítico demanda romper com a docilidade e a adaptação à situação que está posta, como pontua Brenda.

Pedro compreende a conscientização como um processo contínuo e confere a ela um papel central nos atendimentos que realiza nos cursinhos, sendo este o objetivo principal da Orientação Profissional no contexto da educação popular: *“aqui a gente tá falando de um orientador ou de uma orientadora profissional que chega na sala de aula com o objetivo de proporcionar, promover, auxiliar na conscientização e na emancipação, ele já vai com esse objetivo”*. A atuação no cursinho popular foi o que possibilitou seu contato com a ideia de conscientização, uma vez que este já discutia a obra de Paulo Freire. Nesse sentido, Pedro destaca o processo de criticização da consciência, atribuindo-lhe uma importância igual ou maior do que o resultado.

Então mais importante do que colocar o jovem na faculdade, do que realmente no final do processo o jovem falar “ah, é essa profissão que eu quero seguir”, é que nesse processo, o processo, pensando que o processo é tão ou mais importante do que o resultado, que ele consiga fazer uma leitura crítica de si no mundo e do mundo ao redor dele, né, desse contexto sócio-histórico no qual ele está inserido e que não é engessado... que é passível de mudança. Então é trazer... é através da Orientação Profissional possibilitar esse protagonismo do jovem na construção da jornada dele. E ajudar ele refletindo sobre quais são passos que ele deve fazer para chegar em determinado lugar (Pedro).

Para Silvana, a consciência de si e do mundo é o que permite o posicionamento a partir de um lugar de autonomia, abrindo possibilidades para a transformação a partir da realidade concreta. Contudo, conforme faz questão de destacar, não se trata de adaptação a uma realidade desigual: trata-se, antes, de uma consciência que permite construir outras alternativas.

Então, assim, que consciência ela tem sobre ela mesma também, sobre o mundo que ela vive, sobre a situação em que ela está inserida? Quais são as limitações que ela tem? É importante que ela se dê conta disso, não para que ela se sinta limitada, impedida, podada, não! Mas para ela saber e poder se situar neste momento, neste contexto histórico, social e político, e a partir daí ver o que ela pode fazer, como é que ela pode mudar, como é que ela pode caminhar, quais são as ferramentas que ela pode ter para ter uma vida melhor, pra atingir aquilo que ela quer (Silvana).

Nessa direção, Pedro pontua que a conscientização é um processo doloroso e com frequência desconfortável, uma vez que implica se dar conta das opressões vividas. Contudo, também possibilita a construção de caminhos alternativos, ações de resistência e mudança.

Acho que a conscientização ela está nesse nível. De você trocar a lente dos seus óculos e você ver coisas que você não estava vendo antes. E que possivelmente não são agradáveis. Mas que não vai trazer, é, um pessimismo, no sentido do fatalismo e no sentido de... é... você não se sentir capaz de fazer nada para mudar. Pelo contrário, vai trazer, vai trazer ou fortalecer, acho que na verdade vai fortalecer um sentimento de resistência e de mudança (Pedro).

7.3 Crítica ao individualismo (neo)liberal

Em conformidade com as discussões tecidas de formas distintas por Blustein et al. (2008), Bock (2002), Duffy et al. (2016), Hooley e Sultana, (2016), Hooley, Sultana e Thomsen (2021), Pires, Ribeiro e Andrade (2020) e Ribeiro, Figueiredo e Almeida (2020), as/os entrevistadas/os revelam preocupação com uma compreensão individualizante no campo da Orientação Profissional. Nesse sentido, tece-se uma crítica à lógica neoliberal dominante no atual contexto social, econômico e histórico. Esta crítica apareceu de forma implícita ou explícita.

Ao discutir a importância de se acionar a interseccionalidade para pensar a prática, Brenda destaca que esta compreensão lança luz sobre desigualdade que caracteriza a distribuição das oportunidades de acesso à educação e ao mundo do trabalho. Em contraposição

à compreensão neoliberal, analisa os fatores que contribuem para a evasão escolar de jovens para além da ótica da preguiça, buscando identificar os elementos presentes na estrutura social que dificultam a permanência na escola. Nesse sentido, relata uma situação em que uma estudante mais velha fez um comentário em sala de aula a respeito da relação das/os jovens com os estudos.

E aí ela trazia no discurso dela de que os jovens não estudavam porque não queriam, porque eram preguiçosos e que não tinham interesse. Então nessa fala preconceituosa a gente fazia uma reflexão, uma discussão em torno disso, né, quais eram, o que estava presente naquela, na impossibilidade dos jovens não estarem estudando. Será que de fato seria só preguiça, mesmo? Ou teriam outros fatores que os impossibilitavam de estar nas escolas? E aí eles mesmos iam fazendo essa construção, então havia circulação da palavra, e quando no final dessa discussão, né, conjunta, ela sai desse lugar de discriminação e de rotulação, aí ela diz, “ah, não tinha pensado sobre isso” (Brenda).

De acordo com Biroli (2018), o neoliberalismo “individualiza” a política ao tirar força de seu aspecto coletivo, conformando subjetividades a partir de uma lógica que privilegia a concorrência. Dentro desta lógica, há pouco espaço para a luta coletiva: entende-se que as estratégias de enfrentamento estão circunscritas ao âmbito individual – ou seja, ao desenvolvimento de competências e habilidades – e familiar.

Na contramão da concepção neoliberal, as/os entrevistadas/os buscam a reflexão e a conscientização acerca dos papéis sociais de gênero, bem como das desigualdades que conformam o mundo do trabalho e o sistema do vestibular (no caso das pessoas que atuam em cursinhos populares). Nesse sentido, a atuação visa propiciar outras leituras de ideias como “fracasso”, “sucesso”, “preguiça” e “trabalho” de forma a incluir uma compreensão psicossocial dos fenômenos. Considerando que muitas/os orientandas/os atribuem um resultado indesejado – a reprovação em um processo seletivo, por exemplo – ao fracasso pessoal, um dos objetivos da atuação é ampliar a compreensão do todo, construindo espaços para a consciência crítica.

Brenda afirma que tem buscado estudos que façam uma contextualização histórica dos lugares relegados à população negra no mercado de trabalho, entendendo o contexto escravocrata que criou as condições para o seu surgimento e manutenção. É a historicidade dos fenômenos sociais que lhe permite questionar a concepção individualista e a própria ideia de meritocracia.

Será que de fato a grande maioria da população negra nunca se esforçou para estar nesses lugares? Então são interrogações que precisamos fazer e refletir sobre pra poder sistematizar um trabalho científico que responda cientificamente àqueles que não querem enxergar que nós somos atravessados por todo esse contexto histórico que está aí há mais de 500 anos. Pensar a questão de trabalho, a gente trabalha desde

sempre, então como assim não teve esforço para ascender aos lugares do mundo do trabalho se a gente tem um legado de trabalho desde sempre? Então não é possível a gente levar adiante essa mentalidade de que negro não é advogado porque não quer, ou que negro não é um médico porque não quer, porque não existiu um esforço, porque o ensino está aí pra todo mundo, né? Isso é uma falácia (Brenda).

7.4. Por uma concepção aprofundada do trabalho

Discutir conscientização e relações de gênero na Orientação Profissional confere, na fala das/os entrevistadas, uma importância considerável às discussões sobre o mundo do trabalho. Conforme pontuam Brenda, Pedro e Silvana, faz-se necessário auxiliar as/os orientandas/os na leitura crítica do mundo do trabalho, entendendo seus determinantes de gênero, raça e classe e a forma como as desigualdades se apresentam. Destaca-se, assim, a pertinência da aproximação entre a Orientação Profissional e a Psicologia do Trabalho, campo do saber pouco explorado nas produções científicas da área, como já pontuado por Ambiel, Campos e Campos (2017).

As falas das/os entrevistadas/os permitem perceber que a Orientação Profissional comprometida com a conscientização e as questões de gênero tem muitos pontos em comum com a Psicologia Social do Trabalho: ambas visam questionar e combater os estereótipos e as relações de trabalho prejudiciais às/aos trabalhadoras/es, valorizam a criticidade a partir de uma perspectiva não liberal e marcam um compromisso com a transformação social.

Evidencia-se, na fala das três pessoas entrevistadas, o uso prioritário da expressão “mundo do trabalho” em relação ao “mercado de trabalho”, em conformidade com as discussões tecidas por Hobsbawm (1987) e Ribeiro, Oliveira, Bernardo e Navarro (2017), o que aponta para uma compreensão ampliada de trabalho, que vai além das atividades voltadas para o mercado. Isso contribui para a inclusão do trabalho doméstico e de cuidado em suas considerações.

Brenda, Pedro e Silvana pontuam que precisaram repensar a própria noção de trabalho: a prática profissional, aliada às suas trajetórias pessoais, chamou atenção para as desigualdades que caracterizam o mundo do trabalho e que afetam as pessoas de formas distintas. Silvana, que tem na Psicologia do Trabalho (Blustein et al. 2019; Duffy et al., 2016) um importante referencial da sua prática, destaca a necessidade de repensar o próprio ato de trabalhar em si, que implica uma pessoa e sua subjetividade.

O trabalho é trabalho. Mas o trabalhar implica que tem uma pessoa ali. Quem é essa pessoa? Como é que ela faz esse trabalho? Então isso para mim fez toda a diferença, e acho que foram as pecinhas que eu fui juntando aí, né, para ter esse entendimento (Silvana).

Para Pedro, o enriquecimento da sua compreensão conferiu ao trabalho centralidade na vida humana, dando espaço para a temas como a alienação. Esta discussão apareceu apenas ao final do seu curso de graduação em Psicologia.

E aí eu também não tinha claro sobre a função do trabalho na vida das pessoas. Mesmo trabalhando não tinha claro o quanto que o trabalho ele pode ser libertador, o quanto que o trabalho também pode ser alienador, né? Não tinha nenhuma noção sobre os problemas que o desemprego causa para a sociedade, sobre como que o desemprego também pode servir aos interesses da classe dominante... eu estava no último ano da faculdade, mas eu ainda não tinha estudado sobre trabalho na faculdade (Pedro).

Pensando a prática profissional, Silvana salienta a importância de se reconhecer o mundo do trabalho tal como este se manifesta – o que inclui suas desigualdades estruturais – para que seja possível agir a partir daí. Nesse sentido, é preciso olhar não apenas para de si, mas para o contexto em que se vive. Durante os encontros de Orientação Profissional, a orientadora busca discutir, junto à pessoa que está sendo atendida:

[...] Qual o universo que ela tem para trabalhar, como é que ela vai se inserir nesse universo de trabalho, nesse mundo social do trabalho, como é que ela vai lidar com isso, até de prepará-la para isso, né, de ver com ela, assim, abrir os olhos para essas questões. Não é alarmar, não é colocar desespero, não, não vai dar certo, não, mas assim, ajudá-la a se conscientizar do momento que ela está vivendo, social, político, econômico (Silvana).

Considerando que o mundo do trabalho está em contínua transformação, a atualização nas leituras e discussões sobre os fenômenos que estão se desenrolando na atualidade também se mostra de suma importância para as/os entrevistadas/os. De acordo com Pedro, a desconstrução de estereótipos, como os de gênero, está muito aliada a esta atualização, que possibilita movimento e transformação: nesse sentido, há a possibilidade de revisão das próprias ideias a respeito do assunto.

Para Brenda, os altos índices de desemprego, a precarização do trabalho e o desalento são alguns dos desafios enfrentados no atual cenário brasileiro. Verifica-se um descompasso entre a busca pela humanização, de um lado, e as formas de organização do trabalho e da vida no capitalismo neoliberal, de outro. Considerando as desigualdades que atravessam o mundo do trabalho, Brenda marca, no que concerne àquilo que orienta a sua prática profissional, a humanização e a humanidade.

Então é fazer interrogações sobre a própria dinâmica de vida, fazer interrogações sobre o próprio contexto histórico, né, por que determinados jovens conseguem ascender ao mercado de trabalho e outros não? O que que tá por trás disso? Eu trazia uma culpa, uma culpa de não ser inserida no mercado de trabalho porque sempre havia esse sentimento faltante. Ah, eu não tô no mercado de trabalho, eu não consigo emprego porque eu não tenho a formação de informática. Ah eu preciso fazer um curso de informática. Ah, eu não consegui emprego porque eu não tenho inglês. Ah, eu preciso fazer um curso de inglês. Eu nunca questioneei o pano de fundo, nem sabia que existia pano de fundo. Então quando a gente chega nos espaços de movimento social que contribuem para uma reflexão política, crítica, de pensar o porquê, em quais são os processos que fizeram com que eu estivesse naquele lugar, a gente vai despertando. É aí que eu digo da conscientização, e ela propicia a libertação (Brenda).

A compreensão de Brenda das desigualdades estruturais que caracterizam o mundo do trabalho passa por dois lugares distintos e complementares: de um lado os dados estatísticos, sistematizados por pesquisas; de outro, os dados não sistematizados, mas que aparecem nas narrativas pessoais – inclusive a sua própria. A permanência em um posto de trabalho é também uma questão para a qual olha com atenção, uma vez que situações de assédio, preconceito e privação de direitos podem motivar as demissões.

Então falar sobre a questão da racialidade é pautar essas questões de que muitas vezes o negro ele é tido como fraco, “ah, não consegui ficar no serviço, então não estava preparado”, mas a gente tem que fazer uma leitura dos meandros: por que não conseguiu? Quais foram os motivos que não propiciaram que levassem a cabo a carreira tão almejada? Então falar sobre essas dimensões da raça, do gênero, da classe social, tudo isso são dimensões de formação do sujeito desde a sua tenra idade, não tem como a gente fugir disso porque está no imaginário social. E se nós não discutirmos essas questões como de fato elas são, nós não vamos avançar no que tange à inserção no mercado e no mundo do trabalho, até porque a história que nos foi contada, dos negros, educacional, não é a história real (Brenda).

Brenda considera de suma importância compreender as dificuldades colocadas pelo mercado de trabalho, as quais geram sentimentos de culpabilização e inadequação em quem não consegue empregos formais. A necessidade de qualificação contínua, difundida pelos meios de comunicação, gera uma busca por aperfeiçoamento que mascara as questões estruturais envolvidas, como o desemprego, o preconceito e as clivagens conforme sexo e raça: “*não dá para estarmos apartados dessas discussões no mundo do trabalho sendo que nós somos atravessados por elas*”. Também é preciso desvelar ideias que aparecem habitualmente para justificar a exclusão de pessoas negras com base no racismo, como a “boa aparência”. Nesse sentido, ao pensar as trajetórias das/os jovens com quem realizou o trabalho de Orientação Profissional, Brenda também avalia a sua própria trajetória.

Eu não posso me eximir de me colocar nesse lugar, porque eu também sou trabalhadora e como muitos alunos eu comecei a trabalhar cedo, como muitos alunos eu trazia em mim uma culpa de não estar pronta para o mercado de trabalho, e era uma culpa que era perene, ela não era algo estanque. Então todas as vezes que eu ia buscar emprego e que eu não conseguia porque o empregador sempre dizia que faltava algo, eu achava, ah, eu tenho que me preparar melhor, eu ainda não estou, né, pronta para aquilo que o mercado está exigindo. Então eu corria atrás. E aí quando eu sanava aquilo que foi solicitado e ia novamente, né, aí eu já não estava pronta de novo, porque era outra novidade que aparecia no mercado de trabalho que eu não tinha. Então parecia que eu estava sempre em busca de uma formação específica para atender às demandas do mercado de trabalho e eu nunca me completava, eu nunca tinha nada (Brenda).

Silvana destaca, por sua vez, a impossibilidade de se focar apenas no trabalho e nas escolhas profissionais no processo de orientação, posto que outras questões se articulam para que a própria escolha profissional faça sentido para cada pessoa. Evidencia-se, assim, a necessidade de uma compreensão que vá além daquilo que se entende por trabalho propriamente dito, haja vista que a própria ideia de trabalho e o ato de trabalhar estão imbricados com elementos diversos das vidas das pessoas. No entanto, destaca que a discussão destes temas tem como norte os objetivos da Orientação Profissional.

Um processo de orientação de carreira, de aconselhamento de carreira, enfim, é, eu não consigo olhar só pra questão do trabalho, do estudo, da profissão, né, é uma pessoa ali. Quem é essa pessoa, como é que ela se vê, como é que ela se posiciona, quem é ela, né, então é ter um olhar também diferenciado pra essa pessoa, com todos os fatores, né, da vida dela, com esses, digamos assim, esses marcadores sociais que foram percorrendo a vida dela e que foram marcando a vida dela, né? Então assim, como fazer uma orientação de carreira levando em consideração esses fatores de classe, de gênero, essa questão sociopolítica digamos assim? Não dá só para pensar o trabalho (Silvana).

7.5 A divisão sexual do trabalho e suas manifestações na Orientação Profissional

Quanto à forma como as questões de gênero aparecem no processo de Orientação Profissional, o primeiro aspecto trazido pelas três pessoas entrevistadas foi a problematização da ideia de que existem trabalhos adequados a cada sexo. A leitura que fazem da divisão sexual do trabalho passa por um recorte contextual e histórico: todas/os marcam a importância de desconstrução e desnaturalização dos papéis sociais de gênero.

Gênero aparece como relevante para se questionar a própria ideia de vocação como algo natural e inato, que se traduz nos questionamentos à lógica que orienta a divisão sexual do

trabalho, ou seja, a separação entre trabalhos e atividades femininos e masculinos e a hierarquização, que confere maior valor aos trabalhos realizados pelos homens (Kergoat, 2009, 2010).

Trazer gênero para pauta é, portanto, discutir o processo a partir do qual foram estabelecidas divisões que não são naturais e, tampouco, correspondem a vocações, razão pela qual são passíveis de mudança. A possibilidade de se falar em escolhas para além destes determinantes demanda a consciência da historicidade dos fenômenos sociais.

Então não tem como deixar de falar sobre a questão de gênero no mundo do trabalho, atravessado por essa construção histórica de que há trabalhos para meninas e trabalhos meninos, então a gente precisa falar sobre isso. Não tem um trabalho direcionado para menina e não existe um trabalho direcionado para menino. Existe o trabalho, então possibilitar para o adolescente e para o jovem pensar em que lugar ele quer estar e quais são os percursos que eles vão estabelecer para poder alcançar o que eles querem alcançar, trazer essa discussão do gênero é importante por conta disso, desse processo histórico em que a gente está inserido (Brenda).

Na fala de Silvana, evidencia-se o quanto as questões sociais, somadas à cobrança por parte da família, dificultam as escolhas individuais, podendo inclusive acarretar adoecimento quando uma jovem rompe com uma expectativa pautada nos estereótipos de gênero. Diante disto, é preciso atentar para as pressões sociais e familiares para que seja possível a criação de alternativas que façam frente a elas.

Um exemplo trazido pela orientadora é o caso de uma estudante de classe média alta que, embora já estivesse cursando engenharia na faculdade de sua preferência e tivesse grande envolvimento com o curso, buscou Orientação Profissional para confirmar sua escolha, pouco aceita pela família, sobretudo por sua mãe. Silvana afirma que um trabalho desatento ao gênero seria pouco útil para a orientanda: *“ela precisava se sentir segura como mulher para assumir a engenharia”*.

Assim, em muitos casos, o recorte de gênero influencia a forma como o curso ou profissão de escolha é objeto de disputa no seio familiar. Determinados cursos, a exemplo das engenharias de forma geral, são vistos como masculinos e, portanto, inadequados às mulheres, ainda que não apareçam argumentos objetivos para justificar esta inadequação.

Cabe destacar que os desafios envolvidos em uma escolha que destoa das expectativas de gênero geralmente não se situam apenas no contexto familiar, mas também nas próprias universidades e no mercado de trabalho (Belo e Camino, 2012). Em pesquisa com estudantes de Engenharia, Casagrande e Souza (2017) constatam que as mulheres ingressantes costumam sofrer preconceitos por parte de colegas e professores do sexo masculino – há casos em que os docentes relatam, inclusive, preferência por estudantes homens nos estágios. Muitos dos

comentários ouvidos pelas estudantes dizem respeito a: aparência (são pouco desejáveis e/ou apresentam características lidas como “masculinas”, como bigode); orientação sexual (são homossexuais: já que desviam das profissões esperadas para as mulheres, devem desviar também da orientação sexual hegemônica); inteligência (são consideradas menos competentes ou capazes de aprender); aptidão física (são lidas como mais fracas); habilidades de campo (são menos aptas que os homens para trabalhar nos canteiros de obra, de forma que seria mais adequado que ficassem na parte de planejamento e projetos no escritório).

Para Pedro, a desigualdade social é a maior barreira para as escolhas profissionais: afeta ambos os sexos e se traduz em dificuldades de acesso a trabalho e educação de qualidade. No caso específico de meninas e mulheres, a família pode emergir enquanto uma barreira às escolhas quando se configura como um espaço de reprodução da lógica patriarcal e dos estereótipos de gênero, que relegam mulheres e homens a espaços distintos. A relação com a família também aparece como questão quando esta retira a decisão da pessoa, indicando aquilo que pode ou não ser realizado pelas meninas, geralmente em conformidade com estes mesmos estereótipos. Ganha destaque, sobretudo, a construção social destes papéis distintos, na medida em que a família é um lócus de produção e reprodução desta lógica mais ampla (Biroli, 2013; Bohoslavsky, 1983).

Nesse sentido, embora as discussões sobre o papel das famílias no processo de escolha e nas trajetórias de trabalho seja antiga no campo da Orientação Profissional, as relações de gênero chamam atenção para as formas sexuadas a partir das quais estas questões podem emergir. As dúvidas relativas à escolha profissional podem derivar da forma como a sociedade e a família veem os lugares, cursos e profissões que devem ou não ser ocupados por mulheres e homens. Se isso, de forma geral, pode aparecer como obstáculo para que muitas mulheres aventem como possibilidade cursos e profissões tidos como masculinos, também aparece na dificuldade de bancar uma escolha quando esta rompe com os estereótipos de gênero, o que vale para ambos os sexos. Nos dois casos, emergem enquanto questões a se trabalhar no processo de Orientação Profissional.

Outro ponto mencionado pelas três pessoas entrevistadas é a repartição do trabalho doméstico e do trabalho de cuidado no espaço familiar, que se revela uma questão a ser enfrentada na vida cotidiana, trazendo desafios aos estudos e ao trabalho remunerado.

A partir da sua experiência, Silvana traz algumas diferenças entre os sexos no que se refere às demandas trazidas durante o processo de Aconselhamento de Carreira. Atendendo um alto volume de pessoas, a orientadora observou trajetórias de trabalho muito distintas para mulheres e homens, mesmo quando a faixa etária era semelhante. Enquanto a busca por

atendimento, no caso masculino, era motivada pelo desejo de aperfeiçoamento profissional e/ou uma necessidade de transição de carreira, as motivações das mulheres muitas vezes tinham relação com o início ou a retomada da trajetória de trabalho remunerado. Tal diferença estava estreitamente relacionada com o trabalho doméstico e de cuidado: o olhar para a própria trajetória educacional e profissional tem espaço quando as/os filhas/os já têm uma certa idade e, portanto, são menos dependentes dos cuidados de uma pessoa adulta. As questões trazidas pelas mulheres atendidas por Silvana voltavam-se para a conquista de um trabalho, mais do que a busca por identificar que tipos de trabalho efetivamente gostariam de realizar em suas vidas profissionais.

Os homens chegavam, assim, de um modo geral, “então, eu quero pensar minha carreira, eu quero fazer uma transição” ou “eu já atingi um patamar na minha trajetória, na minha carreira, eu já sou diretor de uma empresa, eu quero fazer talvez uma outra faculdade ou uma especialização, eu quero mudar um pouco desse meu trabalho, dessa minha atividade profissional”. Então, assim, para mim foi ficando claro que ele já tinha uma profissão, ele estava bem na profissão dele, só que ele queria outra coisa. Quanto às mulheres... eram muito diferentes. Era começar na trajetória, conseguir um trabalho, qualquer que fosse, muito em função de “eu não quero mais ser dona de casa” ou “agora meus filhos já cresceram agora eu posso pensar em mim, é, eu não pude fazer uma faculdade, então eu quero fazer uma faculdade, o que eu posso fazer, pensar num curso universitário, ver o que que eu gosto” (Silvana).

Partindo da necessidade de ampliação do conceito de trabalho proposta por Hirata (2002) e Kergoat (2018), é possível considerar um fator que não emergiu na fala de Silvana: as demandas femininas, assim como as masculinas, envolvem igualmente uma transição em suas trajetórias de trabalho. Entretanto, no caso das mulheres atendidas pela orientadora, trata-se de uma transição do trabalho doméstico e de cuidado realizados de forma não-remunerada em suas próprias residências para o trabalho remunerado. Esta transição comumente implica a realização de ambos os tipos de trabalho em suas jornadas, haja vista que os homens seguem assumindo uma parcela consideravelmente inferior de trabalhos domésticos em comparação às mulheres. É importante ressaltar que as próprias mulheres, quando não leem o trabalho de forma ampliada, não pensam suas experiências pela chave de uma mudança de carreira: o trabalho doméstico é algo que aparece desvinculado de suas trajetórias de trabalho, situando-se na esfera pessoal e privada.

Nesse sentido, cabe observar que as ideias do que é maternidade e paternidade afetam mulheres e homens de forma diferente (Ribeiro, Uvaldo, & Silva, 2016), sendo mais comum que as mulheres alterem e ajustem suas vidas a fim de que seja possível dar conta das atividades relativas ao cuidado com a casa e as/os filhas/os. A possibilidade de fazer novas escolhas

profissionais, de planejar o futuro ou de seguir os próprios sonhos aparece em grande medida atrelada à desobrigação de outras atividades, sobretudo aquelas relativas à maternidade.

No contexto do cursinho popular em que Brenda atuava, as questões de gênero apareciam atreladas à raça e à classe social de forma marcante. As mulheres do cursinho traziam tanto o cuidado com as filhas/os quanto a necessidade de exercer um trabalho remunerado como elementos decisivos em suas trajetórias profissionais: neste sentido, diante dos imperativos da sobrevivência e da satisfação das necessidades básicas, o trabalho dos sonhos era postergado para um futuro distante, mas as mulheres da periferia seguiam precisando realizar um trabalho remunerado no presente.

[...] tinha uma senhora que falava assim “ah, eu estou estudando porque eu quero fazer pedagogia, porque sempre foi meu sonho e eu nunca pude. Porque eu tinha que trabalhar, sustentar os meus filhos, ajudar o meu marido, e agora que os meus filhos estão criados, eu já tenho netos, mas eu quero fazer pedagogia não porque eu precise ir trabalhar como professora, mas porque eu sempre quis fazer e eu quero ajudar os meus netos” (Brenda).

Brenda verificava, em sua experiência profissional na educação popular, especialmente por conta da imbricação das questões de gênero com as questões de classe e raça, que a responsabilidade pelo trabalho doméstico e de cuidado aparecia para ambos os sexos, ainda que se revelasse mais proeminente no caso de mulheres e meninas. Trazendo uma nova camada de compreensão deste fenômeno, a orientadora pontua que a responsabilização pelos cuidados com a casa e familiares mais novas/os, por exemplo, não diz apenas sobre as questões de gênero, mas põe em xeque à universalização de um modelo de jovem. Assim, as trajetórias pessoais precisam ser compreendidas em sua singularidade, embora não seja possível concebê-las de forma dissociada do contexto mais amplo que propiciou as condições para sua manifestação atual.

Então a gente já parte de um princípio de que jovens não são todos iguais, que eles não são universais. Cada um carrega consigo a sua própria história. E dentro dessa sua história singular a gente tem que pensar na história geral que propiciou que eles estivessem nesse lugar (Brenda).

Nesse sentido, Pedro afirma que temas como gravidez, contracepção, família e divisão sexual do trabalho aparecem com demasiada frequência nos encontros de Orientação Profissional no cursinho popular, haja vista que interferem no tempo disponível para os estudos, bem como nas escolhas relacionadas à educação e ao trabalho. Em sua atuação, busca situar estas questões no cenário mais amplo, ensejando a reflexão acerca das diferenças entre as

experiências masculinas e femininas no que se refere a estas questões. Os temas costumam ser trazidos espontaneamente pelo próprio grupo e, na medida em que isto acontece, são acolhidos e aprofundados em suas articulações com as questões profissionais.

A gente já fez discussões sobre gravidez na adolescência, sobre família, então quando a gente falava de família, hoje a gente fala mais sobre divisão sexual do trabalho, naquela época a gente falava do mesmo tema só que usando outras palavras. A gente falava especificamente do trabalho doméstico. Então a gente trazia questões sobre o trabalho doméstico, né, como que isso ia impossibilitando as meninas de poder ter mais tempo de estudar, de trabalhar, de como que a gravidez na adolescência afeta radicalmente a vida das meninas e às vezes não afeta tanto assim a vida dos meninos. É, pode parecer estranho, mas já teve encontro de Orientação Profissional da gente falar de preservativo. Porque o grupo trouxe e se trouxe não tem como a gente falar “aqui não é lugar pra falar disso” (Pedro).

No cursinho em que Pedro atua, o público é majoritariamente feminino. Os dados relativos à evasão das aulas e, por conseguinte, também dos encontros de Orientação Profissional, indicam, igualmente, uma predominância feminina. Neste caso, as justificativas encontradas para a evasão estão relacionadas à gravidez e ao trabalho doméstico e de cuidado, além do trabalho remunerado – este último um motivo comum a ambos os sexos.

E sempre o principal motivo para a evasão foi trabalho, pensando ambos os gêneros, e o segundo maior motivo entre as meninas, que a gente conseguiu fazer uma análise por corte, é que elas tinham que ajudar mais em casa, então tinha um caso, assim, a mãe começou a trabalhar e agora a adolescente tinha que ficar em casa pra ajudar mais em casa... e gravidez. Então ajudar mais em casa e gravidez foram dois pontos que a gente, nessa pesquisa que os outros professores fizeram, que ajudaram a gente a ter uma noção naquela época sobre a evasão (Pedro).

A necessidade de prover cuidado às/aos irmã/os mais novos, além das responsabilidades pela limpeza da casa enquanto suas mães e seus pais estavam trabalhando, diminuía de forma considerável o tempo disponível para estudos e lazer das meninas. A responsabilidade por servir aos irmãos do sexo masculino, fossem estes mais novos ou mais velhos, também era comumente atribuída a elas: “já ouvi várias falas assim, ‘ah, minha mãe manda eu fazer tal coisa porque ele é o homem, então eu tenho que fazer para ele’ ou ‘ah, a minha mãe pede para eu fazer, mas não pede para ele’”. Muitas estudantes viam a necessidade de realizar o trabalho doméstico para que suas mães não ficassem sobrecarregadas, haja vista que estas eram, muitas vezes, as únicas responsáveis por este trabalho em seus lares – seja porque se tratavam de mães solas, seja em decorrência da forma como o trabalho era dividido no ambiente familiar.¹⁰ Ambos os

¹⁰ Conforme sinalizam Bandeira e Preturlan (2016), o Brasil passou por um processo de modernização econômica e social nas últimas décadas que alterou a composição da força de trabalho, as relações familiares e afetivas e a estrutura demográfica. Uma das alterações diz respeito ao modelo de homem provedor, que tem sido colocado em

casos apontam para a construção de uma rede de solidariedade que é majoritariamente feminina no que se refere ao trabalho doméstico, como também apontam Figueiredo (2016) e Garcia et al. (2010).

Assim, se há circunstâncias em que é explicitamente dito às meninas que elas devem realizar o trabalho doméstico e de cuidado, há situações em que esta necessidade não é nomeada, mas que o trabalho é realizado como forma de dividir as responsabilidades com outras mulheres em um contexto familiar em que este trabalho é tratado como feminino. Independentemente da circunstância, contudo, estas questões interferem diretamente no tempo e energia disponíveis para o estudo e o trabalho remunerado, em um exemplo que é mais bem compreendido a partir da articulação do gênero com a classe social e a raça.

Inserida no contexto do cursinho popular, a Orientação Profissional se beneficia de alternativas coletivas que dificilmente poderiam ser replicadas no consultório particular, a exemplo da possibilidade de as estudantes levarem filhas/os e irmãs/os para o cursinho enquanto assistem às aulas. Estas alternativas se circunscrevem no campo do concreto: uma vez constatado que a necessidade de cuidado com familiares atuava como um obstáculo aos estudos, as/os voluntárias/os do cursinho se organizaram para lidar com a questão, criando alternativas para a permanência das estudantes do sexo feminino.

[...] lá no cursinho a gente começou a ter estagiário de pedagogia porque a gente abriu a possibilidade de mães trazerem os filhos e das irmãs trazerem os irmãos mais novos, justamente porque, é, o dia do cursinho, que era o sábado, às vezes era o dia de limpar a casa, de ficar com essas crianças, então se estava com as crianças não podia estar no cursinho, então vê quanto era um obstáculo que impede a emancipação, que impede o estudar. Então as formas mais concretas que vinham, a mais concreta era trazer o irmãozinho mais novo para o cursinho: “eu estou com meu irmãozinho aqui porque eu tenho que cuidar dele”. Então trazia concretamente o menino lá, né? (Pedro).

Deste modo, a desigualdade na repartição das atividades relativas ao cuidado com familiares é discutida não apenas nos encontros de Orientação Profissional, mas também entre as/os voluntárias/os do próprio cursinho. Se a discussão junto às/aos estudantes visa contribuir para uma consciência crítica dos determinantes desta divisão, as discussões entre as/os profissionais do cursinho têm como intuito abrir possibilidades para a construção de ações coletivas que visem minimizar os prejuízos causados por este cenário. Além disto, o cursinho oferece outras atividades que complementam as discussões realizadas nos encontros de

xeque. Parte das famílias chefiadas por mulheres são monoparentais: muitas não contam com uma rede de suporte para ajudá-las, o que implica dificuldades de acesso a empregos do setor formal da economia.

Orientação Profissional e que podem ser planejadas de forma conjunta por psicólogas/os e docentes, de acordo com aquilo que é trazido pelas/os estudantes. Dentre os temas que com frequência surgem nas discussões, destacam-se: feminismos, vestibular e acesso ao ensino superior, além do racismo estrutural. Nas conversas e debates sobre os diversos feminismos, o trabalho doméstico e de cuidado são pautas frequentes e, deste modo, há o compartilhamento de experiências e estratégias de enfrentamento.

Essas considerações chamam atenção para outros aspectos que podem ser trabalhados na Orientação Profissional, sobretudo quando se leva em consideração os obstáculos para a continuidade de atividades relacionadas às trajetórias educacionais e profissionais. Nesse sentido, para além da escolha de um curso ou trabalho, existem questões relativas à permanência: na escola, no cursinho, em um curso de graduação ou um posto de trabalho. As dificuldades para esta permanência relacionam-se à gravidez, à maternidade, ao trabalho doméstico e a situações de assédio e preconceito de gênero, classe e raça.

Assim, ao se falar em uma população cujas trajetórias de trabalho com frequência são marcadas pela descontinuidade, como é o caso das mulheres (Rodrigues, 2005), e que enfrenta preconceitos, abusos e assédios no mundo do trabalho e no contexto educacional, é preciso pensar para além da escolha a fim de se abrir espaço para a discussão a respeito da forma de lidar com os desafios que poderão ser vivenciados.

Nessa direção, Brenda salienta o quanto situações de preconceito e assédio vividas por mulheres negras dificultam a sua permanência em postos de trabalho, gerando, inclusive, adoecimento. Compreendê-las histórica e criticamente põe em xeque a argumentação individualista da falta de preparo ou da fraqueza das mulheres e da população negra, também questionada por Davis (2018) e Gonzales (2020).

[...] somos atravessados no mundo do trabalho por estas questões, de que muitas vezes preferem admitir homens do que mulheres, porque mulheres correm o risco de engravidar, e se aí ela engravida ela vai menos, comparece menos no trabalho, então eu sou de uma época em que era solicitado o exame de urina, né, pra saber se a mulher, a menina estava grávida ou não, então se faz necessário discutir a questão da racialidade pautada na própria, no próprio imaginário da nossa nação brasileira, de que a pessoa negra, a população negra ela não tem o conhecimento, ahn, como que eu posso dizer, o conhecimento exigido pelo mercado de trabalho (Brenda).

As questões que se relacionam às expectativas sociais em relação ao papel da mulher podem ser observadas de forma contundente em um exemplo citado por Silvana. Trata-se de uma orientanda do sexo feminino, de origem pobre, criada na zona rural, que precisou trabalhar desde a infância e teve dificuldade para concluir o Ensino Médio. Em sua família, o trabalho

remunerado da mulher era visto de forma secundária em relação ao trabalho masculino: era o casamento, e não o trabalho, que poderia propiciar um futuro digno e melhores condições de vida. Deste modo, a escolha quanto a quem iria ou não estudar, na família, passava por uma questão de gênero: os estudos eram acessíveis ao seu irmão, mas não a ela, de modo que a sua criação era voltada para o cuidar da casa e das/os familiares em detrimento dos estudos e do trabalho remunerado.

Então, assim, aí já começou a ficar marcado qual que era o lugar desta jovem, desta adolescente, que é do cuidado, que é da atividade doméstica, do trabalho doméstico. Como se o trabalho - extra casa, né - não pertencesse a elas, como se elas não tivessem direito a isso, né? Enquanto os filhos homens, sim, estes eram mais estimulados a trabalhar, a sair para trabalhar (Silvana).

O casamento manteria esta orientanda no lugar que lhe era socialmente esperado e que estava em conformidade com a lógica da feminilidade: mãe e cuidadora. Deste modo, em decorrência da ausência do trabalho remunerado, a mulher, ainda que realize o trabalho doméstico e de cuidado no espaço familiar, pode acabar sendo colocada em uma posição de submissão em relação ao marido, haja vista que este pode ou não lhe prover os recursos financeiros de acordo com seus próprios critérios. Segundo Silvana, esta posição de dependência cria dificuldades para a construção de novos rumos em suas trajetórias profissionais, além de trazer insegurança e riscos concretos no que diz respeito à violência doméstica.

Nesse sentido, destaca-se que a autonomia financeira aparece como questão de extrema relevância para as mulheres, podendo diminuir, inclusive, os riscos de que se mantenham em relacionamentos com parceiros abusivos e/ou violentos. De acordo com a nota técnica “Violência doméstica e familiar contra a mulher”, publicada em junho de 2017 pelo Senado Federal após pesquisa com 1.116 mulheres em parceria com o Observatório da Mulher contra a Violência, 29% das mulheres entrevistadas acreditam que a dependência financeira seja a maior motivação para que uma mulher não denuncie a agressão do seu parceiro. Deste percentual, 33% não tem qualquer renda, ao passo que 24% tem renda de até dois salários-mínimos. O entendimento de violência adotado pela pesquisa contempla violências de ordem física, psicológica, moral e sexual.

De acordo com Carrasco (2003), ganhar seu próprio dinheiro é condição importante para uma maior autonomia, posto que as contribuições ao orçamento familiar por parte de cada membro têm relação direta com o modo como as relações de poder se configuram no espaço doméstico: “filhos e filhas jovens sem renda própria e mulheres que não participam do mercado

de trabalho reconhecem, sem nenhuma dúvida, a autoridade do provedor de ingressos monetários” (p. 37).

Para muitos maridos, a independência feminina pode ser compreendida como algo perigoso, haja vista que efetivamente reconfigura os lugares ocupados no contexto familiar e, por conseguinte, impacta as próprias relações de poder estabelecidas. Considerando que empreender um movimento em direção a uma maior autonomia se torna possível especialmente quando filhas e filhos estão mais velhas/os, fica evidente a necessidade de políticas públicas que viabilizem o trabalho remunerado feminino. O próprio divórcio aparece relacionado à estabilidade financeira e à possibilidade de obtenção de um trabalho remunerado. Referindo-se a uma orientanda cujo marido impunha limites a qualquer movimento em direção ao seu crescimento profissional, Silvana destaca: “*ela precisou do divórcio para poder ter a vida dela, trabalhar*”.

Então aí entra um outro fator dessa questão financeira que as mulheres se sentiam sendo colocadas nessa posição de dependência total dos maridos, né, financeiramente falando, enfim, então ela era dona de casa. Ela cuidava da casa, do filho, depois teve mais um filho e foi assim durante muito tempo, muitos anos. Ela infeliz, triste, cuidando da casa e dos filhos, e um marido que não a tratava bem, não era carinhoso, não era atencioso com ela, e até a maltratava muitas vezes, não só verbalmente falando, mas muitas vezes até fisicamente. Ela foi agredida. E aí ela conseguiu depois de muito sacrifício, de muita briga com esse marido, ela conseguiu ir para a faculdade. Ele falou “se você for pra faculdade eu vou me divorciar de você”. Ela falou “então eu me divorcio, eu vou para a faculdade”. E aí ela conseguiu, então os filhos já estavam maiores, né, já estavam quase pré-adolescentes e aí ela conseguiu ir para a faculdade, prestou vestibular e passou, passou numa universidade pública (Silvana).

7.6 A Orientação Profissional como possibilidade de se buscar outros lugares

Considerando que as desigualdades destinam mulheres e homens a espaços distintos, sobretudo quando aliadas às questões de classe e raça, sendo mais pronunciadas no caso das mulheres negras e periféricas, um obstáculo significativo na construção das trajetórias pessoais observada pelas/os entrevistadas/os é a falta de representatividade. As dificuldades de se vislumbrar em lugares de maior prestígio e condições dignas de vida e trabalho estão relacionadas à escassez de mulheres com as quais se identifiquem e que conseguiram chegar em espaços que as orientandas gostariam de acessar.

Para Brenda, o processo de reflexão acerca das desigualdades estruturais, que oferecem oportunidades diferenciadas de acesso a bens e serviços, se dá a partir do movimento social, o

qual permite que as pessoas possam olhar criticamente para os atravessamentos que vivenciam cotidianamente, mas dos quais não têm consciência crítica.

Nessa direção, Pedro acredita que as soluções a estas dificuldades situam-se na esfera coletiva, sendo o movimento social um espaço privilegiado para construção e operacionalização de mudanças. No que concerne à representatividade, é possível, via movimentos sociais e educação popular, ofertar condições¹¹ que favoreçam o acesso das mulheres negras e periféricas a outros espaços, a exemplo da universidade. Ao acessá-los, parte destas mulheres retornam aos seus territórios e aos cursinhos (por exemplo, como professoras de alguma das disciplinas), trazendo para as novas estudantes outros exemplos de trajetórias e projetos pessoais possíveis, ainda que muitas vezes incomuns no espaço familiar e na comunidade em que vivem. Considerando-se que o futuro é pensado no presente (Bleger, 2015; Freire, 1996), ter acesso a uma diversidade de trajetórias de pessoas com as quais possam se identificar contribui para reconfigurar o leque de escolhas concebidas como possíveis.

Acho que de pano de fundo aqui tem a questão de se identificar com outras trajetórias, de se identificar com a luta de outras pessoas e através dessa luta, essa luta servir mais ou menos como uma motivação, como um incentivo, né, acho que a motivação vinda desses lugares e de outros lugares, acho que auxilia no processo de escolha (Pedro).

Nas circunstâncias em que é possível vislumbrar outros horizontes, faz-se necessário atentar para a distância entre o lugar que se ocupa e aquele que se deseja alcançar. Nesse sentido, Silvana relata a situação de uma orientanda negra, de periferia e desempregada, em cujo relato era marcante a admiração por uma mulher também negra, executiva de destaque em uma grande empresa. De acordo com Silvana, o trabalho começa com seu próprio processo de conscientização. Deste modo, lhe é possível possa contribuir para que a paciente enxergue e compreenda sua situação atual (atravessada por questões de ordem estrutural) não como um impedimento ou uma limitação em si, mas como o lugar de onde parte – e, portanto, como algo de que precisa se dar conta para que seja possível a superação. A realidade material concreta impõe desafios, mas é ao olhar para eles e seus atravessamentos que é possível empreender um plano de ação.

Não é impedindo os sonhos, limitando o mundo dela, mas vendo o que que ela pode ir fazendo de pouquinho em pouquinho, que passos ela pode ir dando para ter um desenvolvimento de uma carreira, de um trabalho digno, honesto, que traga satisfações, condições, enfim, sem usar muitos termos técnicos, né, mas um trabalho

¹¹ Estas condições de acesso envolvem as aulas, a Orientação Profissional, o acolhimento psicológico, campanhas de arrecadamento de fundos para arcar com necessidades básicas e inscrições em processos seletivos, dentre outras.

decente, né, o que que é importante pra ela, como é que ela pode ir construindo isso pouco a pouco? (Silvana).

Em consonância com estas ideias, Brenda afirma que os marcadores sociais designam espaços e lugares diferentes às pessoas conforme o pertencimento de gênero, classe e raça. Deste modo, forja-se uma elite majoritariamente masculina e branca, que acessa com facilidade espaços de poder liderança; junto a isso, há um grande contingente da população que não acessa estes espaços, razão pela qual encontra maiores dificuldades para pautar suas questões e se reconhecer em determinados lugares.

Porque eu fico pensando, como é discutido por Saviani¹², né, que ele vai dizendo de um aparelho educacional que tem como compromisso, dentro da discussão dele, uma marginalização, deixar os alunos pobres à margem de uma sociedade, ou seja, dentro de uma formação que tem como propósito formar técnicos, mas que não traz uma discussão para além de uma tecnologia, por que não a população pobre, negra, mulher, não ascender aos espaços políticos, não ascender ao espaço de liderança? Então quando ele traz essa discussão eu me vejo nesse lugar, nesse lugar de ausência de humanidade, de cerceamento, de estratificação, essa população pobre, negra, ela está a serviço da área da tecnologia, de determinado nicho de trabalho, agora a população elitista ela está sendo formada para liderar, para ascender a trabalhos de alto escalão (Brenda).

Nesse sentido, e pensando a partir de um recorte de gênero, Brenda pontua a demanda por trabalhar questões relativas à autoestima e a sentimentos de inferioridade, especificamente com as estudantes do sexo feminino do cursinho no qual atuava. Esta demanda foi trazida por uma coordenadora pedagógica, que observava que a falta de acesso à cultura e ao entretenimento, aliada à precarização da vida e às questões de gênero, tinham impactos significativos na forma como as meninas se percebiam e se comportavam, demandando um olhar para as questões de ordem emocional.

Então ela solicitava para a gente trabalhar na questão do emocional das meninas para as meninas se sentirem importantes, principalmente as meninas negras, ela trouxe essa solicitação. Então para as meninas tinha essa questão de cuidar da casa para os pais trabalharem, mas também tinha esse atravessamento no sentido de não se sentirem valorizadas, ela trazia muito, essa coordenadora falava que essas alunas caminhavam cabisbaixas, não eram alunas que conseguiam levantar o seu rosto e caminhar e ela fazia essa observação para a gente trabalhar essa questão. Então falar sobre essa questão do gênero está atravessado sobre várias dimensões, sobre a dimensão do cuidar, mas também sobre a dimensão da própria questão da aparência, né, da valorização como mulher, como menina (Brenda).

Novamente, verifica-se a imbricação das questões de gênero, classe e raça. Como marca Gonzales (2020), a adoção de referenciais que, além de euro centrados, são pautados na

¹² Demerval Saviani, professor, filósofo e pedagogo brasileiro.

experiência masculina, trazem sentimentos de inferioridade, vergonha e desvalorização, especialmente para as meninas e mulheres negras. Dar espaço para que estas questões sejam trabalhadas e discutidas na Orientação Profissional é, também, oferecer condições para a construção de outras formas de enxergar a si mesmas e ao mundo em que vivem, possibilitando também que outros projetos pessoais sejam construídos. Com isso, é possível pensar em caminhos para ocupar outros lugares, muitas vezes distintos daqueles que seriam os destinos de acordo com os estereótipos pautados no gênero, na raça e na classe.

Deste modo, a respeito da mudança que opera quando a Orientação Profissional leva em consideração as questões de gênero, destaca-se a percepção de que outros lugares, para além daquilo que parece socialmente determinado, podem ser ocupados. Segundo Silvana, isto se viabiliza na medida em que é possível marcar limites em relação às expectativas alheias: “*é conseguir falar não, eu não quero*”.

Exemplificando estes limites, Silvana pontua que o trabalho de Orientação Profissional pode promover mudanças nas relações familiares, ainda que não seja este o objetivo central: há caso em que as mulheres acabam optando pelo divórcio de maridos abusivos ou adotando uma postura mais assertiva com os filhos ao longo do processo.

Nesse sentido, tomar as rédeas da sua vida profissional envolve explorar novas alternativas, tornando possíveis caminhos antes não considerados ou vistos como inacessíveis. Além disto, envolve a saída de uma posição de passividade que demanda a aceitação de condições impostas por terceiros e a assunção de um lugar de sujeito. Assim, é possível escolher o que fazer – e, igualmente, o que não fazer. Isto implica a consciência de como as desigualdades estruturais afetam as trajetórias e, ao mesmo tempo, a construção de estratégias de enfrentamento. Conforme destaca Silvana, não é possível dissociar a escolha de quem escolhe. A escolha vai além de outra profissão, curso ou trabalho, haja vista que passa pelo próprio posicionamento na vida e enquanto pessoa. Assim, a escolha é atravessada por uma série de dimensões pessoais e sociais e, do mesmo modo, impacta estas dimensões.

[...] não é só escolha de um curso, se a gente for pensar numa Orientação Profissional, né, nos adolescentes, não é só escolha de um curso universitário, que mais que está implícito nisso? Se é uma orientação de carreira, que mais que está implícito nisso? Ah, quero, sei lá, eu não quero mais ser só dona de casa. Eu quero escolher um trabalho, uma profissão. Não é só isso, tem um posicionamento, tem uma pessoa ali, tem uma história ali, então em termos da escolha acho que precisa ficar atento a isso. Que que ela está escolhendo? O que que a orientação permite, que escolhas que a Orientação ou o Aconselhamento de Carreira permite que essa pessoa faça? (Silvana).

Nessa direção, Pedro destaca que a atuação visa auxiliar a/o estudante a enxergar as correntes invisíveis que antes não conseguia enxergar para que, em seguida, seja possível pensar em romper com estas correntes. É a partir disto que surge a possibilidade de se ocupar lugares distintos daqueles que parecem destinados ao seu grupo social.

[...] essas correntes são as correntes que estão dizendo que aquele lugar é o lugar daquela pessoa e que não é possível ir para outro lugar. Então quando quebra a corrente ela pode ir para outros lugares. Não quer dizer que esses outros lugares não vão ser difíceis. Não quer dizer que esses outros lugares ela vai estar totalmente emancipada. Mas quer dizer que ela pode ocupar outros lugares (Pedro).

7.7 A sutileza da manifestação das questões de gênero

Um ponto que emergiu de forma direta na narrativa de Brenda é o fato de que as questões de gênero não necessariamente aparecerão em um processo de Orientação Profissional de forma explícita e óbvia. Por esta razão, torna-se particularmente importante que as/os profissionais apurem seu olhar para que sejam, assim, capazes de identificar e reconhecer suas manifestações sutis e, deste modo, favorecer a discussão destas temáticas.

Não necessariamente está explícita a questão de gênero, dessa demarcação e estratificação, mas ela aparece nas narrativas de um outro lugar. E aí a gente tem que estar bem atento, né, bem sensíveis para poder perceber e propor um diálogo em cima disso. Para que a pessoa possa fazer essa reflexão e sair dessa rotulação (Brenda).

No que diz respeito às formas de se explorar e discutir as questões referentes ao trabalho doméstico na prática profissional, Pedro destaca a escuta, o questionamento e a atenção às manifestações destas questões – as quais podem ser explícitas ou sutis – como ferramentas fundamentais do trabalho da/o orientadora/or. Uma vez que as falas emergem no contexto de orientação, sua atuação perante o grupo vai na direção de perceber quem se identifica com aquela fala e trazer questionamentos e provocações para que as pessoas possam construir novas maneiras de se olhar para as questões vivenciadas. A conscientização aparece como forma de entender os motivos pelos quais se faz o que se faz, em suas dimensões individuais e coletivas, e viabilizar caminhos para a desconstrução da rigidez dos papéis sociais de gênero. Assim, torna-se possível interrogar estas determinações e construir novas possibilidades de ação.

Na fala de Pedro, há um duplo movimento: de um lado, é necessária abertura para discutir os assuntos emergidos espontaneamente nos atendimentos em decorrência de sua importância para o grupo; de outro, faz-se importante um trabalho contínuo de instrumentalização para que orientadoras/es estejam preparadas/os para trabalhar as questões de gênero: estudar, pesquisar e aprofundar estas discussões é, também, ter o olhar treinado para saber puxar o fio das questões de gênero, quando estas aparecem na discussão.

Cada encontro é importante você ver o tema que você vai tratar, pensar como você vai tratar, pensar nas possibilidades que podem surgir, não depender somente do grupo, senão você não teria a necessidade, né? Fica meio, assim, é um trabalho de orientação, e ao mesmo tempo você é o mediador ali, dependendo de como venha a discussão, ao mesmo tempo em que você orienta tem alguns momentos em que você fica na mediação. Mas acho que é necessário ler bastante, procurar bastante referência sobre todos esses temas, né? De gênero, orientação sexual, sobre todos esses temas da desigualdade para você estar instrumentalizado (Pedro).

7.8. O papel da/o orientadora/or

Brenda, Pedro e Silvana constatarem que o trabalho em Orientação Profissional demanda atenção à forma como se posicionam enquanto orientadoras/es. A atuação profissional passa necessariamente por reconhecer e desconstruir seus próprios preconceitos, repensar referenciais e práticas, além de intensificar o processo de leitura e discussão, seja de temáticas diretamente relacionadas à área, seja de temáticas que complementem – ou mesmo interroguem – as discussões no campo. Deste modo, é possível construir o processo junto às/aos orientandas/os.

Para Silvana, esta forma de atuação demanda um intenso processo de desconstrução pessoal que passa por olhar para si, sua própria história e trajetória. Em seu percurso profissional, sentiu a necessidade de uma mudança em sua posição enquanto orientadora, visando sair do lugar de quem detém o saber e o transmite a quem está sendo atendida/o. A escuta aparece, em sua fala, como necessidade fundamental.

É a partir do meu posicionamento, daquilo que eu acredito, daquilo que eu entendo, é a partir daí que eu vou poder ajudar essa outra pessoa, que eu vou poder ver essa outra pessoa, que eu vou poder entender o momento que ela tá vivendo, o referencial que ela tá vivendo, o contexto que ela tá vivendo e através dessa construção que a gente vai fazer juntas nesse processo de ir colocando essas questões pra ela, de ir alertando sobre isso, trazendo alguns questionamentos, mas se isso não tiver claro pra mim eu não vou conseguir passar isso pro outro, então eu acho que começa comigo (Silvana).

Como mulher branca de classe média, Silvana busca estar atenta para o modo como as diferenças de classe e raça são sentidas por ela e pela pessoa que está sendo atendida – por exemplo, uma mulher negra, pobre e desempregada –, o que leva à necessidade de se refletir acerca de formas de lidar com a questão: “*se eu não tiver essa consciência de quem eu sou, de que lugar eu ocupo, como é que eu vou enxergar o outro?*”. Deste modo, salienta-se a importância de a/o profissional compreenda que, seja qual for a situação, o lugar que ocupa terá impactos no trabalho que será realizado e no caminho construído junto à/ao orientando/a. Ter clareza deste fato e escolher como lidar com ele é parte do processo de Orientação.

Segundo Pedro, foi preciso desconstruir seus próprios preconceitos, inclusive em relação aos lugares que mulheres e homens ocupam no mundo do trabalho. Esta desconstrução não se deu somente a partir da sua atuação na orientação, mas das suas relações sociais, tanto no âmbito pessoal quanto em coletivos nos quais atua.

Para as três pessoas entrevistadas, o desenvolvimento da consciência crítica possibilita a cada pessoa uma construção mais autônoma de seu próprio percurso, posto que se dá na medida em que não é um agente externo, seja uma/um orientadora/or ou docente, quem detém e repassa o conhecimento: é a própria pessoa que, a partir de uma postura ativa, pode analisar aquilo que escuta, confrontar dados da realidade e das teorias com sua própria experiência pessoal, para, assim, tirar suas próprias conclusões. Esta consciência também favorece a compreensão do contexto mais amplo no qual se atua e possibilita um olhar não naturalizado e estanque para os fenômenos sociais.

Deste modo, todas/os entendem que não se é sujeito da autonomia alheia, em conformidade com as ideias de Bohoslavsky (1977, 1983), Bock (2002, 2008) e Freire (2019). Nessa direção, é possível pensar em uma prática não bancária, que não deposita conteúdos e respostas nas/os orientandas/os.

O papel das/os orientadoras/es, para Pedro, está diretamente atrelado à conscientização. Para tanto, faz-se necessário incluir as questões relativas a gênero, classe e raça, refletindo sobre quais atividades ou intervenções poderão auxiliar neste sentido. Conforme destaca, cabe à/ao profissional atuar como alguém que “*pensa com*” a/o orientanda/o, em vez de “*pensar por*” ela/ele. Além disso, é importante se contrapor a uma postura fatalista e determinista, que ignora a historicidade dos fenômenos sociais.

Acho que um ponto bastante importante também, e aí pensando de acordo com a minha abordagem, é sempre trazer à tona a questão do movimento, que as coisas não estão cristalizadas, trazer o elemento histórico, se o mundo é feito de história, então a história pode ser mudada, pode ser recontada, o final não está escrito, a gente está

escrevendo o presente, está escrevendo o futuro a cada momento, mostrar as possibilidades, acolher as frustrações (Pedro).

Brenda, Pedro e Silvana consideram fundamental oferecer um espaço para que as/os pessoas possam desenvolver uma consciência crítica dos determinantes da sua escolha profissional, em alinhamento com as discussões de Biroli (2013), Bohoslavsky (1983) e Bock (2002, 2008), que compreendem que a escolha pessoal é atravessada pelo contexto social. As preferências não são construídas individualmente e, portanto, para que uma escolha seja marcada e assumida enquanto própria, é necessário lidar com pressões sociais. Deste modo, é preciso conciliar o respeito à agência das pessoas sem, com isto, desconsiderar o fato de que quem escolhe não é um indivíduo neutro no que tange às questões gênero, classe e raça, dentre outros elementos.

Nessa perspectiva, Brenda afirma que é preciso contribuir para que a/o orientanda/o possa desvelar o pano de fundo, o panorama mais amplo em que vive e escolhe, a fim de que seja possível compreender o contexto histórico, social e político envolvido: *“nós fazemos as discussões sobre possibilidades, sobre desafios que estão presentes, mas escolha final sempre é do sujeito”*.

As três pessoas entrevistadas partem da compreensão de que o pensamento crítico, quando aplicado à Orientação Profissional, envolve reconhecer que existem constrangimentos e barreiras que guardam relação com a própria estrutura social e o pertencimento a um ou mais grupos sociais. Esta estrutura conforma identidades, trajetórias, escolhas, possibilidades. Mas parte-se igualmente do reconhecimento de que isto não é capaz, isoladamente, de determinar a vida das pessoas. Negociar e construir espaços para a agência e a autodeterminação se revela de extrema importância nesse panorama e o papel das/os orientadoras/es é mais potente na medida em que contribui para criar condições para isto.

A partir do momento que você propicia os mesmos ensinamentos educacionais, propicia as mesmas ferramentas para todos e todos têm acesso a essa mesma discussão, essas mesmas reflexões, é o jovem que deveria dizer “ah, eu entendi o que você tá me dizendo, eu tô consciente do que você tá propondo, mas eu não quero estar na política, eu não quero ser um médico”. É uma decisão que tinha que ser da pessoa e não de um projeto perverso que limita o conhecimento para que esses jovens não estejam nesse lugar. Então é disso que eu estou falando, do valor à vida, do valor à humanização e do reconhecimento do outro, de que ele tem condições de ascender onde ele quiser ascender (Brenda).

Deste modo, criar condições para que a/o orientanda/o possa se apossar deste lugar de sujeito de suas escolhas é a maior estratégia. Fazê-lo não implica propor uma simetria entre as distintas posições de orientadora/or e orientando/a, mas propiciar o questionamento, buscando

problematizar as afirmativas e, em vez de incorrer em uma atuação bancária, “fazer essa provocação, a circulação da palavra e a construção crítica a partir disso de uma maneira conjunta”.

Porque no grupo eu não estou no lugar, eu não posso estar no lugar de suposto saber no sentido de levar as coisas prontas, mas fazer uma provocação, provocar uma ação para que todos participem e todos contribuam, porque se eu vou pra esse espaço para uma proposta dentro de uma perspectiva crítica, eu não posso ter o domínio da palavra e fazer um monólogo, como se eu tivesse a resposta para tudo (Brenda).

A escuta e o diálogo aparecem, assim, enquanto exigência radical. Como sinaliza Paulo Freire (2019), é preciso cuidar para que o afã pela construção de uma prática libertadora não se traduza em uma prática bancária, em que se deposita nas/os educandas/os o conteúdo revolucionário, a fim de “acelerar” o processo de libertação. O diálogo, nesse sentido, já se manifesta no próprio questionamento quanto ao que será objeto de discussão. Assim, se há conteúdos importantes que compõem um processo de Orientação Profissional e que podem ser entendidos enquanto temas-dobradiça, os caminhos que serão percorridos, assim como as discussões e problematizações, são trazidos pelas/os próprias/os orientandas/os a partir das questões que se mostram relevantes em suas vidas e em seus territórios. A escuta marca a diferença entre a transmissão de informação e o diálogo.

7.9 A importância da informação

Na fala das/os entrevistadas/os atuantes na educação popular, a informação, elemento importante do trabalho em Orientação Profissional, aparece com frequência e em duas vias.

- a) Ressalta-se, com pesar, o fato de que as informações sobre o mundo do trabalho, cursos e profissões estão desigualmente distribuídas entre a população. Estas desigualdades no acesso à informação aparecem também no que se refere à própria Orientação Profissional: a grande maioria das/os estudantes de periferia não sabe em que consiste este processo, tampouco está ciente da existência de espaços onde é possível acessar este serviço gratuitamente. Como pessoas negras que residem na periferia da cidade de São Paulo, Brenda e Pedro experienciaram estas dificuldades em suas próprias trajetórias pessoais. Deste modo, entendem que há algumas

informações que devem ser transmitidas às/aos orientandas/os, as quais dizem respeito ao acesso a direitos, divulgação de eventos, oportunidades etc.

- b) Discute-se a forma como devem ser trabalhadas as informações em Orientação Profissional, haja vista que simplesmente depositá-las nas/orientandos não contribui para a construção do seu percurso a partir de um lugar ativo, ou seja, de sujeito.

Ambas as constatações partem da premissa de que a Orientação Profissional pode permitir o acesso a outros mundos e caminhos via informação, ampliando não apenas o leque de possibilidades a se explorar, como também de lugares que se permitem acessar. Como destaca Pedro, muitas/os estudantes não têm acesso a informações a respeito de Feiras de Profissões realizadas pelas universidades, por exemplo, ainda que este se revele um modo rico de se obter mais informações sobre cursos e profissões. Além disto, para muitas/os, o fato de que a universidade é um espaço público – e que pode, portanto, ser visitado –, não é algo evidente ou sequer aventado pela maioria. Há, ainda, uma falta de informação no que concerne ao acesso a direitos e procedimentos em situações de abuso e assédio, o que fica mais marcante a partir de uma perspectiva que combine gênero, raça, classe e orientação sexual, conforme pontua Brenda.

Brenda entende que as escolhas relativas à vida de estudos e trabalho, como decidir estar numa faculdade ou não, tem a ver, dentre outros fatores, com o acesso a informações, cuja distribuição na sociedade brasileira é bastante desigual. Sem a clareza quanto a direitos e oportunidades, não é possível uma decisão informada. Em sua concepção, considerando a forma como a sociedade está organizada, a decisão não é da pessoa, mas de um projeto político segregacionista.

Em alinhamento com uma prática que tem como objetivo, no seu entendimento, a conscientização e a emancipação, Pedro destaca a importância do que nomeia como uma informação dialogada em detrimento de uma informação bancária. Evidencia-se, assim, o papel da/o orientadora/or enquanto mediadora/or de um processo que se dá junto à/ao orientanda/o, sujeito ativo do seu processo de escolha.

Refletindo acerca do seu próprio percurso educacional, Brenda afirma ter visto, por muito tempo, a figura docente como uma autoridade que depositaria o conhecimento nas/os estudantes. Ao longo de seu processo formativo, percebeu que era possível questionar o que era dito por estas figuras e buscar outras informações e conhecimentos. Sua atuação enquanto

psicóloga e orientadora profissional busca construir outro lugar junto às pessoas com quem trabalha.

Nessa direção, ao discutir questões relativas à dificuldade de acesso à informação e o aumento da criticidade, Brenda traz o exemplo de uma estudante que não considerava a universidade pública como uma opção para os estudos superiores, argumentando que esta era "*muito bagunçada*". A estudante imaginava que a universidade deveria ter características semelhantes àsquelas da escola pública em que havia estudado, uma vez que se tratavam, ambas, de instituições públicas de ensino. Esta ideia foi desconstruída ao longo da Orientação a partir de atividades de pesquisa e discussão. Nestas circunstâncias, a orientadora se colocou em uma postura de questionamento às diversas afirmações trazidas pela estudante e pela turma, a partir de provocações que visavam ensejar novas reflexões.

A orientanda mudou de ideia e falou assim “ah, eu já era uma pessoa crítica, né, mas eu saí daqui diferente, agora eu não vou mais aceitar as coisas que as pessoas me falam”. Então ela traz essa mudança, né, no pensamento dela, no sentido de não aceitar o que é veiculado no senso comum como uma verdade, que é necessário fazer uma interrogação sobre as informações: será que aquilo que tá sendo veiculado, né, no senso comum, de fato se configura, é uma verdade, ou eu preciso checar? Então ela faz essa mudança, eu acho bem interessante (Brenda).

Existe, portanto, uma diferença significativa entre transmitir informações e fazer com que as pessoas que buscam orientação incorporem os instrumentos de indagação e saibam realizar questionamentos pertinentes para ampliar ou modificar sua compreensão sobre o mundo em que vivem e sobre si mesmas. Se o acúmulo de conhecimentos sem contexto, descolado da realidade das pessoas, aliena, a utilização dos seus conhecimentos para indagar e atuar sobre a realidade enriquece (Bleger, 2019).

Deste modo, a transmissão da informação não é o foco. Embora algumas informações pontuais possam, sim, ser compartilhadas, a grande maioria não deve ser “administrada” às/aos orientandas/os. Busca-se que as/os estudantes tenham os instrumentos para lidar com os problemas que lhes aparecem. Entender a informação como acabada mina o espaço da indagação, da problematização e, por conseguinte, da construção de um caminho que vá em direção à autodeterminação.

Assim, mais do que o acúmulo de informações, verifica-se que, na concepção das/os entrevistadas/os, o relevante é que a/o orientadora/or auxilie em um processo no qual conhecimentos e saberes possam servir à realidade das pessoas em suas vidas, em suas práticas cotidianas concretas, atuando como instrumento para voltar a conhecer o mundo e a si mesmas/os.

7.10 Desafios do caminho

Levando-se em consideração o compromisso com as questões de gênero, classe, raça e conscientização, emerge, para as/os entrevistadas/os, o desafio de se estender o trabalho de Orientação Profissional para um público mais vasto, a fim de que os seus benefícios não se restrinjam às pessoas que se situam nas classes médias e altas. Nesse sentido, todas/os realizaram ou realizam, total ou parcialmente, trabalhos gratuitos em Orientação Profissional, seja via serviços de extensão e grupos de pesquisa, seja a partir da atuação no campo da educação popular.

Buscando expandir o público que tem acesso à Orientação Profissional, Silvana, que assinala o compromisso com a justiça social como aspecto importante da prática, traz a preocupação com a ideia de ficar presa a uma única classe social, haja vista que muitas pessoas não têm condições de arcar com os custos médios de um processo de Orientação Profissional ou Aconselhamento de Carreira. Para lidar com isto, busca atuar como voluntária em espaços vinculados a instituições públicas de ensino. Deste modo, pode tanto contribuir para que mais pessoas tenham direito aos atendimentos quanto investir na continuidade da sua formação.

Pedro acredita que os desafios das/os orientadoras/es para uma prática atenta às dimensões de gênero, raça e classe envolvem a necessidade de se buscar referências e parcerias, bem como de repensar teorias e técnicas. Em sua concepção, há certo sentimento de solidão nesta construção e uma dificuldade de achar profissionais com visões semelhantes, ainda que estas pessoas existam. Destaca, ainda, a falta de reconhecimento e retorno financeiro, posto que, no seu entendimento, é o trabalho voluntário que viabiliza uma Orientação Profissional voltada para a justiça social, em muitos casos. A falta de políticas públicas emerge, assim, enquanto problema. Cabe destacar que, em sua fala, as relações de gênero se imbricam fortemente com outras questões, como classe social e raça etnia, sendo difícil pensá-las de forma dissociada.

Na experiência de Brenda, os desafios de uma Orientação Profissional crítica e libertadora passam sobretudo por questões de ordem material. Nesse sentido, destaca-se a falta de recursos financeiros por parte das/os estudantes. Enquanto não se assegura o básico, outras questões não têm como aparecer de forma tão proeminente, já que lidar com os desafios materiais é urgente e impacta o tempo, a concentração e os recursos para os estudos,

deslocamentos pela cidade etc. Pedro também destaca o impacto destas questões materiais em sua prática no cursinho.¹³

Deste modo, a discussão passa pelo acesso a direitos humanos básicos, uma vez que pensar em escolha, futuro e projetos torna-se consideravelmente mais difícil quando a realidade material impõe obstáculos à sobrevivência. Os relatos de estudantes sobre suas vidas cotidianas trazem dificuldade de acesso a direitos fundamentais, como infraestrutura de saneamento básico, saúde, dentre outros, o que tem impactos nas suas escolhas profissionais. Brenda afirma que, em muitos casos, as/os estudantes sentem a necessidade de uma escolha estratégica, como um curso técnico, visando uma inserção mais rápida no mercado. Por este motivo, a graduação é colocada em um futuro mais distante. A escolha pode passar, ainda, pelas dificuldades da comunidade e a necessidade de assegurar os direitos básicos que ela não possui. Muitas/os estudantes do cursinho em que Brenda trabalhava mudavam-se de suas cidades para a cidade de São Paulo buscando conhecimento e formação, de modo que lhes fosse possível retornar à comunidade de origem e implementar o conhecimento adquirido.

E é uma realidade que não tá presente necessariamente na fala de uma classe média. Eles falam, ah, se eles decidirem estudar arquitetura, eles não vão pensar em fazer um tecnólogo pra depois fazer arquitetura, porque não urge, né, a questão da fome não urge (Brenda).

Dentre as estratégias de resistência encontradas pelas/os entrevistadas/os destacam-se: a busca por pessoas que pensem a Orientação Profissional de forma semelhante; a problematização de teorias tradicionais quando estas não levam em consideração as questões de gênero, classe e raça; e pesquisas sobre as articulações da Orientação Profissional com a justiça social.

Pedro destaca, ainda, o trabalho em grupos como uma forma de atingir um público mais vasto e, para além da atuação na esfera profissional, salienta a necessidade de um trabalho pessoal no sentido de acreditar que é possível construir um mundo mais igualitário.

Acho que não só nessa parte instrumental, né, de conhecimento instrumental, mas é também uma parte pessoal, humana, você acreditar num outro mundo também, você acreditar em um mundo mais igualitário, em um mundo menos preconceituoso, em

¹³ Para Pedro e Brenda, a pandemia teve efeitos negativos na prática da Orientação Profissional, impedindo ou dificultando o trabalho realizado, pois passou por questões concretas relativas ao acesso à internet de qualidade. Para Silvana, que realiza atendimentos individuais, a pandemia aumentou a procura pelo trabalho que realizava. Isto revela o impacto da materialidade e implica um recorte de classe distinto nos dois casos.

um mundo com menos desigualdade social, acho que não basta você se instrumentalizar se você não tiver esse sonho também, sabe (Pedro).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática de uma Orientação Profissional que leve em consideração a conscientização e as relações de gênero, sobretudo em sua articulação com as questões de raça e classe, é entendida como algo de suma importância para as pessoas que participaram desta pesquisa. Este olhar estabelece uma distinção entre uma prática crítica, que efetivamente reconhece a pessoa que busca orientação, de uma prática que, por não atentar para dimensões fundamentais para se compreender os fenômenos sociais, pode acabar reproduzindo o *status quo*. Entretanto, a atuação se revela desafiadora na prática em decorrência de fatores diversos.

Marcante na fala de todas/os as/os entrevistadas/os é a falta de referências e interlocutores para pensar a Orientação Profissional dentro desta perspectiva. No entanto, boa parte as estratégias de enfrentamento encontradas são coletivas, podendo aparecer de diferentes formas: participação em movimentos sociais, em grupos de pesquisa e estudos, diálogos e debates em congressos, além de produção científica na área com vistas ao compartilhamento de saberes e práticas.

As falas das/os entrevistadas/os chamaram atenção para a importância de uma investigação aprofundada das questões relacionadas ao trabalho: isto se faz necessário tanto do ponto de vista do mundo do trabalho de forma mais ampla, quanto a partir da divisão sexual do trabalho e suas consequências nas vidas de mulheres e homens, haja vista que o trabalho é um locus de produção do gênero. Deste modo, do ponto de vista formativo, observa-se a importância de se incluir discussões sobre o mundo do trabalho nas disciplinas e cursos voltados para a Orientação Profissional, não somente em termos do mercado e suas demandas, mas também em termos da constituição deste mercado, suas desigualdades estruturais e as consequências nas vidas das pessoas e em suas subjetividades.

Cabe destacar, aqui, a possibilidade de um diálogo profícuo entre a Orientação Profissional e a Psicologia Social do Trabalho. Deste modo, é possível questionar a compreensão hegemônica de trabalho, estabelecendo uma distinção entre o mercado e o mundo do trabalho, conforme demarcam Ribeiro, Oliveira, Bernardo e Navarro (2017). A compreensão ampliada de trabalho também se mostra particularmente importante quando gênero, classe e raça são levados em consideração, permitindo que se direcione o olhar para o trabalho não remunerado, o trabalho doméstico e o trabalho de cuidado (Hirata, 2002; Kergoat, 2018). Nesse sentido, observa-se a necessidade de que a Orientação Profissional dialogue com outros campos do saber, posto que não dá conta, sozinha, de mapear este cenário. A ação profissional parece se fortalecer na medida em que se trabalha em rede, de forma articulada, dialógica e interdisciplinar.

Evidencia-se, ainda, a crítica à lógica individualista e neoliberal, que toma como referência um indivíduo neutro, descolado do tecido social. Entretanto, a percepção de que as questões trazidas pelas/os orientandas/os não são passíveis de compreensão a partir da ótica individual é um desafio em si, haja vista que marca o fato de que estas problemáticas, atravessadas pelo contexto estrutural e forjadas por este mesmo contexto, não são resolvidas no processo de Orientação Profissional. A materialidade, que se manifesta de diferentes formas, aparece como uma questão importante e, embora transcenda as relações de gênero, articula-se com elas para a compreensão do panorama das desigualdades. As dificuldades manifestas por muitas/os estudantes dos cursinhos populares para se frequentar as aulas em decorrência da falta de recursos são um exemplo emblemático de que os desafios que se colocam à Orientação Profissional não dizem respeito somente à atuação no contexto de trabalho, mas às condições estruturais que possibilitam ou não uma prática acessível a todas as pessoas.

As discussões sobre gênero na Orientação Profissional se beneficiam de uma compreensão que leve em conta a conscientização e a consciência crítica. Entretanto, nas discussões sobre conscientização e Orientação Profissional, as questões de gênero podem receber maior ou menor relevo: conquanto seja sempre possível incluir as relações de gênero nas análises, haja vista sua transversalidade no tecido social, há outros fatores em jogo nesse cenário.

Nesse sentido, o fato de que muitas das questões, problemáticas e alternativas trazidas se situaram para além do gênero revela a imbricação das desigualdades sociais. Além disto, as dimensões de gênero, classe e raça, conquanto importantes para todas as pessoas entrevistadas, vão assumindo posições diferentes conforme a trajetória profissional de cada uma, os referenciais teóricos adotados e o contexto em que se desenrola a prática da Orientação Profissional.

No que concerne à forma como as questões de gênero emergiam na Orientação Profissional, destacaram-se quatro eixos temáticos. O primeiro deles diz respeito à presença de interesses diferentes conforme os sexos e à existência ou inexistência de profissões femininas e profissões masculinas. Esta discussão foi encontrada também na revisão de literatura a respeito do tema (Bock, 2002, 2008; Carvalho, 2012; Godoy e Noronha, 2010; Graf e Diogo, 2009; Shimada & Melo-Silva, 2013). O segundo se refere ao impacto do trabalho doméstico e de cuidado nas subjetividades e nas possibilidades concretas de construção de trajetórias e projetos das mulheres – discussão escassa nas produções científicas em Orientação Profissional, conquanto frequente no campo das Ciências Sociais e Políticas (Biroli, 2013, 2018; Carrasco, 2003; Hirata, 2002, 2017; Kergoat, 2009, 2010, 2018; Picchio, 2009; Souza-Lobo, 1991). Nesse

sentido, cabe destacar que as/os entrevistadas/os partem de uma atuação que questiona os pilares da divisão sexual do trabalho, a saber: a separação de atividades femininas e masculinas e a hierarquização, que atribui às atividades realizadas majoritariamente por homens valor superior. O terceiro eixo diz respeito à forma como os papéis sociais e os estereótipos de gênero se constroem e se reproduzem no espaço familiar, com efeitos nas trajetórias pessoais. Esta discussão também é pouco presente na literatura de Orientação Profissional, ainda que apareça nos estudos em Psicologia Social realizados por Rodrigues (2004). Por fim, o quarto eixo refere-se às questões relativas ao sentimento de inferioridade e à falta de representatividade, especialmente entre meninas e mulheres negras. Esta temática também não é evidente nas discussões em Orientação Profissional, embora sejam notórias no trabalho de autoras como Gonzales (2020) e hooks (2017).

As falas também dão pistas da importância de se apurar o olhar para enxergar questões de gênero, classe e raça que emergirão no processo de Orientação Profissional, notadamente porque tais questões podem estar presentes de maneiras sutis e menos aparentes. Nesse sentido, as questões de gênero não necessariamente aparecerão apenas diante de temas como trabalho doméstico e de cuidado ou no estabelecimento de diferenciações entre cursos e profissões mais “femininos” ou “masculinos”. Podem aparecer associados a sentimentos de invisibilidade e inferioridade, à falta de representatividade, dentre outros. Estar em sintonia com os estudos e reflexões nestas áreas, bem como com as vivências cotidianas das mulheres, possibilita à/ao profissional identificar estas questões, para que seja possível trabalhá-las no processo de orientação.

A prática profissional aponta para a necessidade de que se questione a naturalização dos fenômenos – descolando-os do social – e a universalização de experiências que levam em consideração apenas certo grupo social, notadamente a experiência do homem branco, cisgênero, das classes média e alta. Partir destas referências acarreta o risco colocar aquilo que destoa enquanto um problema, um desvio à norma. Em vez disso, convém interrogar a própria moldura usada para olhar a realidade e aquilo que se entende como normalidade, conforme pontuam Hooley, Sultana e Thomsen (2021). Assim, o trabalho das/os orientadoras/es envolve oferecer condições para o reconhecimento da situação, de modo que seja possível pensar em estratégias individuais e coletivas para fazer frente a elas.

Esta perspectiva está em alinhamento com o que discute Freire (1996), ao sinalizar a importância de se desafiar as pessoas a se darem conta, criticamente, das desigualdades e opressões que atravessam suas experiências. Para isso, faz-se necessário respeitar os saberes de estratégias das pessoas, como marcam as/os entrevistadas/os. O caminho, contudo, não passa

pela adaptação aos saberes e conhecimentos trazidos pelas/os orientandas/os, tampouco pela imposição do próprio saber como o verdadeiro. A construção de novas formas de enxergar o mundo e a superação dos saberes estereotipados se dá na medida em que estes se mostram insuficientes para explicar a realidade.

A ideia de que não é possível ser sujeito da autonomia alheia e que uma orientação “bancária” não dá conta da conscientização aparece na fala das/os entrevistadas/os de forma contundente. Um pouco menos evidente ao longo das falas foi o delicado jogo entre escolhas pessoais e a lógica liberal, que desconsidera que as pessoas partem de locais diferentes ao escolher. Pesquisas que aprofundem na concepção de escolha adotada por orientadoras/es e suas articulações com a conscientização e as relações de gênero se mostram relevantes nesse cenário.

No que diz respeito às relações de gênero, as questões relativas à construção da subjetividade e às definições de feminilidade e masculinidade, assim como as consequências subjetivas do gênero como espaço de produção da identidade são menos aparentes nas falas das pessoas entrevistadas. Isto sugere algumas pistas quanto a aprofundamentos que poderão ser realizados em pesquisas futuras.

Dentre os possíveis caminhos de investigação e prática, destaca-se, ainda, a necessidade de se conduzir investigações com mulheres que passaram por um processo de Orientação Profissional que tinha na conscientização, ou no desenvolvimento da consciência crítica, um de seus pilares. Nesse sentido, sugere-se estudos longitudinais que possam compreender como estas mulheres apresentavam suas demandas, inquietações, desafios e possibilidades no início do processo e o que mudou após a sua conclusão no que se refere à compreensão de si e do mundo – e, também, nas ações empreendidas a partir destas compreensões para a transformação da sua realidade.

Outro ponto importante para futuras investigações diz respeito a como estas questões aparecem para além da experiência de mulheres cisgêneros, haja vista que os estudos de gênero remetem a um contexto relacional, incluindo mulheres, homens e todas as pessoas que não se enquadram em uma lógica binária.

A pesquisa realizada tem um caráter exploratório e faz-se relevante marcar as suas limitações. Um primeiro ponto diz respeito ao grupo estudado: o número de pessoas que participaram da pesquisa foi reduzido. Assim, as experiências, percepções e análises trazidas, conquanto relevantes, não podem ser generalizadas para a totalidade das/os profissionais da Orientação Profissional que concebem as relações de gênero e a conscientização e/ou

consciência crítica como elementos importantes do processo. Além disto, pode haver um viés interpretativo que deve ser levado em consideração.

REFERÊNCIAS

- Abramo, L. & Valenzuela, M. (2016). O Tempo de trabalho remunerado e não remunerado na América Latina. In A. R. P. Abreu; H. Hirata & M. R. Lombardi (Orgs.), *Gênero e Trabalho no Brasil e na França*. (pp. 113-123). São Paulo: Boitempo.
- Aguiar, F. H. R., & Conceição, M. I. G. (2012) Análise da produção científica em orientação profissional: Tendências e velhos problemas. *Psico-USF*, 17(1), 97-107. doi: 10.1590/S1413-82712012000100011
- Aguiar, W. M. J., & Bock, A. M. B. (1995). Por uma prática promotora de saúde em orientação vocacional, In A. M. Bock (Org.) *A Escolha Profissional em questão* (pp. 9-23). Casa do Psicólogo. São Paulo.
- Almeida, M. C. C. G. (2020). *Especificidades nas demandas de mulheres por Orientação Profissional e de Carreira (OPC): uma abordagem socioconstrucionista*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Ambiel, R. A., Campos, M. I., & Campos, P. P. T. V. Z. (2017). Análise da produção científica brasileira em orientação profissional: Um convite a novos rumos. *Psico-USF*, 22, 133-145. <https://doi.org/10.1590/1413-82712017220112>
- Antunes, R. (1999). *Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo.
- Antunes, R. (2018). *O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital*. São Paulo: Boitempo.
- Araújo, A., & Lombardi, M. (2013). Trabalho informal, gênero e raça no Brasil do século XIX. *Cadernos de Pesquisa*, 43(149), 452-477.
- Aruzza, C.; Bhattacharya, T.; Fraser, N. (2019). *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo.
- Bandeira, L.M. & Preturlan, R. B. (2016). As pesquisas sobre uso do tempo e a promoção da igualdade de gênero no Brasil. In C. Araújo & N. Fontoura (Orgs.). *Uso do tempo e gênero*. (pp.43-59) Rio de Janeiro: UERJ.
- Barajas, M. P.L. (2016). Avanços na América Latina na medição e valoração do trabalho não remunerado realizado pelas mulheres. In C. Araújo & N. Fontoura (Orgs.). *Uso do tempo e gênero*. (pp.21-42). Rio de Janeiro: UERJ.
- Bardin, L. (2009). *Análise de Conteúdo*. Lisboa: Edições Setenta.
- Barreto, J. (1985). O agente social nos grupos operativos e nos círculos de cultura. In São Paulo. (pp.41-43). O processo educativo segundo Paulo Freire e Pichon-Rivière. Petrópolis: Vozes.
- Becker, H. (1994) *Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: Hucitec.
- Belo, R. P. & Camino, L. (2012). Trabalho e gênero: elaborações discursivas sobre os papéis profissionais. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 15(2), 271-286.

- Biroli, F. (2013). *Autonomia e desigualdades de gênero: contribuições do feminismo para a crítica democrática. Gênero e Desigualdades*. Vinhedo: Editora Horizonte.
- Biroli, F. (2014). Autonomia, dominação e opressão. In L. F. Miguel; & F. Biroli. *Feminismo e Política: uma introdução*. (pp. 109-122). São Paulo: Boitempo.
- Biroli, F. (2018). *Gênero e Desigualdades*. São Paulo: Boitempo.
- Biroli, F. & Miguel, L. F. (2015). Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. *Mediações*, 20(2), 27-55.
- Bohoslavsky, R. (1977). *Orientação Vocacional: estratégia, tática e técnica*. São Paulo: Martins Fontes.
- Bohoslavsky, R. (1983). *Vocacional: teoria, técnica e ideologia*. São Paulo: Cortez.
- Bock, S. D. (2002). *Orientação Profissional: a abordagem sócio-histórica*. São Paulo: Cortez.
- Bock, S. D. (2008). *A escolha profissional de sujeitos de baixa renda recém egressos do Ensino Médio*. (Tese de Doutorado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Bleger, J. (2015). Prólogo. In R. Bohoslavsky. *Orientação Vocacional: estratégia, tática e técnica* (pp.XXIII-XVI). São Paulo: Martins Fontes.
- Bleger, J. (2019). *Temas de Psicologia: entrevista e grupos*. São Paulo: Martins Fontes.
- Blustein, D. L. (2011). A relational theory of working. *Journal of Vocational Behavior*, 79(1), 1-17.
- Blustein, D. L. (2013). The Psychology of Working: A new perspective for a new era. In *The Oxford handbook of the psychology of working [Versão digital]* (pp. 1–27). New York, NY: Oxford University Press.
- Blustein, D. L., Kenna, A. C., Gill, N., & Devoy, J. E. (2008). The psychology of working: A new framework for counseling practice and public policy. *The Career Development Quarterly*, 56(June), 294–309.
- Blustein, D. L., Kenny, M. E., Autin, K., & Duffy, R. (2019). The psychology of working in practice: A theory of change for a new era. *Career Development Quarterly*, 67(3), 236-254. <https://doi.org/10.1002/cdq.12193>
- Blustein, D., Masdonati, J., & Rossier, J. (2017). *Psychology and the International Labor Organization: The role of psychology in the decent work agenda*. Retrieved from www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---.../wcms_561013.pdf

- Blustein, D. L., Schultheiss, D., & Flum, H. (2004). Towards a relational perspective of the psychology of careers and working: A social constructionist analysis. *Journal of Vocational Behavior*, 64(3), 423-440.
- Brasil (2017). Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017. *Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho*. Recuperado em 6 julho, 2018, de <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13467-13-julho-2017-785204-publicacaooriginal-153369-pl.html>
- Braverman, H. (1977). *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Brown, D. (2002). Introduction to theories of career development and choice. In D. Brown & Associates, *Career choice and development* (pp. 3-23, 4. ed.). San Francisco: Jossey-Bass.
- Butler, J. (2003). Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Cacciamali, M. (2000). Globalização e processo de informalidade. *Economia e Sociedade*, 14, 53-74.
- Campos, A. G. (2017). A atual reforma trabalhista: possibilidades, problemas e contradições. *Texto para discussão*. Brasília, DF: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
- Carrasco, C. (2003). A sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In N. Faria & M. Nobre (Orgs). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. (pp.11-49). São Paulo: SOF.
- Carneiro, S. (2019). Mulheres em Movimento: contribuições do feminismo negro. In. H. B. Hollanda (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. (pp.271-289). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Carvalho, S. S. D. (2017). Uma visão geral sobre a reforma trabalhista. *Mercado de Trabalho: conjuntura e análise*, 63, 81-94.
- Carvalho, R. G. G. (2012). Pessoas versus Coisas: Sobre as diferenças de gênero nos interesses profissionais. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 13(2), 173-182.
- Casagrande, L. S.; & Souza, A. M. F. L. (2017) Percorrendo labirintos: trajetórias e desafios de estudantes de engenharias e licenciaturas. *Cadernos de Pesquisa*, 47(163), 168-200.
- Cisne, M. (2018). *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. 2ª edição. São Paulo: Cortez.
- Crenshaw, K. (2010). "Beyond entrenchment: Race, gender and the new frontiers of (un)equal protection". In: Tsujimura, M. (ed.) *International Perspectives on Gender Equality & Social Diversity*. Sendai: Tohoku University Press.
- Davis, A. (2011). As mulheres negras na construção de uma nova utopia. Conferência realizada no dia 13 de dezembro de 1997, em São Luís (MA), na Iª Jornada Cultural Lélia Gonzales, promovida pelo Centro de Cultura Negra do Maranhão e pelo Grupo de Mulheres Negras

Mãe Andreza. Publicado em 12 de julho 2011. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/as-mulheres-negras-na-construcao-de-uma-nova-utopia-angela-davis/#gs.uwKB1L8>>. Acesso em 06 de maio de 2022.

Davis, A. (2018). *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo.

Dedecca, C.S. (2004). Tempo, trabalho e gênero. In A. A. Costa; E. M. Oliveira, M. E. B. Lima, V. Soares; (Orgs.). *Reconfiguração das relações de gênero no trabalho*. (pp.21-52). São Paulo: CUT.

Dedecca, C., Ribeiro, C., & Ishii, F. (2009). Gênero e jornada de trabalho: análise das relações entre mercado de trabalho e família. *Trabalho, Educação e Saúde*, 7(1), 65-90.

Duffy, R. D., Blustein, D. L., Diemer, M. A., & Autin, K. L. (2016). The Psychology of Working Theory. *Journal of Counseling Psychology*, 63(2), 127-148

Figueiredo, P. M. (2016). *O cotidiano de trabalho de vendedoras e vendedores ambulantes da rua Teodoro Sampaio na cidade de São Paulo: rotina, inventividade e múltiplas redes de sociabilidade*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Freire, P. (1974). *Education for critical consciousness*. New York: Continuum.

Freire, P. (1985). O sujeito no ato de conhecer. In Instituto Pichón-Rivière São Paulo. (pp.41-43). O processo educativo segundo Paulo Freire e Pichon-Rivière. Petrópolis: Vozes.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (2019). *Pedagogia do oprimido*. 71ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (2016). *Conscientização*. São Paulo: Cortez Editora.

Freire, P. (2020). *A educação como prática da liberdade*. 48ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freire, P. (2021). *Educação e Mudança*. 46ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Freitas, A. L. (2018) Conscientização. In D. R. Streck; E. Redin, & J. Zikoski, (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire* (pp.104-106). Belo Horizonte: Autêntica.

Fisher, M. C. B. (2018). Trabalho. In D. R. Streck; E. Redin, & J. Zikoski, (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire* (pp. 464-465). Belo Horizonte: Autêntica.

Gadotti, M. (2016). Prefácio – Consciência e história. In P. Freire. *Conscientização*. São Paulo: Cortez Editora.

Gago, V. (2020). *A potência feminista (ou o desejo de transformar tudo)*. São Paulo: Elefante.

- Garcia, M., Segre, A., Baccaro, A., Silva, L., Costa, L., & Cândido, M. (2010). “Mulheres guerreiras”: identidade feminina e profissional entre vendedoras ambulantes da cidade de São Paulo. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 13(1), 27-42.
- Gonzales, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio, reflexões e diálogos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Gouveia, T. (2005). Mulheres: sujeitos ocultos nas cidades. In J. Neto & J. Borges (Orgs.) *Cidades justas e democráticas na Amazônia*. (p.56-61). Belém: GTR.
- Graf, L. P. & Diogo, M. F. (2009). Projeções juvenis: Visões ocupacionais e marcas de gênero. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 10(1), 71-82.
- Grespan, J. (2021). *Marx: uma introdução*. São Paulo: Boitempo.
- Godoy, S., & Noronha, A. P. P. (2010). Interesses e personalidade: Diferenças entre série e sexo de jovens do ensino médio. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 1(2), 184-201.
- Groulx, L. (2010). Contribuição da pesquisa qualitativa à pesquisa social. In: Poupart, J., Deslauriers, J., Groulx, L., Laperrière, A., Mayer, R., & Pires, A. (Orgs.). *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos* (p.95-125). Rio de Janeiro: Vozes.
- Guimarães, N.; Hirata, H. (2014) Apresentação: controvérsias desafiadoras. *Tempo Social. Revista de Sociologia da Usp*, v.26, n. 1.
- Gottfredson, L. S. (2005). Applying Gottfredson’s theory of circumscription and compromise in career guidance and counseling. In S. D. Brown & R. W. Lent (Eds.), *Career development and counseling: Putting theory and research to work* (pp. 71–101). Hoboken, NJ: Wiley.
- Hirata, H. (2002). *Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. São Paulo: Boitempo.
- Hirata H. (2015). Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa, *Friedrich Ebert Stiftung*, 7, 1 a 20.
- Hirata, H. (2018). Centralidade do trabalho, subjetividade e relações sociais: pesquisar com Daniele Kergoat. In Kergoat, D. (2018). *Lutar, dizem elas...* Recife: SOS Corpo.
- Hirata, H., & Zarifian, P. (2008) Trabalho (conceito de). In H. Hirata, F. Laborie, H. Le Doaré, & D. Senotier (Eds.), *Dicionário crítico do feminismo* (pp. 230-235). São Paulo: UNESP.
- Hobsbawm, E. J. (1987). *Mundos do Trabalho: novos estudos sobre história operária*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Holland, J. L. (1997). *Making vocational choices: A theory of vocational personalities and work environments* (3rd ed.). Englewood Cliff, NJ: Prentice-Hall.
- Hollanda, H. B. (2018). *Explosão feminista*. São Paulo: Companhia das Letras.

- Hooley, T. and Sultana, R. (2016). Career guidance for social justice. *Journal of the National Institute for Career Education and Counselling*, 36, 2-11.
- Hooley, T., Sultana, R. G., & Thomsen, R. (2020) Why a social justice informed approach to career guidance matters in the time of coronavirus. Disponível em: <https://epale.ec.europa.eu/en/blog/why-social-justice-informed-approach-career-guidance-matters-time-coronavirus>. Acesso em: 10 de maio de 2022.
- Hooley, T., Sultana, R., & Thomsen, R. (2021). Five signposts to a socially just approach to career guidance. *Journal of the National Institute of Career Education and Counselling*, 47, 59-66.
- hooks, b. (2017). *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística [IBGE] (2013). *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira*. Rio de Janeiro: IBGE.
- Instituto de Pesquisa Data Senado (2017). Violência doméstica e familiar contra a mulher. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/institucional/datasetenado/arquivos/aumenta-numero-de-mulheres-que-declaram-ter-sofrido-violencia>. Acesso em 10 de dezembro de 2018.
- Itaboraí, N. (2016). Desigualdades de gênero e classe nos usos do tempo das famílias brasileiras. In C. Araújo & N. Fontoura (Orgs.). *Uso do tempo e gênero*. (101-137). Rio de Janeiro: UERJ.
- Itikawa, L. (2016). Mulheres na periferia do urbanismo: informalidade subordinada, autonomia desarticulada e resistência em Mumbai, São Paulo e Durban. *Revista brasileira de estudos urbanos regionais*, 18(1), 57-76.
- Jahoda, M., Lazarsfeld, P., & Zeisel, H. (2003). *Marienthal: The sociography of an unemployed community*. New Brunswick, Canada: Transaction.
- Kergoat, D. (2009). Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In H. Hirata, F. Laborie, H. Le Doaré, & D. Senotier (Eds.), *Dicionário crítico do feminismo* (pp. 67-75). São Paulo: UNESP.
- Kergoat, D. (2010). Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. *Novos Estudos – CEBRAP*, 86, 93-103.
- Kergoat, D. (2018). *Lutar, dizem elas...* Recife: SOS Corpo.
- Kronbauer, L. G. (2018). Consciência (intransitiva, transitiva ingênua e transitiva crítica). In D. R. Streck; E. Redin, & J. Zikoski, (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire* (pp. 103-104). Belo Horizonte: Autêntica.
- Leal, M. S., Melo-Silva, L. L., & Teixeira, M. O. (2015). Crenças para lidar com tarefas de carreira em estudantes do ensino médio. *Avaliação Psicológica*, 14(1), 125-132.

- Lent, R. W. (2013). Career-life preparedness: Revisiting career planning and adjustment in the new workplace. *Career Development Quarterly*, 61(1), 2–14. <https://doi.org/10.1002/j.2161-0045.2013.00031.x>
- Lima, E. B., Silva, G. N., Guedes, D. C. V., & Barreto, M. A. (2020) *Perejivânie (Vivência) na prática de Orientação Profissional: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural*. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 21(21). *bras. orientac. prof*, 151-161. ISSN 1679-3390.
- Lindôso, R. O. (2017). Divisão sexual do trabalho, empreendedorismo e trabalho autônomo. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos).
- Lobato, C. R. P. S., & Koller, S. H. (2003). Maturidade vocacional e gênero: adaptação e uso do inventário brasileiro de desenvolvimento profissional. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 4(1-2), 57-69.
- Lopes, B., Alves, L., Cândida, V., & Di Pierro, G. (2019). *Caderno para educadoras/es Tô no rumo: jovens e a escolha profissional*. São Paulo: Ação Educativa.
- Lopes, C. M. S. (2006). Direito do trabalho da mulher: da proteção à promoção. *Cadernos Pagu*, (26), 405-430.
- Lorde, *Sister Outsider. Essays and Speeches*. California: The Crossing Press.
- Louro, G. L. (2000). *Currículo, gênero e sexualidade*. Petrópolis: Porto Editora.
- Louro, G. L. (2011). A emergência do gênero. In *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista* (pp.18-40). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Löwy, I. (2009) Ciências e gênero. F. Laborie, H. Le Doaré, & D. Senotier (Eds.), *Dicionário crítico do feminismo* (pp. 40-44). São Paulo: UNESP.
- Machado da Silva, L. A. (2002). Da informalidade à empregabilidade: reorganizando a denominação do mundo do trabalho. *Caderno CRH*, 37, 81-109.
- Mandelbaum, B., Ribeiro, M. A. (2017). *Desemprego: uma abordagem psicossocial*. São Paulo: Blucher.
- Marx, K. (2004). Trabalho estranhado e propriedade privada. In R. Antunes (Org). *A Dialética do Trabalho – escritos de Marx e Engels*. São Paulo: Expressão Popular.
- Melo, H. P., Considera, C. M., & Sabato, A. (2007). Os afazeres domésticos contam. *Economia e Sociedade*, 16(3), 435-454.
- Mello, S. L. (1988). *Trabalho e sobrevivência: mulheres do campo e da periferia de São Paulo*. São Paulo: Ática.
- Minayo, M., & Sanches, O. (1993). Quantitativo – qualitativo: oposição ou complementaridade? *Caderno de Saúde Pública*, 9(3), 239-262.

- Mota, F. F. (2018). Gênero, classe e raça: da desigualdade à democracia do cuidado. (Tese de Doutorado). Instituto de Ciência Política, Universidade de Brasília, Distrito Federal.
- Nascimento, B. (2019). A mulher negra no mercado de trabalho In. H. B. Hollanda (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. (pp.259-268). Rio de Janeiro: Bazar do Tempo.
- Navarro, V. L., Maciel, R. H., & Matos, T. G. R. (2017). A questão do trabalho no Brasil: uma perspectiva histórica a partir do desenvolvimento industrial. In M. C. Coutinho, M. H. Bernardo & L. Sato (Orgs.). *Psicologia Social e do Trabalho*. (pp.25-48). Petrópolis: Vozes.
- Nunes, M. F. O. & Noronha, A. P. P. (2009) Auto-eficácia para atividades ocupacionais e interesses profissionais em estudantes do ensino médio. *Psicologia Ciência e Profissão*, 29(1),102-115.
- Oliveira, F. (2003a). *Crítica à razão dualista: o Ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo.
- Oliveira, R. D. (2003). *Reengenharia do Tempo*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Paiva, M. M. (2019). *Produção Científica sobre gênero em Orientação Profissional: uma análise das publicações da Revista Brasileira de Orientação Profissional*. (Dissertação de Mestrado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Parsons, F. (2005). *Choosing a vocation*. Boston, MA: Houghton Mifflin.
- Peirano, M. (1995). A favor da Etnografia. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.
- Picchio, A. (2009). Condiciones de vida: perspectivas, análisis económico y políticas públicas. *Revista de Economía Crítica*, 7, 27-54
- Pinheiro, L. (2016). Determinantes da alocação do tempo em trabalho reprodutivo: uma revisão sobre os achados em pesquisas nacionais e internacionais (pp. 61-99). In. C. Araújo & N. Fontoura (Orgs.). *Uso do tempo e gênero*. Rio de Janeiro: UERJ.
- Pinheiro, L., Junior, A., Fontoura, N., & Silva, R. (2016). Mulheres e Trabalho: análise do período 2004-2014. Nota Técnica, 24.
- Pires, F. M., Ribeiro, M. A., & Andrade, A. L. (2020). Teoria da Psicologia do Trabalho: uma perspectiva inclusiva para a orientação de carreira. *Revista Brasileira de Orientação Profissional*, 21(2), 203-214.
- Proni, M. W. (2013). O paradoxo do pleno emprego no Brasil. *Revista da ABET*, 12(1), 98-118.
- Rascován, S. E. (2017). *Orientación vocacional con sujetos vulnerabilizados: experiencias sociocomunitarias en los bordes*. Buenos Aires: Noveduc.
- Ribeiro, M. A. (2014). *Carreiras: novo olhar socioconstrucionista para um mundo flexibilizado*. Curitiba, PR: Juruá.

- Ribeiro, M. A., Figueiredo, P. M., & Almeida, M. C. C. G. (2021). Desafios contemporâneos da orientação profissional e de carreira (OPC): a interseccionalidade como estratégia compreensiva. *Psicologia Argumento*, 39(103), 98-122.
- Ribeiro, M. A.; & Fonçatti, G. O. S. (2017). The gap between theory and context as a generator of social Injustice: seeking to confront social inequality in Brazil through career guidance. In T. Hooley, R. Sultana & R. Thomsen (Eds.), *Career guidance for social justice: contesting neoliberalismo* (pp. 193-208). New York: Routledge.
- Ribeiro, M. A., Oliveira, F., Bernardo, M. H., & Navarro, V. L. (2017). Práticas em Psicologia Social do Trabalho: pesquisa e intervenção. In M. C. Coutinho, M. H. Bernardo & L. Sato (Orgs.). *Psicologia Social e do Trabalho*. (pp.103-126). Petrópolis: Vozes.
- Ribeiro, M. A., Silva, F. F., & Figueiredo, P. M. (2016). Discussing the notion of decent work: Senses of working for a group of Brazilian workers without college education. *Frontiers in Psychology*, 7(207).
- Ribeiro, M. A.; Uvaldo, M. C. C.; Silva, F. F. (2016). Impact of gender relations on the narrative patterns of working identity constructions: A case study with Brazilian urban workers. *Journal of Counsellogy*, 5, 237-256.
- Richardson, M. S. (1993). Work in people's lives: A location for counseling psychologists. *Journal of Counseling Psychology*, 40, 425-433.
- Rodrigues, A. (2005). Mulher e família entre operários e funcionários públicos: uma comparação. In A. M. Rodrigues; L. Sato, (Org.). *Indivíduo, grupo e sociedade: estudos de psicologia social*. (pp-27-42) São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo
- Rodrigues, A. (2005). O padrão de distribuição de papeis em famílias operárias. In N. Aguiar (Org.) *Mulheres na Força de Trabalho na América Latina*. (pp. 204-209) Petrópolis: Vozes.
- Rodrigues, A. (1978) *Operário, operária*. São Paulo: Símbolo.
- Rossato, R. (2018). Práxis. In D. R. Streck; E. Redin, & J. Zikoski, (Orgs.). *Dicionário Paulo Freire* (pp. 381-382). Belo Horizonte: Autêntica.
- Rosemberg, M. (2003). O “produtivo” do trabalho reprodutivo. In N. Faria & M. Nobre (Orgs.). *A produção do viver: ensaios de economia feminista*. (pp.11-49). São Paulo: SOF.
- Saffioti, H. (2013). A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular.
- Salvitti, A., Viégas. L., Mortada, S., & Tavares, D. (1999). O trabalho do camelô: trajetória profissional e cotidiano. *Cadernos de Psicologia Social do Trabalho*, 2, 1-23.
- Sato, L., Coutinho, M. C., & Bernardo, M. H. (2017). A perspectiva da Psicologia Social e do Trabalho. In M. C. Coutinho, M. H. Bernardo & L. Sato (Orgs.). *Psicologia Social e do Trabalho*. (pp.11-24). Petrópolis: Vozes.

- Savickas, M. L. (2002). Career Construction: A developmental theory of vocational behavior. In D. B. Brown & Associates (Eds.), *Career Choice and Development* (4th ed., pp. 149–205). San Francisco, CA: Wiley.
- Scocuglia, Afonso (1999). A história das ideias de Paulo Freire e a atual crise de paradigmas. João Pessoa: Editora Universitária.
- Scott, J. (1995). Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Educação e Realidade*, 20(2), 71-99.
- Schmidt, M. L. S. (2008). Pesquisa participante e formação ética do pesquisador na área de saúde. *Ciência & Saúde Coletiva*, 13(2), 391-398.
- Shimada, M. & Melo-Silva, L. L. (2013). Interesses profissionais e papéis de gênero: escolhas femininas no BBT-Br. *Avaliação Psicológica*, 12(2), 243-251.
- Silva, A. C. A. (2008). *Na linha do metrô: um estudo dos sentidos do trabalho para as mulheres que atuam como ambulantes nas estações do metrô em Recife*. (Dissertação de Mestrado). Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.
- Silva, F. F. (2010). *Construção de projetos profissionais e redução da vulnerabilidade social: subsídios para políticas públicas de orientação profissional no ensino médio*. (Tese de Doutorado). Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Silva, F. F., Paiva, V., & Ribeiro, M. A. (2016). Career construction and reduction of psychosocial vulnerability: Intercultural career guidance based on Southern epistemologies. *Journal of the National Institute for Career Education and Counselling*, 36, 46-53. <https://doi.org/10.20856/jnicec.3606>
- Soares, D. H. P., Krawulski, E., Dias, M. S. L., & D'Avila, G. T. (2007). Orientação Profissional em contexto coletivo: uma experiência em pré-vestibular popular. *Psicologia Ciência e Profissão*, 27(4), 746-759.
- Sorj, B. (2014). Socialização do cuidado e desigualdades sociais. *Tempo Social*, 26(1), 123-128.
- Souza-Lobo, E. (1991). *A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência*. São Paulo: Brasiliense.
- Souza, L. G. S., Menandro, M. C. S., Bertollo, M., & Rolke, R. K. (2009) Oficina de orientação profissional em uma escola pública: uma abordagem Psicossocial. *Psicologia Ciência e Profissão*, 29(2), 416-427.
- Spink, P. K. (1996). A organização como fenômeno psicossocial: notas para uma redefinição da psicologia do trabalho. *Psicologia & Sociedade*, 8(1), 174-192.
- Spink, P. K. (2009). Micro cadeias produtivas e nanoeconomia: repensando o trabalho decente. *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*, 12(2), 227-241.

- Streck, D. R.; Redin, Euclides; Zitkoski, J. J. (2018). (Orgs.). Dicionário Paulo Freire. 4ª ed. Belo Horizonte: Autêntica.
- Sultana, R. (2021). Closing Commentary, Opening Conversations: Liminal Reflections on Decent Work. *Emerging Adulthood*, 21676968211029760.
- Svab, H. (2016). *Evolução dos padrões de deslocamento na região metropolitana de São Paulo: a necessidade de uma análise de gênero*. (Dissertação de Mestrado). Escola Politécnica, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Truth, S. (2021). *Ain't I a Woman?* New York: Penguin Books.
- Williams, R. (2007). *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo.

ANEXO A – Roteiro de entrevista semiestruturada

1. Aspectos gerais da/o entrevistada/o

- a. Dados sociodemográficos: idade, raça/etnia, sexo/gênero, classe social
- b. Formação e trajetória profissional

2. Aspectos gerais sobre o trabalho atual em Orientação Profissional

- a. Motivações para a atuação na Orientação Profissional
- b. Tempo de atuação na área
- c. Referencial teórico que fundamenta a prática profissional
- d. Diálogo com outros campos do saber: sente necessidade de acionar outras disciplinas, autoras/es e campos do conhecimento para subsidiar suas práticas? Quais?
- e. Valores que orientam a prática profissional
- f. Formato dos atendimentos (individuais, em grupo etc.)
- g. Espaço(s) em que atende (consultório, escolas, cursinhos populares, universidades, organizações etc.)
- h. Perfil do público atendido (gênero, raça/etnia, classe social, faixa etária e demandas de orientação).

3. Concepções gerais norteadoras da prática em Orientação Profissional

- a. Concepção de trabalho (o que entende por trabalho, como enxerga o mundo do trabalho atual, questões concebidas como relevantes neste panorama)
- b. Concepção de escolha
- c. Concepção de sujeito
- d. Concepção de social
- e. Concepção acerca do papel da/o orientadora/or
- f. Dimensão ética da prática profissional

4. Aspectos específicos da tomada de consciência/conscientização

- a. Importância atribuída ao tema
- b. Como se manifesta na prática em termos de possibilidades e desafios
- c. Exemplos práticos que verifica no mundo do trabalho

- d. Exemplos práticos em sua atuação profissional

5. Gênero, trabalho e Orientação Profissional

- a. Como observa as questões de gênero na Orientação Profissional
- b. Qual a relevância que estas questões assumem na prática
- c. Formas de trabalhar estas questões desafios enfrentados
- d. Relações estabelecidas entre gênero e tomada de consciência/conscientização
- e. Exemplos práticos no mundo do trabalho e, mais especificamente, em sua atuação profissional

ANEXO B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (para mulheres)

Você está sendo convidada para participar, como voluntária, de uma pesquisa. Após ser esclarecida sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias – uma é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Será realizada uma entrevista como parte da pesquisa de Doutorado intitulada “Gênero e conscientização em Orientação Profissional: caminhos e desafios”, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Afonso Ribeiro. Esta entrevista tem objetivos acadêmicos e didáticos, não havendo nenhuma outra finalidade. Pretende-se, através desta pesquisa, compreender o modo como profissionais da Orientação Profissional que concebem a conscientização como elemento importante do processo observam a manifestação deste fenômeno no trabalho realizado com mulheres – e como esta concepção orienta sua atuação.

A entrevista deve durar cerca 1h, tempo que pode ser maior ou menor a depender de sua disponibilidade e do que tem para relatar. Ela será gravada em áudio e as gravações ficarão arquivadas no computador pessoal da pesquisadora, protegido com senha e sem identificação dos entrevistados. As entrevistas serão realizadas no seu próprio ambiente de trabalho ou em local indicado por você.

A pesquisa não trará nenhum risco a você e também não lhe trará nenhuma vantagem financeira. Caso seja necessária a realização de atendimento psicológico, você será encaminhada para o Serviço de Orientação Profissional ou para a Clínica Psicológica Durval Marcondes, ambos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP), onde será atendida gratuitamente.

Uma vez que a participação neste estudo é voluntária, você pode interromper a entrevista a qualquer momento, sendo que a não autorização de uso de parte ou de todo material não lhe trará prejuízo algum. Do mesmo modo, caso sinta a necessidade de maiores esclarecimentos acerca da pesquisa, você pode solicitá-los à pesquisadora a qualquer momento.

O material coletado na pesquisa poderá ser utilizado para publicação em livro e/ou revista científica. Nessas publicações será mantido o sigilo, pois em nenhum momento sua identidade será revelada.

Para qualquer dúvida, entre em contato com o Departamento de Psicologia Social e do Trabalho (Av. Prof. Mello Moraes, 1721 - Bloco A, sala 105, Cidade Universitária – São Paulo, SP) – Fone: (11) 3091-4184, e-mail: ccppsicologiasocial@usp.br ou diretamente no Comitê de Ética em Pesquisa com seres Humanos do IPUSP (Av. Prof. Mello Moraes, 1721, Bloco F, sala 22, Cidade Universitária – São Paulo, SP – fone: (11) 3097-0529, e-mail: ceph.ip@usp.br).

Pesquisador Responsável

Prof. Dr. Marcelo Afonso Ribeiro
PST – Departamento de Psicologia
Instituto de Psicologia da USP

Pesquisador Executor

Paula Moraes Figueiredo
Aluna de Pós – Graduação (regular)
Instituto de Psicologia da USP

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Eu, _____, abaixo assinada, concordo em participar do estudo _____, como sujeito. Fui devidamente informada e esclarecida pela pesquisadora _____ sobre a pesquisa, as etapas nela envolvidas, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação.
Local e data: _____

Assinatura da participante: _____

ANEXO C - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (para homens)

Você está sendo convidado para participar, como voluntário, de uma pesquisa. Após ser esclarecido sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias – uma é sua e a outra é do pesquisador responsável.

Será realizada uma entrevista como parte da pesquisa de Doutorado intitulada “Gênero e conscientização em Orientação Profissional: caminhos e desafios”, sob orientação do Prof. Dr. Marcelo Afonso Ribeiro. Esta entrevista tem objetivos acadêmicos e didáticos, não havendo nenhuma outra finalidade. Pretende-se, através desta pesquisa, compreender o modo como profissionais da Orientação Profissional que concebem a conscientização como elemento importante do processo observam a manifestação deste fenômeno no trabalho realizado com mulheres – e como esta concepção orienta sua atuação.

A entrevista deve durar cerca 1h, tempo que pode ser maior ou menor a depender de sua disponibilidade e do que tem para relatar. Ela será gravada em áudio e as gravações ficarão arquivadas no computador pessoal da pesquisadora, protegido com senha e sem identificação dos entrevistados. As entrevistas serão realizadas no seu próprio ambiente de trabalho ou em local indicado por você.

A pesquisa não trará nenhum risco a você e também não lhe trará nenhuma vantagem financeira. Caso seja necessária a realização de atendimento psicológico, você será encaminhado para o Serviço de Orientação Profissional ou para a Clínica Psicológica Durval Marcondes, ambos do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (IP/USP), onde será atendido gratuitamente.

Uma vez que a participação neste estudo é voluntária, você pode interromper a entrevista a qualquer momento, sendo que a não autorização de uso de parte ou de todo material não lhe trará prejuízo algum. Do mesmo modo, caso sinta a necessidade de maiores esclarecimentos acerca da pesquisa, você pode solicitá-los à pesquisadora a qualquer momento.

O material coletado na pesquisa poderá ser utilizado para publicação em livro e/ou revista científica. Nessas publicações será mantido o sigilo, pois em nenhum momento sua identidade será revelada.

Para qualquer dúvida, entre em contato com o Departamento de Psicologia Social e do Trabalho (Av. Prof. Mello Moraes, 1721 - Bloco A, sala 105, Cidade Universitária – São Paulo, SP) – Fone: (11) 3091-4184, e-mail: ccppsicologiasocial@usp.br ou diretamente no Comitê de Ética em Pesquisa com seres Humanos do IPUSP (Av. Prof. Mello Moraes, 1721, Bloco F, sala 22, Cidade Universitária – São Paulo, SP – fone: (11) 3097-0529, e-mail: ceph.ip@usp.br.

Pesquisador Responsável

Prof. Dr. Marcelo Afonso Ribeiro
PST – Departamento de Psicologia
Instituto de Psicologia da USP

Pesquisador Executor

Paula Morais Figueiredo
Aluna de Pós – Graduação (regular)
Instituto de Psicologia da USP

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA

Eu, _____, abaixo assinado, concordo em participar do estudo _____, como sujeito. Fui devidamente informado e esclarecido pela pesquisadora _____ sobre a pesquisa, as etapas nela envolvidas, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação.
Local e data: _____

Assinatura do participante: _____